

# Cande@iro

**O FIM DA UNIVERSIDADE**

Antônio José Nascimento

**A TEORIA POLÍTICA DE NORBERTO BOBBIO**

José Maria de Oliveira Silva

**MARX E A QUESTÃO DA NATUREZA**

Romero Venâncio

**CLAUSS OFFE E OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA  
POLÍTICA**

Afonso Nascimento

**POLÍTICA NEOLIBERAL, UNIVERSIDADE E  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Solange Lacks

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA VIA INTERNET**

Henrique Nou Schneider

**MIGALHAS DO COTIDIANO REPRESENTAÇÕES  
DO IMAGINÁRIO NO POVOADO CAJAÍBA**

Verônica Maria Meneses Nunes  
Magno Francisco de Jesus Santos  
Márcia Maria de Jesus Santiago

**O CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFS E O MUSEU  
AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE**

José Mário dos Santos Resende  
Joselita Maria dos Santos Guimarães

**O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA  
INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO DE  
ARACAJU**

José Eloizio da Costa  
Valdemir dos Santos

**MURILO MENDES, UM POETA VISIONÁRIO**

Gilfrancisco

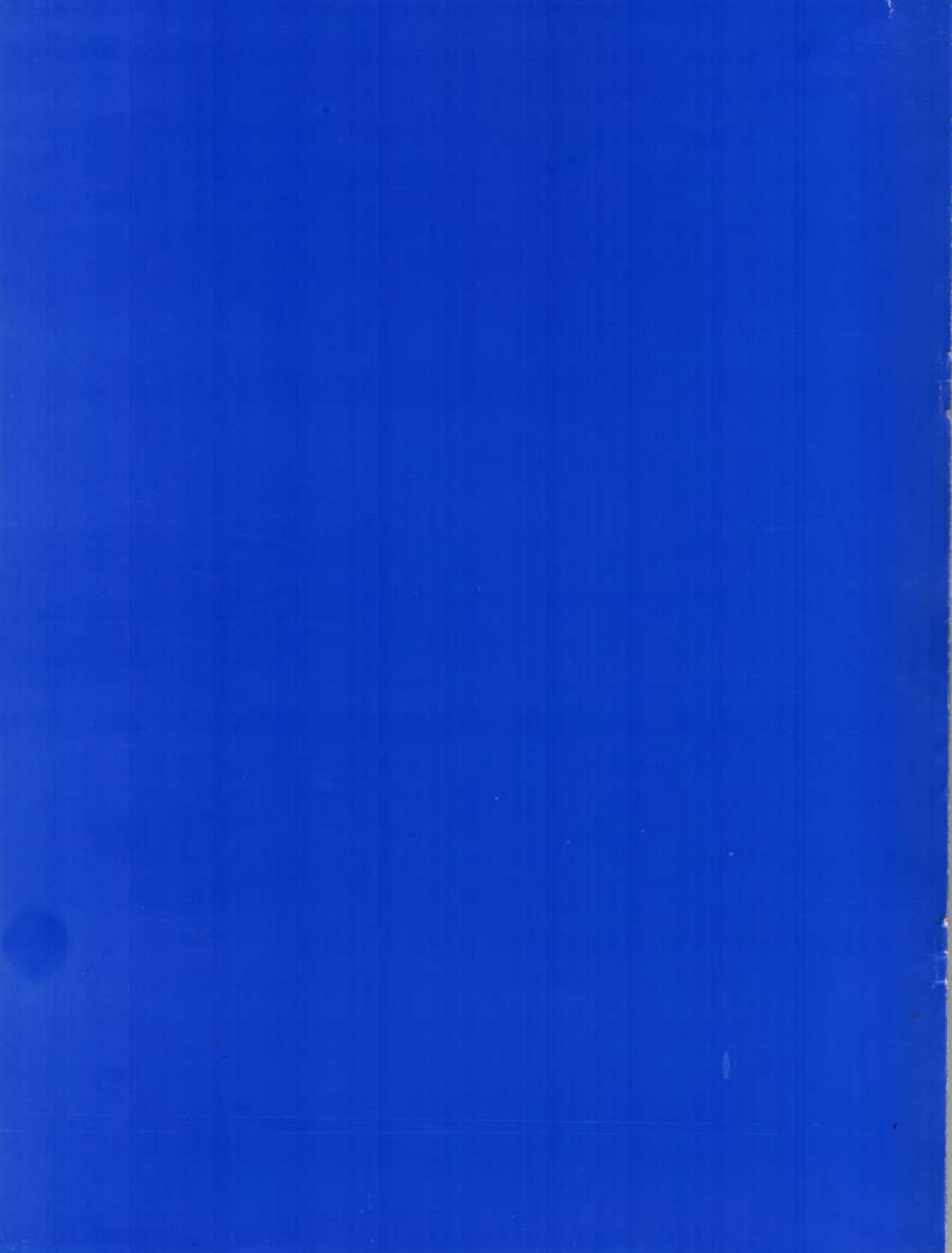
**ACADEMIA DOS REBELDES: UMA PROPOSTA  
MODERNISTA NA BAHIA**

Ângelo Barroso Costa Soares

**DOCUMENTÁRIOS E O SENTIDO HISTÓRICO DO  
POPULAR NO BRASIL**

Mauro Luciano Araújo

**ADUFS**



# Cande@iro

Revista de Política e Cultura da Seção Sindical de Docentes da UFS

Ano IX - vols. 13 e 14 - Novembro de 2006

**ADUFS - SSIND**

**Seção Sindical de Docentes da Universidade Federal de Sergipe**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bl. Adm. Depart. I - CCSA

Telefones: [79] 3259-2021 / 3212-6788

Home page: [www.adufs.org.br](http://www.adufs.org.br) E-mail: [adufs@infonet.com.br](mailto:adufs@infonet.com.br)

**DIRETORIA 2005-2007**

**RESISTÊNCIA E LUTA**

**PRESIDENTE**

Airton Paula Souza

**SECRETÁRIA**

Oneize Amoras de Araújo

**DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Solange Lacks

**DIRETORA ACADÊMICA E CULTURAL**

Solange Montalvão

**SUPLENTES**

Acácia Cristina Souza

Denize Leal Albano

Sérgio Dorenski

**CONSELHO EDITORIAL**

Airton Paula Souza

Antônio José Nascimento

Ruy Belém de Araújo

Afonso Nascimento

**CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Adilma Menezes

# APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que o Conselho Editorial da Revista Candeeiro disponibiliza aos companheiros sindicalizados, à comunidade universitária brasileira e à sociedade sergipana, em especial, mais um número da prestigiosa revista **Candeeiro**, esse autêntico espaço de militância intelectual, acadêmica e sindical.

Mais do que prova da vitalidade e do crescente reconhecimento da importância da **Candeeiro**, a presente publicação é acima de tudo a demonstração de que o compromisso do Sindicato dos Docentes da UFS (ADUFS-SSIND) não se esgota na pontualidade de suas reivindicações, mas se estende também à luta em defesa de uma sociedade mais esclarecida, mais justa e humana, ao promover, como faz aqui, por meio da **Candeeiro**, a livre circulação de idéias e a cultura democrática.

Nesta nova edição, o leitor notará na revista algumas modificações, todas com o intuito de tornar a leitura mais ágil e agradável. No essencial, o projeto gráfico segue sendo o mesmo, tanto quanto a orientação no sentido de conservar o caráter plural da revista, fazendo-a contemplar o mais amplo espectro possível de reflexões.

Assim, encontram-se aqui desde ensaios sobre Marx, Bobbio e Claus Offe, como também sobre temas que vão da conjuntura nacional à poesia, da crise das universidades e da educação em geral a questões outras de caráter propriamente regional e local.

Conselho Editorial

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>O FIM DA UNIVERSIDADE</b> Antônio José Nascimento	<b>5</b>
<b>MARXISMO, SOCIEDADE CIVIL E ESTADO. A TEORIA POLÍTICA DE NORBERTO BOBBIO</b> José Maria de Oliveira Silva	<b>10</b>
<b>MARX E A QUESTÃO DA NATUREZA</b> Romero Venâncio	<b>15</b>
<b>CLAUSS OFFE E OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA POLÍTICA</b> Afonso Nascimento	<b>21</b>
<b>POLÍTICA NEOLIBERAL, UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b> Solange Lacks	<b>30</b>
<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA VIA INTERNET (E-LEARNING): CONTEXTUALIZAÇÃO (KNOW WHAT), JUSTIFICATIVA (KNOW WHY), IMPLANTAÇÃO (KNOW HOW).</b> Henrique Nou Schneider	<b>39</b>
<b>MIGALHAS DO COTIDIANO REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO NO POVOADO CAJAÍBA</b> Verônica Maria Meneses Nunes Magno Francisco de Jesus Santos Márcia Maria de Jesus Santiago	<b>49</b>
<b>O CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFS E O MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE: DESAFIOS PROMISSORES PARA A CULTURA SERGIPANA</b> José Mário dos Santos Resende Joselita Maria dos Santos Guimarães	<b>65</b>

<b>O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO DE ARACAJU E SUAS CONTRADIÇÕES</b>	<b>77</b>
José Eloízio da Costa Valdemir dos Santos	
<b>MURILO MENDES, UM POETA VISIONÁRIO</b>	<b>84</b>
Gilfrancisco	
<b>ACADEMIA DOS REBELDES: UMA PROPOSTA MODERNISTA NA BAHIA</b>	<b>92</b>
Ângelo Barroso Costa Soares	
<b>DOCUMENTÁRIOS E O SENTIDO HISTÓRICO DO POPULAR NO BRASIL</b>	<b>97</b>
Mauro Luciano Araújo	

## O FIM DA UNIVERSIDADE

Antônio José Nascimento\*

(I)

É surpreendente como até mesmo nas universidades públicas o pensamento crítico dá mostras de sua debilidade. Justo onde mais se faz necessário, onde mais se deveria estar afirmando, mais se anula o poder da crítica das consciências que se julgam esclarecidas para dar lugar à ideologia que tem consistido não apenas em conduzir a vida em geral ao conformismo perante o existente, mas em também promover, de modo particular, o ajustamento a qualquer preço das universidades públicas às exigências do mundo dos negócios. De fato, jamais se promoveu tanto, como agora, o acumpliciamento da ciência com o capital e o das universidades com o mercado, num gesto que destrói pela raiz a autonomia intelectual e científica dessas instituições — cada vez mais próximas de sua conversão em meros centros técnicos avançados do ensino médio.

A pretexto de se tratar de um ajustamento ao choque de realidade imposto pelas novas formas de atuação do capitalismo contemporâneo, o que em verdade está ocorrendo é bem mais do que uma simples adaptação: é uma auto-imposta subserviência do sistema público de ensino superior ao totalitarismo econômico da ordem estabelecida. Com isso, mais do que compelir as universidades, a sociedade é que acaba sendo compelida por elas a fazer o mesmo, ou seja, a permitir que a realidade, como diria Adorno, siga se impondo no que tem de pior. É claro que tal situação não seria em si mesma absurda se não coubesse às universidades, entre outras tantas atribuições, a de defender, sempre que necessário, a sociedade de si própria, a defendê-la portanto contra a irracionalidade mesma da forma de vida social. Afinal, de nenhuma outra instituição social se espera mais

do que das universidades o distanciamento crítico necessário à elaboração consciente sobre o estado das coisas.

Infelizmente, porém, não é o que ocorre. Na forma e no conteúdo, muitos programas de ensino, estruturas curriculares e orientações de pesquisas — como as delimitadas por estratégias de intervenção pontual e de alcance imediato — mais não têm feito que reproduzir modismos e procedimentos passageiros ditados pela lógica do mercado, algo em si mesmo pouco estruturante para a vida acadêmica. Isso é visível até mesmo nas chamadas ciências humanas e sociais, às voltas com a desorientação provocada pelo ocaso dos universais e pela perda dos valores históricos. Em certos ramos, como o da Economia, essa desorientação parece beirar o desespero, porque já se passou da influência, mais que aceitável, à imitação pura e simples das ciências exatas. Assim é como se pode entender o porquê da crescente importância atribuída, em ampla escala, à formação de caráter utilitário, sempre de acordo com o momento e em estrita observância aos caprichos de maximização dos desejos dos indivíduos, desejos esses que são também agora os de toda uma sociedade, a da sociedade dos indivíduos.

Não por acaso, e com uma frequência cada vez maior em todos os níveis de ensino, uma gama enorme de alunos é estimulada desde cedo a simular procedimentos empresariais e de auto-empresendedorismo. Ensina-se-lhes mais e mais a como manter em suspenso o juízo crítico, a como suspeitar de elaborações teóricas que não assegurem trânsito imediato à ação. Dar livre curso à ação dos indivíduos é o que há em matéria de pedagogia modernizadora, a mesma que converte escolas em empresas e indivíduos em micro-empresários de si próprios. Já não se trata mais aí

\* Mestre em Economia pela Unicamp e professor do Departamento de Economia da UFS.

de fazê-los compreender o porquê das coisas e a razão pela qual são feitas dessa ou daquela maneira. A eles importa mais, hoje em dia, a força instrumental do 'saber como', do saber operante, do saber que os treina para ganhar dinheiro como aplicadores passivos de 'know how'.

Embora pareça ter sido sempre assim, o certo é que não foi sempre essa a tarefa precípua da educação. Nesse sentido estamos degenerando até mesmo em relação à educação liberal tradicional. Ao menos ela se preocupava com a cultura e a alma dos homens mais do que com a condição social e os requerimentos da vida econômica. Todavia, nem mesmo ela escapa ao que atualmente colabora para tornar a educação uma forma de treinamento. Fala-se em treinamento diferenciado, é verdade, mas ainda assim é um treinamento como tal, cuja razão de ser é a seguinte: os poucos postos existentes no mercado de trabalho são, em regra, preenchidos por pessoas mais competentes, o que quer dizer melhor formadas, ou seja, justamente aquelas que não receberam formação massificada, mas, digamos, um treinamento (que horrível!) diferenciado.

Em qualquer dos casos a coisa é si mesma berante, porque esvazia de sentido a educação que não se destine a fornecer treinamento. E o pior é que nem mesmo um bom treinamento as universidades públicas têm oferecido. Muito menos uma boa formação geral – quer porque as universidades introjetaram o discurso do profissionalismo, quer porque, movidos por uma supervalorização da realidade, nossos alunos-clientes se desinteressam por tudo o que não diga respeito à informação utilitária e ao aprendizado aligeirado.

Nesse modelo de educação, que se poderia chamar de 'educação sem cultura', ou de 'ignorância especializada', tudo o que em princípio envolve alguma complexidade deve ser reduzido a qualquer coisa que se assemelhe a uma recomendação de manual, a uma instrução de uso. Nele a atividade intelectual propriamente não tem mais lugar, pois está em vias de se tornar, se é que já não se tornou, uma espécie de anacronismo, uma espécie de veleidade típica do pensamento desajustado, perdido entre a nostalgia do engajamento político do passado e a consciência não de todo esclarecida das injunções do presente.

Aliás, esse desdém pelo saber estabelecido foi desde sempre uma das marcas registradas da filosofia pragmática americana e do comportamento do seu povo, mais interessado em 'informação' do que em 'formação intelectual'. Essa orientação, que moldou todo o sistema de ensino americano, é a que tem sido empregada para moldar também o nosso. Apenas para ilustrar, tomo aqui o caso de uma conhecida escola de ensino superior de Campinas-SP, a Facamp, que tem, entre seus fundadores, um dos expoentes da intelectualidade brasileira, o Sr. Luiz Gonzaga Belluzzo, a quem, merecidamente, já se conferiu o prêmio de Intelectual do Ano. Pois bem: o Sr Belluzzo tem seu nome associado a uma faculdade que se orgulha de formar profissionais de elite e de ser uma autêntica escola de resultados, que considera o emprego o melhor critério de aferição de sua qualidade. Ao menos nesse ponto, Adorno e Horkheimer estavam certos: os inteligentes sempre facilitam as coisas para os bárbaros.

Dê-se a isso o nome que se quiser dar, menos o de educação. Afinal, procurar treinar pessoas para ganhar dinheiro não é por certo a melhor representação de futuro que a educação teria a oferecer como perspectiva de desenvolvimento social. Sim, porque o problema social do desemprego já não se resolve mais com uma qualificação mínima. Os desempregados sabem disso. Além de se terem de qualificar quanto a conteúdos novos, sabem também que o mercado de trabalho para o qual a educação lhes prepara cobra-lhes sempre mais em matéria de comportamento flexível e de capacidade para auto-imolação. Movidos talvez mais pelo medo da exclusão do que pela necessidade de se cultivarem como cidadãos através do domínio de conteúdos reais do saber, os indivíduos correm desesperados em busca de especialização e profissionalismo. Como resultado, a finalidade pedagógica acaba derrotada pela função, ou seja, pelo papel que as escolas desempenham mais na economia do que na sociedade.

Isso é mais do que sintomático da degenerescência em que vai a educação superior brasileira – não importa se na esfera pública ou privada, posto que a centralidade no indivíduo, e não mais na sociedade em geral, é quase absoluta nos processos de ensino de ambas. É, pois, assim, toda uma cultura acadêmica, crítica e esclarecida que

definha; toda uma cultura identificada com as iniciativas públicas de caráter universal e com a integração da vida social que definha quanto mais avança a promoção do indivíduo, esse inimigo potencial da civilização – conforme sugeriu Freud. Melhor que ninguém, ele viu como a civilização, aquilo que torna a vida comunitária possível, tem de ser defendida contra o indivíduo. E o mesmo se deveria estar dando com a educação.

Mas não: a livre conduta dos indivíduos está sendo aí glorificada. Os indivíduos foram alçados à condição de agentes autônomos do desenvolvimento nacional, para o que têm de ser deixado livres para agir. Na literatura econômica ganharam *status* de 'capital humano', em virtude do que neles se condensa em termos de conhecimentos e habilidades suscetíveis de valorização econômica. Há até mesmo toda uma subliteratura que parece de origem econômica, porque lembra o argumento da mão-invisível do Smith, encarregada de exaltar a 'sinergia potencial' dos atos dos indivíduos e de restaurar a crença em que a perseguição do interesse próprio pode conduzir à cooperação.

Acontece que, com o desemprego 'naturalizado', isto é, aceito como coisa normal num mundo globalizado, as políticas de estado se vão aos poucos desincumbindo da responsabilidade pela contenção de sua ocorrência, e descarregam sobre os indivíduos o ônus da desocupação. Em última instância, passam a ser eles mesmos os gestores da própria sorte, os responsáveis diretos por seu sucesso ou fracasso. Se estão desempregados, assim se lhes diz, é porque carecem de mais qualificação, mais habilitação para as poucas ocupações existentes. Desse modo é como o ciclo da empulhação se refaz, acorrentando os indivíduos a certificados que em regra não significam boa formação e nem sequer bom treinamento.

Desnecessário dizer com que perspectiva esses indivíduos se dirigem agora em massa ao sistema acadêmico. Na condição de 'clientela', o que esperam das universidades é tão-somente a prestação de um serviço, como tantos outros igualmente úteis que já lhe são prestados, sem qualquer caráter especial que não seja o de sua própria diferenciação. Com efeito, o que desejam é que as universidades lhes forneçam um volume

de informação procedimental, de natureza instrumental e utilitária, capaz de dar azo às aspirações pessoais mais mesquinhas. Lamentavelmente, essa mentalidade impregna, hoje, todos os segmentos da universidade. Assim, de instituição formadora a prestadora de serviço, de instituição social a organização: eis, nessa metamorfose modernizadora, em que consiste a tragédia, ou mesmo a ruína, como se queira, senão o fim mesmo da Universidade.

## (II)

É importante, de uma vez por todas, que se tenha claro o seguinte: a degradação de toda uma cultura acadêmica, o rebaixamento da atividade intelectual à sua funcionalidade, a crescente desimportância atribuída à formação geral, crítica e esclarecida, tudo isso compõe o quadro atual da formação universitária brasileira. Mas não se trata de fenômeno isolado, porque em todo o mundo, com maior ou menor intensidade, o papel das universidades está sendo redefinido há mais de duas décadas sob influência do modelo americano de universidade-empresa, que se caracteriza por conferir às universidades plena autonomia para explorar comercialmente os resultados de suas criações, numa lógica em tudo semelhante à da acumulação privada de resultados. Desde logo, o que está por trás desse processo é a desmontagem da função pública das universidades. Não, é claro, do fim como tal das universidades públicas, do desenho institucional da gratuidade do ensino, mas da destinação pública de suas realizações.

Por isso que hoje em dia não é mais de modo algum evidente que as universidades brasileiras, nem mesmo as públicas, se interessem pelos destinos da vida social e pelo que resta aí de vida civilizada. Tampouco é evidente que estejam preparadas para oferecer ao país um projeto capaz de se constituir numa referência organizadora da vida nacional.

Digo nem mesmo as públicas porque sequer se admite que semelhante tarefa pudesse jamais caber às instituições que integram o segmento privado do ensino superior, às vezes impropriamente chamado público não-estatal. Afinal, como

'firmas pedagógicas' que são, seu campo de preocupação e de interesses prende-se unicamente à solvência, vale dizer, à geração de lucros que é própria da atividade empresarial, sendo-lhes pois estranha a vocação política que sempre esteve presente nas universidades públicas.

Mas, seja como for, o fato é que em ambas a preocupação com o saber e com a qualidade do ensino não é mais o que importa. A não ser, é claro, como retórica. Em ambas o alunado virou clientela, a formação acadêmica aponta agora para o fim dos saberes disciplinares, e a orientação pedagógica passou a dar ênfase à graduação de empreendedores, entregues à própria sorte para gerir suas habilidades e competências no mercado, como mascates de si mesmos.

No caso das universidades públicas, esse nivelamento por baixo tem nome: decadência. Decadência, sim, quer por se tratar da perspectiva aí grosseira de funcionamento de um sistema de ensino referido ao indivíduo-consumidor, que espera de um curso gratificação imediata, quer pelo fato de a educação estar sendo aí equiparada a um outro serviço qualquer, regulado por critérios como os de concorrência, produtividade e eficiência, que não têm que ver com o *modus operandi* da universidade.

Se é assim, nada como uma expansão física das universidades públicas –tal como a que experimenta a UFS– para obscurecer a compreensão desse quadro de decadência da educação superior brasileira. Quando não se sabe mesmo ao certo o que fazer para revertê-lo, aumentar a 'oferta de formação' é um excelente expediente para invocar que tudo está bem. Ainda que se ponha de lado a conotação eleitoreira, não há como negar que essa expansão se está processando, em alguns casos, de forma atabalhoada e irresponsável. Nesse sentido, tem todos os ingredientes de uma 'vitória na derrota'.

Como a educação, por si só, não gera crescimento e portanto não resolve o problema do desemprego, não é duplicando o número de advogados, administradores e economistas que se promove o crescimento do país. Antes o contrário: apenas agrava as já difíceis condições de mercado para essas profissões, em virtude não só do quadro de semi-estagnação da economia brasileira, que já perdura por mais de duas décadas,

como também do caráter mesmo da 'nova economia'. Mas ainda assim insiste-se na tese do expansionismo a qualquer preço das universidades públicas, porque é de fácil propositura e de difícil contestação. Afinal, como regra, ninguém jamais se oporia a uma desejável universalização do ensino em todos os seus níveis.

Da parte de nossos dirigentes o que têm havido, desgraçadamente, é a tomada de posição em defesa menos da qualidade do que da contabilidade de resultados. Fascinados pelos novos modelos de modernização e de racionalidade administrativa, tem-se às vezes a impressão de que nem sequer foram recrutados na comunidade acadêmica, mas em meio a empresários, tal o empenho com que se lançam à tarefa de fazer nas universidades o que as empresas fazem com o trabalho. Em parte, é o expediente bruto com que têm de se haver no dia-a-dia que os leva a reduzir os problemas da universidade a uma dimensão burocrática, prática e operacional. No fundo, porém, nossos reitores compreendem mal –quando mal compreendem– a gravidade da crise que atinge nossas universidades. Acabam, por isso, como pobres-diabos premidos pela política de resultados do MEC. Nenhum deles admite poder estar ofertando mercadoria de má qualidade, embora em verdade seja este o caso.

Vale lembrar que uma universidade pública é uma instituição social, e não uma organização com metas preestabelecidas, como se fosse uma empresa que devesse estar a cargo de administradores ou de engenheiros da produção. O problema crucial não é de ordem administrativa. Da mesma forma como o problema da expansão das universidades não está na expansão em si. Está, antes, no expansionismo às cegas do que não presta; está na expansão desse modelo de ajustamento frenético das universidades às exigências do mercado, que as impede de julgar de fora, com distanciamento crítico, as implicações disso que a rigor corresponde à ideologia da instrumentalização da razão e da cultura operatória.

Nunca foi esta, decerto, a finalidade exclusiva da educação, a de apenas funcionar, sem mais –sobretudo nas universidades, no topo do sistema pedagógico, onde jamais se deveria confundir *intelligentsia* com inteligência funcional e educação com formação corporativa. Ora, finalida-

de e função são coisas distintas em matéria de ensino, assim como o 'tempo' com que trabalham as universidades é distinto do 'tempo' do mundo dos negócios. Certas pesquisas, por exemplo, podem muito bem requerer o tempo de uma vida. Atualmente, isso pode parecer um absurdo, dada a celeridade imposta às pesquisas, mas mais absurda é a situação que ignora ser essa uma condição inerente à atividade científica das universidades.

Sabe-se que formar pessoas para o mundo do trabalho é uma das competências da universidade, tanto quanto a de procurar revestir essa formação com os valores da ética, da responsabilidade social e da racionalidade consciente. Contudo, o que não se pode permitir é o engessamento de todo um sistema pedagógico para corresponder àquilo que, a cada momento, os indivíduos esperam como recompensa para o seu pragmatismo sem ilusões. Por isso mesmo é que não basta oferecer um ensino qualquer, e muito menos desenvolver pesquisas quaisquer.

É uma pena, não custa insistir, que nossos alunos estejam sendo levados a promover em si mesmos a suspensão da atividade reflexiva, e, desde muito cedo, a aprender a inutilidade do juízo crítico. A todo instante, por todos os meios, estão sendo hipnotizados pela onipresença da realidade e pela onipotência funcional do ensino. Para eles, juízo crítico é desdenhar de esquemas teóricos em nome do pensamento prático, sem se darem conta de que esse pensamento, que rebaixa a educação ao cumprimento de funções econômicas apenas, é o mesmo que degrada, como tem degradado, o processo de formação deles.

Já se degradou, com efeito, a tal ponto a graduação que agora se ensaia algo igualmente devastador no âmbito da pós-graduação. Antes de

mais nada porque o rebanho humano de graduados sem ocupação, induzido a colecionar mais e mais certificados, começa a se dirigir à 'pós', reforçando nela o discurso do profissionalismo e do adestramento de mão-de-obra para o mercado. Com isso, um número cada vez maior de cursos em nível de especialização e de mestrado é aberto com promessas de profissionalização. Sob este rótulo, muitos têm inclusive proliferado no interior de instituições públicas como um campo promissor de negócios, que é a venda de (in)formação.

A propósito, a venda de conhecimentos é algo que tende a se acentuar nas universidades públicas por obra da flexibilização dos dispositivos legais de regulação da política universitária de licenciamento e de comercialização de patentes. O que se pretende, com tal coisa, é estimular pesquisadores a procurar compensação salarial em pesquisas que se revistam de cunho comercial e/ou que apresentem potencial de aplicação relevante em atividades empresárias. Com base num novo marco legal, supõe-se poder contornar, em boa medida, a crônica escassez de fundos públicos tanto para a pesquisa básica quanto para o incremento da renda pessoal dos pesquisadores.

Por aí se pode notar como o conhecimento aberto, socialmente disponível e de livre circulação produzido nas universidades pode estar com seus dias contados, à exceção, talvez, do produzido em áreas de menor alcance e relevância (caso das humanidades e das ciências sociais, que teriam sua já reduzida importância ainda mais diminuída, em contraste com o que se daria em áreas de maior potencial tecnológico, como as engenharias, a biotecnologia, a químico-farmacêutica, a informática, etc). Realmente, é o 'fim da universidade', ou, quem sabe, apenas o fim de um modelo de universidade.

## MARXISMO, SOCIEDADE CIVIL E ESTADO. A TEORIA POLÍTICA DE NORBERTO BOBBIO<sup>1</sup>

José Maria de Oliveira Silva<sup>2</sup>

### CONTEXTO EM QUE APARECERAM OS ARTIGOS DE BOBBIO

Segundo Anderson, escrevendo sobre *As Afinidades de Norberto Bobbio*, entre os fatos políticos mais importantes dos anos 70/73 está a elaboração de uma aliança estratégica entre a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano (PCI), denominada Compromisso Histórico, conduzindo o PCI, no ano seguinte, a conversão ao Eurocomunismo e à renúncia do leninismo e à revolução violenta como estratégia política.

A partir dos anos 70 e 80, os países europeus entram numa fase nova com a condenação por amplos setores da população da violência política. Devido não só ao refluxo do movimento operário e à desestruturação dos regimes e partidos comunistas na Europa, os movimentos radicais, como as Brigadas Vermelhas da Itália e outros de extrema esquerda, são liquidados pelo Estado com apoio da maioria. Como também são liquidados os movimentos de extrema direita que visavam desestabilizar o governo e controlar o Estado.

Os dois artigos de Bobbio – *Existe uma doutrina marxista do Estado?* e *Quais as alternativas para a democracia representativa*, foram escritos em 1975 e publicados no Brasil em 1979, no livro *O Marxismo e o Estado*. Como reflexo da conjuntura política, um debate intenso segue a publicação dos artigos no *Mondoperário*, publicação teórica do socialismo. Vários intelectuais da esquerda italiana polemizam sobre duas questões. A primeira era existência ou não de uma teoria marxista de Estado. A segunda: até que ponto o

legado de Marx é decisivo para a constituição da democracia contemporânea e, caso contrário, qual seria a alternativa para a democracia representativa. As duas questões mobilizam uma pluralidade de intervenções.

O colapso do "socialismo real" no Leste europeu desacreditou ainda mais a estratégia dos partidos de esquerda fundada na violência contra o Estado.

### PONTOS CRÍTICOS NA ABORDAGEM DE BOBBIO

Bobbio procura chamar atenção para a questão da liberdade e da democracia na transição para o socialismo. Nesse aspecto, segundo ele, há uma debilidade política do marxismo, que evidentemente não se pode generalizar, que do ponto de vista teórico concebeu a tomada e não a conquista do poder apenas como uma forma de enfrentamento contra a democracia burguesa. Retomada por Lênin em *o Estado e a Revolução* a noção em Marx de uma concepção instrumental do Estado via o Estado como aparato da classe dominante. Do ponto de vista teórico não há qualquer preocupação em estabelecer o "bom governo", o "interesse geral", a justiça social mas eliminar todo domínio da classe dominante.

Os problemas colocados por Bobbio eram dois especificamente: existência ou não de uma doutrina política marxista do Estado? E como pensar as relações entre democracia e socialismo? Destaquei alguns pontos que considero mais impor-

1 Este texto fez parte de debate no Seminário de Teoria Política. Bobbio e a esquerda contemporânea organizado pelo CECH com a participação dos professores: Romero Venâncio, Fábio Maza, Afonso Nascimento e Denise Leal.

2 Doutor em História pela USP e pós-doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França. Professor aposentado do Mestrado de Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFS.

tantes na crítica de Bobbio aos marxistas sobre a teoria do Estado. Em primeiro lugar, o problema complexo da organização do Estado (fundado na força) e da democracia (fundado nas leis). Bobbio ao apoiar-se em alguns teóricos afirma que falta uma teoria do Estado marxista, como alternativa às teorias do Estado e democracia burguesa. O que se tem é a concepção que realça a importância do partido mais do que do Estado, convencido de que o Estado seria um fenômeno de transição, uma vez conquistado o poder.

O aspecto crítico está presente na sua análise. De nada adianta, segundo ele revirar os textos de Marx abusando do princípio de autoridade citando-o como solução para todos os problemas contemporâneos do Estado. As duras réplicas da história negaram aos que pensavam (como de Lênin) que a revolução proletária e a nova democracia fossem duas faces da mesma moeda

Quando Marx denuncia o aspecto ideológico do Estado como força afirma que o Estado é um *instrumento* que serve à realização de interesses não gerais, mas particulares de classe. Esta *concepção instrumental do Estado* ou a visão de que o Estado é um aparato a serviço da classe dominante, desconsidera qualquer visão ética na sua conceituação.

Se para o liberalismo o Estado era visto como manutenção da ordem, o marxismo acrescentava como manutenção da ordem burguesa. Todas as proposições desde o *Manifesto Comunista* mostram o Estado como instrumento. E a idéia que se tem do Estado nesse caso é de que se ele fosse apropriado por outra classe revolucionária, o conteúdo seria dado pela classe que o toma. Nessa concepção ele não é dono de sua autonomia, mas como poder de coerção, ele não é neutro. Essa concepção do marxismo do século XIX teve a sua importância política (nem tanto teórica). O Estado que o marxismo criticava nesse momento era da democracia burguesa, fundada na legislação censitária, restringindo a participação política a determinada renda, obrigatoriedade de se ter propriedade, e ser alfabetizado. Desse modo, era impossível o proletariado participar do processo

político. A crítica marxista nesse sentido tinha uma certa correspondência com a história.

Outro tópico da crítica de Bobbio é o questionamento da democracia direta vista por ele como fetiche e impossível ser posta em prática. Insistindo que a democracia é antes de tudo um método, Bobbio apresentava quatro características da democracia (representativa). 1. sufrágio adulto igual e universal; 2. direitos civis que assegurem a livre expressão de opiniões e a livre organização de correntes de opinião; 3. decisões tomadas por uma maioria numérica; 4. garantia dos direitos das minorias contra os abusos por parte das maiorias. Para ser efetiva, a democracia responde a um conjunto de regras básicas, envolvendo determinados procedimentos a serem aplicados, como quem está autorizado a tomar decisões coletivas, a concorrência e o pluralismo de grupos políticos, o direito das minorias de se tornar maioria mediante eleições periódicas.

Entre suas contradições destaca o crescimento dos aparelhos burocráticos quando o Estado aumenta em suas dimensões. Quanto mais democracia mais burocracia. Surge daí a oposição entre democracia e desenvolvimento técnico. Entre competência versus incompetência, tecnocracia versus política.

#### DOIS LIBERALISMOS: DO LIBERALISMO DE FACHADA AO ESTADO DE DIREITO

No Brasil, segundo vários autores, o liberalismo funcionou até durante a República Velha como fachada, submetido aos padrões políticos do latifúndio. Os textos de Schwarz mostram como o verniz liberal era a tônica dos plantadores e escravistas. Ainda no mesmo sentido um pensador conservador como Oliveira Viana criticava o idealismo da constituição republicana e a distância entre o país real e o país legal. O real aparecia no discurso da direita conservadora afirmando o isomorfismo da sociedade civil (na visão gramsciana uma sociedade gelatinosa) incapaz de perceber as suas necessidades, tendo que ser conduzida, dirigida. O liberalismo aparece aí como alguma coisa pra inglês ver. O ideal do "self-government (autonomia) não se aplica nesta realidade.

Em escritores de correntes ideológicas diferentes como, por exemplo, Nelson Werneck Sodré o liberalismo faz parte dessa fachada. Em Schwarz, já citado, o liberalismo é colocado como “fora do lugar”.

Qual é o lugar do liberalismo na sociedade brasileira? Na história brasileira alguns autores argumentam que os *princípios liberais* fazem parte segundo eles da nossa história. Exemplo: ação de juristas como Rui Barbosa para o qual *o liberalismo seria alguma coisa inerente e não como coisa postíça da realidade*

A partir de 30, há um rebaixamento na difusão destas idéias: os críticos de esquerda e de direita fecham o “caminho” para a existência do liberal. O grande choque contra o liberalismo clássico dá-se com o fascismo e a revolução russa. Durante um longo tempo o pensamento liberal esteve ausente dos debates políticos.

Nos anos de 64 a 68 era comum se pensar o Brasil a partir de uma lógica de guerra, em termos de revolução e contra – revolução. Contudo, a partir de 1968 (época do AI-5) os velhos e antigos ideais liberais são revividos e atualizados, *crecendo a importância da idéia de liberdade individual*. Esse ressurgimento com a reivindicação de direitos individuais os mais elementares atrai um número expressivo de pessoas para tal reivindicação.

*O liberalismo poderia ser visto então a partir de 68 até hoje como um patamar de valores fundamentais, sobre os quais se assenta o Estado de Direito e dos quais não se pode descer sob pena de incorrer uma sanção da sociedade*. Nesse sentido, toda e qualquer violência ao indivíduo em seus direitos (civis, políticos e, em parte, sociais) tende a ser condenado por amplos setores da sociedade. A velha oposição entre “país real” e “país legal” simplificava o problema. No entanto, esse Estado de Direito que defende os direitos civis, de expressão, direitos políticos – pára diante de certos temas.

#### EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NOS ANOS 80

Na discussão política dos últimos vinte anos o conceito de sociedade civil foi sendo reconhe-

cido como o ator coletivo e sujeito, em substituição a outras formas de mobilização como sindicatos, partidos, etc. Pelo menos em três contextos históricos a idéia de sociedade civil esteve presente. No primeiro, com a crise dos Estados autoritários do Leste Europeu o conceito foi empregado significando a auto-organização dos setores marginais em face o Estado ditatorial.

Desde fins dos anos 70, a oposição na Polônia colocou a sociedade civil como o outro pólo no confronto com o Estado, com um discurso claro de ruptura com o Estado socialista. Do mesmo modo na Hungria, a referência a democratização política e o fortalecimento da sociedade civil serviram a diferentes projetos políticos que queriam a abertura para uma economia de mercado. Após a crise do Solidariedade, a sociedade civil tem sido empregada como referência ao governo local, às associações voluntárias, às instituições culturais ou educativas. Não fica claro, se os que falam em sociedade civil pensam em deslocar o papel da democracia parlamentar.

O conceito foi empregado também em outro contexto político. Com a reconstrução da sociedade na transição democrática latino-americana a sociedade civil foi entendida como uma rede de grupos e associações que se colocava entre a família e os grupos e as instâncias estatais. Podia-se falar em sociedade civil como de núcleos da sociedade (associações religiosas, associações de interesse, grupos vicinais) que nesse momento de consolidação democrática são atores privilegiados – e nesse caso, inclui-se na esfera da sociedade civil os partidos e as organizações políticas?

O terceiro contexto relaciona-se com a situação europeia e norte-americana e a crise do *Welfare State*. Desde os anos 70, correntes de esquerda defendem o ideal de democratização a partir dos setores de baixo, marginalizados, questionando os modelos do estatismo keynesiano e do neoliberalismo.

#### DEMOCRATIZAR A SOCIEDADE E O PODER DO ESTADO

O que o pensamento de esquerda que defende a igualdade social tem a dizer sobre a liberdade nos seus vários níveis? As duas noções que

vem do passado - Liberdade e Igualdade - estão na concepção moderna do indivíduo. Na medida em que se reconhece que se tem a liberdade de se fazer o que se quer, como definir a liberdade em política? Se a liberdade é a expressão da vontade, na concepção clássica (Locke por exemplo) acaba-se pensando como atributo da vida privada, associada à idéia da propriedade. Paradoxalmente, se ela só se realizar no âmbito da vida privada estaria ausente do plano da política.

Esta idéia é criticada por uma pensadora liberal mais progressista (H. Arendt). Ante a idéia de liberdade como vontade, como arbítrio, coloca-se a idéia de liberdade na política ("na vida privada não há liberdade", diz Arendt, defensora do comunitarismo libertário). Enquanto que na vida privada há interesse, na política destaca-se a noção de responsabilidade. Com isso, segundo ela, já não há uma vinculação necessária entre liberalismo político e liberalismo econômico.

O pensamento de Gramsci deve ser citado aqui, pois com ele aparece a questão da hegemonia invertendo amplamente a questão dicotômica política / economia. No âmbito da sociedade civil estão as associações privadas ligadas ao Estado. O plano da sociedade civil contrapõe-se a sociedade política (noção de hegemonia). Em Gramsci (como em H. Arendt), há uma preocupação radical com a questão do poder e a liberdade. Se pudessemos definir entre o liberalismo político e o liberalismo econômico que poderia haver uma coisa e outra, que não há uma relação tão imediata entre o plano da dominação econômica e o da dominação política estaríamos definindo a democracia.

Analisando as relações entre *democracia e socialismo* Bobbio considera a democracia como *subversiva*. Isto porque, em quaisquer das formas que ela se instala - direta ou indireta, assembleia ou representativa - tende a mudar a tradicional concessão do poder. Do lado do socialismo, a subversão está na compreensão da necessidade de transferência de propriedade dos meios de produção privados para o Estado e instauração de uma hipotética sociedade sem classes com o fim do Estado.

O *projeto político de Marx*, que tinha como princípio a ditadura do proletariado está ultrapassado pelo tempo e não serve para pensar o socialismo nos dias de hoje. A tecnologia transfor-

mou radicalmente a vida das pessoas. Do ponto de vista histórico, é preciso considerar que a democracia política criada pelo *Liberalismo* que reconheceu ao longo do tempo os direitos civis e políticos foi complementada pelo impulso dado pelos socialismos. A base da democracia liberal fundada no sufrágio era reduzida e não chegava às massas populares, às mulheres, aos pobres, aos ignorantes que não gozavam do direito político. Com a pressão dos socialistas a democracia das elites foi substituída pela democracia das massas.

O segundo aspecto está na organização do Estado de Direito, cujos procedimentos foram ampliados pelo Socialismo que transformou a garantia individual em coletiva, defendendo a liberdade do povo, de toda a sociedade e não de um indivíduo particular. Por isso, enquanto o Liberalismo tende a valorizar o privado sobre o público, o socialismo ao contrário tende a colocar o público como mais importante que o privado.

O terceiro aspecto mais problemático. Na atualidade o Socialismo para vários autores não tem como preocupação a destruição do capitalismo como no passado através de partidos e movimentos. Já se passaram mais de 150 anos que Marx escreveu suas importantes obras e a democracia política do liberalismo clássico era diferente do que se tem hoje. Ao invés de ser somente política ela se amplia para outros setores como cultural, científica, humanista. Enquanto o Liberalismo destaca o mercado como fundamento essencial da democracia, o Socialismo tende a apostar em outras bases, como o trabalho, a democracia e a ciência.

#### CONCLUSÕES: AINDA É POSSÍVEL O MARXISMO?

Os artigos de Bobbio ajudam a refletir sobre possíveis pontos de aproximação entre a doutrina liberal e o socialismo. Como avançar na democracia representativa? Alguns instrumentos da democracia direta como referendos, plebiscitos ainda são muito incipientes para substituir a democracia indireta. Setores da esquerda têm muitas vezes hiper-valorizado a democracia direta, fazendo dela um *fetichê*, não questionando, entretanto, as reais possibilidades e suas ligações com a democracia indireta.

Para o filósofo os objetivos socialistas podem ser alcançados nos quadros da democracia liberal, através de um novo contrato social que articule os princípios da justiça social com os direitos civis. Somente um Estado liberal pode garantir os direitos fundamentais: liberdade de opinião, expressão, escrita, de reunião, associação, etc.

O objetivo é passar da democratização do Estado no sentido estrito (judiciário, legislativo, executivo), para a democratização de outros poderes, transformando todas as instituições não democraticamente geridas: da família à escola, das grandes empresas à administração pública. As dificuldades para o alargamento da democracia liberal (impossível a democracia direta) são várias: a grande escala da vida moderna, a crescente burocratização do Aparelho do Estado, a crescente tecnicidade das decisões, tendência da sociedade civil em se transformar em sociedade de massa.

A questão fundamental, quando se trata de Democracia e Socialismo, reorganização do Estado e da Sociedade Civil ainda é a mesma do passado: "Como será possível controlar os interesses antagônicos de forma de que nenhuma concen-

tração de interesses consiga exercer um monopólio do poder econômico ou poder político ou dominar o processo de tomada de decisões?" (MOUFFE, Chantal)

Algumas teses fundamentais do velho Marx sobre a estrutura do capitalismo permanecem atuais, como o caráter explorador do capitalismo, a divisão social, a globalização e o capital financeiro, entre outras. Do marxismo clássico a tese a ser abandonada, além da visão instrumental do Estado, é sem dúvida a que definiu a classe operária como sujeito da história. A classe operária deixou de ser há muito tempo o sujeito central e exclusivo da história dando lugar a uma pluralidade de sujeitos, impossíveis de serem definidos *a priori*. A partir dos anos 90 a perda da centralidade da produção industrial provoca o enfraquecimento do movimento operário, dos sindicatos e centrais sindicais. Os tempos são outros: de exclusão social, neoliberalismo e globalização. Desse modo, duas questões alimentam o debate na atualidade: Está-se condenado ao neoliberalismo? Não há alternativa além do quadro do neoliberalismo?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Afinidades de Norberto Bobbio. IN: *Zona de Compromisso*. São Paulo, UNESP, 1996.
- BOBBIO, N. Existe uma doutrina marxista do Estado? IN: BOBBIO, e outros. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979
- \_\_\_\_\_. Quais as alternativas para a democracia representativa? IN: BOBBIO, e outros. *O Marxismo*

- e o Estado*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.
- MOUFFE, Chantal. Rumo ao socialismo liberal. IN: *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberal*. São Paulo, Cardim Editora, 1988.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que Democracia*. 2ed, São Paulo, Brasiliense, 1984.

## MARX E A QUESTÃO DA NATUREZA

Romero Venâncio\*

### INTRODUÇÃO

Os temas ligados à natureza nunca ocuparam um lugar central na obra de Marx e Engels. Não temos uma obra sistemática escrita pelos dois pensadores no que diz respeito a temas, tais como: meio ambiente, ecologia, ecossocialismo ou coisas do gênero. O que encontramos são breves comentários a temas ambientais, citações sobre o tema da natureza, notas e textos curtos ou cartas em que Marx demonstra as suas posições sobre estas temáticas. É claro que temos que entender que o pensador comunista está imerso na situação histórica do século XIX e que neste século as temáticas ambientais não eram um problema central, acreditava-se que os recursos naturais eram infinitos e sempre repostos pela própria natureza. Podemos ainda reconhecer que este não apenas um problema do pensamento marxista, mas de grande parte da tradição filosófica Ocidental: a filosofia grega inicia uma reflexão sobre a natureza e seu caráter mágico e em seguida a sua situação de "outro" da realidade humana. A problemática da natureza após o pensamento grego é quase totalmente esquecida, tanto pela teologia medieval, como pela filosofia moderna e só sendo recuperada e incorporada à tradição filosófica pelo romantismo alemão e por alguns pensadores do Idealismo alemão (DUARTE, 1986). Como percebemos, Marx e Engels não estavam sozinhos no "esquecimento deste outro" chamado natureza, se é que houve de fato tal esquecimento na obra marxiana.

Na tradição marxista do século XX as questões ambientais são uma preocupação recente, os primeiros trabalhos datam da década de 60 e segundo o mais importante estudioso marxista do

tema John Bellamy Foster, as relações entre o pensamento de Marx e as questões ambientais ainda estão em processo de elaboração e de discussão, mas "que se movem".

O nosso brevíssimo texto sobre a temática está dividido em duas partes: primeiro apresentaremos a temática da natureza em Marx; segundo discutiremos a ampliação da temática no marxismo contemporâneo para a idéia de "ecossocialismo".

### MARX E A QUESTÃO DA NATUREZA

Numa obra seminal, fruto de pesquisa de mestrado, o filósofo Rodrigo Duarte chama a atenção para as críticas dos ecologistas e ambientalistas ao pensamento de Marx. Seria o pensador alemão partidário de um "humanismo conquistador", que opõe o homem à natureza, o que faz deste mesmo homem senhor do mundo natural (DUARTE, 1986). É verdade que encontramos na obra de Marx algumas referências ao "controle" e à "supremacia" sobre a natureza e isto abre margem para leituras reducionistas da sua obra. Todavia, os termos "supremacia" ou "controle" da natureza remetem com freqüência, simplesmente ao conhecimento das leis da natureza (FOSTER, 2005; LOWY, 2005). Na verdade, o que chama a atenção desde os primeiros escritos de Marx é uma espécie de "naturalismo latente", sua visão do ser humano como ser natural, inseparável do seu ambiente natural. Nos *Manuscritos de 1844*, essa idéia fica evidente: "Dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolúvelmente ligada à natureza, não significa outra coisa senão que está indissolúvelmente ligada com ela

\* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba e professor do Departamento de Filosofia da UFS.

mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (Marx, 2004:105).

Podemos ver no texto acima um humanismo, mas na obra inicial do pensador alemão o humanismo como um comunismo que é, ao mesmo tempo, um "naturalismo acabado"; e, sobretudo, ele o concebe como a verdadeira sedução para o "antagonismo entre o homem e a natureza". Marx politiza a discussão sobre a natureza ao incluir a necessidade da abolição positiva da propriedade privada e conseqüentemente a possibilidade de realização da "unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo completo do homem e o humanismo completo da natureza" (Marx, 2004:105). Esta passagem não se refere diretamente às ameaças ao meio ambiente, mas é da lógica deste tipo de naturalismo permitir uma abordagem da relação Homem/natureza que não seja unilateral (FOSTER, 2005). Segundo os ecologistas, Marx, seguindo David Ricardo, atribui a origem de todo valor e de toda riqueza ao trabalho humano, negligenciando a contribuição da natureza (DUARTE, 1986). Esta crítica resulta, na opinião de Jonh Bellamy Foster, de um mal entendido: Marx utiliza a teoria do "valor trabalho" para explicar a origem do "valor de troca" no âmbito do sistema capitalista. A natureza, por outro lado, participa da formação das verdadeiras riquezas, que não são valores de troca, mas valores de uso. Esta tese é explicitamente empregada por Marx na obra *Crítica ao programa de Gotha* ao criticar as idéias de Lassalle e seus seguidores: "o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é fonte dos valores de uso" (MARX, 1985).

Os ecologistas acusam Marx e Engels de "produtivismo". Para Rodrigo Duarte tal hipótese não é justificada, na medida em que ninguém denunciou tanto quanto Marx, a lógica capitalista de produção pela produção, a acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias como fim em si (DUARTE, 1986). A idéia mesma de socialismo – ao contrário de suas miseráveis experiên-

cias burocráticas e fordistas é a de uma produção de valores de uso, bens necessários à satisfação das necessidades humanas (KURZ, 1997). O "objetivo supremo" do progresso técnico para Marx não é o conhecimento infinito de bens mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre. No entanto, é verdade que se encontra na obra de Marx (e ainda mais no marxismo ulterior) uma postura pouco crítica a respeito do sistema de produção industrial criado pelo capital e uma tendência a fazer do desenvolvimento das "forças produtivas" o principal vetor do progresso (isto pode ser conferido tanto no *Manifesto comunista* como no *Prefácio à crítica da economia política*). Há em alguns escritos de Marx um certo evolucionismo, uma simpatia pela filosofia do progresso e pelo cientificismo marcante no pensamento Europeu do século XIX (DUARTE, 1986). A seguinte passagem dos *Grundrisse* é um bom exemplo do "entusiasmo evolucionista" do pensador alemão:

"Ele (o capital) se eleva a um nível social tal que todas as sociedades anteriores aparecem como desenvolvimento puramente locais de humanidade e como uma idolatria da natureza. Com efeito, a natureza torna-se um puro objeto para o homem, uma coisa útil".<sup>1</sup>

Parece faltar a Marx uma noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas. Esta parece ser a percepção de Rodrigo Duarte no capítulo intitulado: "as críticas dos ecologistas ao marxismo". Por outro lado e num esforço sempre dialético de ler a obra de Marx, podemos perceber em certas passagens relativas à agricultura (não citados por Rodrigo Duarte e nem pelos críticos de Marx) um esboçar-se de uma verdadeira "problemática ecológica", e uma crítica das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista. O que encontramos nestes textos é um tipo de teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como

<sup>1</sup> A citação dos *Grundrisse* foi traduzida por Daniel Romero e consta do livro: "Marx e a técnica", Editora Expressão Popular, 2006.

resultado do produtivismo capitalista. Um texto de Marx merece destaque, a saber, o livro III de *O Capital* no capítulo intitulado: "Gênese da renda fundiária capitalista"

"Grande indústria e grande agricultura, explorados industrialmente, atuam conjuntamente. Se originalmente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mas diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra" (MARX, 1985).

É notório na citação que o pensador alemão se concentra sobre a agricultura e o problema da devastação dos solos, mas ele vincula esta questão a um princípio mais geral (como é próprio no método marxista), a ruptura no sistema de trocas materiais entre as sociedades humanas e o meio ambiente, em contradição com as "leis naturais da vida". É interessante notar dois pontos importantes no texto de Marx: a cooperação entre indústria e agricultura, e a extensão dos danos, graças ao comércio internacional, a uma escala global. Numa outra passagem de *O Capital* (livro I), na conclusão do capítulo sobre a grande indústria e a agricultura, Marx coloca explicitamente a questão das devastações provocadas pelo capital sobre o ambiente natural e revela uma visão dialética das contradições do progresso induzido pelas forças produtivas:

"Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e a terra... E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada pro-

gresso é simplesmente um progresso na ruína das fontes permanentes desta fertilidade... Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador" (MARX, 1984).

Diante das críticas sofridas por Marx de crença cega no progresso e no produtivismo inexorável, este texto é notável. Primeiro por entender que o progresso pode ser destrutivo, um progresso na degradação e na deterioração do meio ambiente natural (tese que em muito lembra a concepção da "dialética do Esclarecimento" de Adorno e Horkheimer). Segundo, a exploração e o aviltamento dos trabalhadores e da natureza são postos em paralelo, como resultado da mesma lógica predatória, aquela da grande indústria e da agricultura capitalista. A esta associação direta entre a exploração do trabalhador e da natureza, à despeito de seus limites, abre um campo de reflexão sobre a articulação entre luta de classes e luta em defesa do meio ambiente em combate comum contra a dominação do capital (CHESNAIS e SERFATI, 2003). Mais notável ainda (principalmente, pela sua atualidade) é a avaliação que Marx faz da situação das florestas submetidas à lógica do capital: "um exemplo espantoso são as florestas, que só são em certa medida administradas de acordo com o interesse geral a onde elas não estão submetidas à propriedade privada mas a questão estatal".

Os dois problemas (degradação do solo e das florestas) estão estritamente ligados nas análises de Marx na maturidade. De um modo geral, quando de discute a temática da natureza em Marx tende a se recorrer as obras da juventude (1843-1844). A nossa intenção foi chamar atenção dos textos marxistas da maturidade como: *Grundrisse* e *O Capital*, no intuito de contrapor a posição desqualificadora de uma certa corrente ecológica que vê na obra do pensador alemão apenas uma visão deslumbrada do progresso e de uma necessária dominação da natureza. Seguimos aqui os passos do filósofo Rodrigo Duarte no capítulo: "a natureza em Marx e a polêmica atual".

## A QUESTÃO DO "ECOSSOCIALISMO"

Esse pulo abrupto da temática da natureza em Marx para o problemático conceito de 'Ecosocialismo', pode parecer despropositado. Primeiro, porque teríamos que percorrer um caminho que vai do próprio Marx e alguns teóricos marxistas (William Morris; Walter Benjamin; Alfred Schimit e outros) à crítica ao "socialismo real". Segundo, teríamos que fazer uma avaliação histórico-conceitual do termo "ecossocialismo", o que num breve texto como este nosso, não seria possível. Faremos apenas alguns apontamentos dentro dos limites do possível. A idéia central é refletir sobre o termo "ecossocialismo" como "consequência necessária" da temática da natureza em Marx. Tomaremos como referência dois textos fundamentais e que podemos ter como base para o conceito, a saber: *"ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas"* de François Chesnais e Claude Serfati; *Marx e a questão ambiental* de Jonh Bellamy Foster. Chamaremos a atenção ainda para os textos mais recentes de Michael Löwy e *o Manifesto Ecosocialista internacional*.

Dentro da tradição dos marxistas contemporâneos e heterodoxos o termo "ecossocialismo" surge a partir de duas fontes teóricas: a primeira é a releitura dos textos de Marx sobre a questão ambiental (situando-a historicamente e articulando como uma possível "crítica da ecologia política").

A segunda, é a partir da crítica e do descontentamento dos marxistas com correntes dominantes do pensamento ecológico contemporâneo. Correntes estas que se limitam a crítica de desastres ecológicos e a propor políticas públicas dentro da lógica do capital, sem colocar em questão as relações entre a destruição paulatina do ecossistema e o "sistema produtor de mercadorias".

Entendemos por ecossocialismo, uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista e uma perspectiva emancipatória, um projeto socialista que visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização. Do ponto de vista ideológico, trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo ao

mesmo tempo que o livra das influências positivistas e produtivistas (LOWY, 2005). Do ponto de vista ideológico trata-se de uma lógica de mercado e do lucro, assim como a do autoritarismo burocrático de ferro do socialismo real, que são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural.

Dentro do marxismo, essa corrente esta longe de ser politicamente homogênea, mas a maioria dos seus representantes partilha de alguns termos comuns, como por exemplo, a tentativa de articular as idéias fundamentais do socialismo marxista com as posições da crítica ecológica contemporânea (FOSTER, 1999).

Assim como Marx partia da situação concreta do capitalismo no século XIX e de suas contradições, o movimento ecossocialista entende que o modo de produção e de consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado numa lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, das mercadorias), do esgotamento dos recursos, do consumo ostentatório, e da destruição acelerada do ecossistema, não pode de modo algum, ser expandido para o conjunto do planeta. A continuação do "progresso capitalista" e a expansão da civilização fundada na economia de mercado, ameaça diretamente a própria sobrevivência da espécie humana. A racionalidade limitada do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditórios com uma "racionalidade ecológica", que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais (KURZ, 1997). É próprio de sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido ser um destruidor dos "equilíbrios naturais". Contra o fetichismo da mercadoria e a "autonomização reificada" da economia contemporânea, o "jogo do futuro" está, para os ecossocialistas numa política econômica fundada em critérios não-monetários e extra econômicos, em outras palavras: a "reimbricação do econômico no ecológico, no social e no político" (BENSAÏD, 1999).

A corrente ecossocialista entende os limites de reformas parciais e as insuficiências de tal postura. É preciso substituir a "microrracionalidade" de lucro por uma "macrorracionalidade" social e ecológica, o que exige uma verdadeira "mudança de civilização". Isso é impossível sem uma profun-

da reorientação tecnológica, que use a substituição das atuais fontes de energia por outros, não-poluente e renováveis. Portanto, uma questão central que se coloca é a do controle dos meios de produção, e, sobretudo, das decisões de investimento e de mutação tecnológica, que devem ser arrancadas dos bancos e das empresas capitalistas para se tornar um bem comum da sociedade. Por fim, o ecossocialismo entende ser necessária uma mudança radical no consumo, todavia, o problema da civilização burguesa não é, como entendem em geral os "ecologistas verdes", o consumo excessivo da população (que jamais foi verdade para os países empobrecidos de terceiro mundo pela lógica do capital), e a solução não é a limitação geral do consumo, notadamente nos países capitalistas avançados. É o tipo de consumo atual, fundado na ostentação, no desperdício, na alimentação mercantil, na obsessão acumuladora, que deve ser questionado pela raiz (KURZ, 1997). Uma reorganização de conjunto no modo de produção e consumo é necessário, fundado em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população (não necessariamente pagáveis) e a preservação do meio ambiente, eis a "filosofia prática" do ecossocialismo.

### CONCLUSÃO

A título de conclusão, acreditamos que a obra de Marx, apesar dos aspectos conjunturais mar-

cados pela idéia de progresso do século XIX, ainda é muito importante na discussão de uma "crítica da ecologia política" e num projeto ecossocialista. A perspectiva de um marxismo não-ortodoxo na reflexão sobre temas ecológicos é indicar não apenas um novo modo de produção e uma sociedade igualitária e democrática, mas também a um novo modo de vida alternativo, ecossocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção de mercadorias nocivas ao meio ambiente. Utopia? Talvez. Mas entendida num sentido preciso: utopia como elemento indispensável à mudança social, com a condição de que seja fundada nas contradições da realidade e nos movimentos sociais reais (LOWY, 1995). Um marxista não-dogmático não pode entender a utopia como uma mera "domesticação do futuro", ela é necessária e urgente, mas deixando de modo claro a observação de Dannie Bensaïd, naquela que reputamos ser a mais importante obra marxista em português publicada na década de 90:

"A história não é nem um conjunto caótico de fatos (como em Schopenhauer), nem uma estrutura significativa unificada (como em Hegel). O mundo enquanto totalidade articulada não está submetido a nenhuma idéia unitária que lhe confira um sentido" (BENSAÏD, 1999: 438)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, F. & SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: *Crítica marxista*. Nº. 16, São Paulo: Boitempo, 2003.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DUPUY, Jean Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DUARTE, R. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo: Loyola, 1986.
- FOSTER, J. Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005
- FURTADO, J. Luiz. O lugar da ciência segundo Marx. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1995. In: *Trânsito filosófico: política e ciência*.
- JAPE, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona editora, 2006.
- LÖWY, M. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Revolta e melancolia: o romantismo na contra-mão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. De Marx ao ecossocialismo. In: *Pós-neoliberalismo II*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEDICI, A. César. Marx e o meio ambiente. In: *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984/1985. Col. OS ECONOMISTAS, Vol. I, II, III.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PELIZZOLI, M. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- VÁRIOS AUTORES. Manifesto ecossocialista internacional. São Paulo: Cortez editora, 2005. In: Lowy, M. *Ecologia e Socialismo*.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SCHMIED-KOWARZIK, W. O futuro ecológico como tarefa da filosofia. In: *Práxis e responsabilidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

# CLAUSS OFFE E OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Afonso Nascimento\*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir a relação entre a obra do cientista político Claus Offe e os paradigmas da Ciência Política – Behaviorismo, Escola Racional e Neo-Institucionalismo. Sustenta portanto a tese de que o referido autor, criticando ou aderindo, tem, de algum modo, uma forma de relacionamento com aqueles paradigmas.

Principal cientista político alemão vivo, Offe é produto da "segunda geração"<sup>1</sup> da Escola de Frankfurt<sup>2</sup>, onde foi discípulo e depois colega de Jürgen Habermas. A sua produção científica possui três características principais. Trata-se, em primeiro lugar, do seu aspecto eclético, traduzindo influências da sociologia do trabalho, da Escola de Frankfurt, da sociologia radical norte-americana, da teoria dos sistemas e do marxismo ortodoxo.<sup>3</sup> O segundo traço é a sua forte dimensão normativa e o último tem a ver com a marcante orientação empírica de suas pesquisas.

Numa bem sucedida carreira internacional (que inclui passagens por diversas universidades eu-

ropéias e norte-americanas), Offe publicou uma série de livros e artigos em que aborda temas como a revisão do capitalismo, a análise do estado capitalista, a formação e os processos de crise, a política do estado de bem-estar, a política propriamente dita, a reunificação das Alemanha e os processos de transição democrática nos países do Leste europeu<sup>4</sup>.

Este *paper* discutirá três artigos de Offe em que cada um dos paradigmas mencionados é analisado. Eles são os seguintes: a) *Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas*, de 1984; *Political Economy: an overview*, de 1996; e *Designing Institutions in East European Transitions*, de 1996<sup>5</sup>. É preciso destacar que a escolha dos textos acima não é exaustiva e que, portanto, em outros trabalhos de Offe diálogos outros com paradigmas de Ciência Política podem ser encontrados<sup>6</sup>.

Neste trabalho é usado o conceito de paradigma<sup>7</sup> num duplo sentido. Serve, por um lado, para designar e diferenciar as diversas etapas históricas no desenvolvimento da Ciência

\* Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre (DEA) em Estudos Políticos pela Universidade de Montpellier, França. Professor do Departamento de Direito da UFS.

<sup>1</sup> Entre os nomes da "primeira geração" estão os de Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin e Fromm. Da "segunda", além de Offe e Habermas, é preciso mencionar os nomes de Negt, Dahrendorf e Schmidt. Da "terceira", o principal nome é sem dúvida o de Axel Honneth.

<sup>2</sup> Entre os muitos trabalhos sobre a Escola de Frankfurt, consultar BOTTOMORE, Tom. *The Frankfurt School*. Chichester: Ellis Horwood, 1984.

<sup>3</sup> Ver a este respeito JESCOR, Bob. *The Capitalist State*. New York: New York University Press, 1982, p. 106.

<sup>4</sup> Consultar a bibliografia anexa para uma idéia do conjunto da obra de Offe.

<sup>5</sup> Esses artigos fazem parte, respectivamente, dos seguintes livros: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; GOODIN, Robert E. Hans-Dieter Klingeman (Eds.) *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996 e GOODIN, Robert E. *The Theory of Institutional Design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>6</sup> Vale lembrar que, além do conhecido texto sobre a ação coletiva presente nos Problemas Estruturais, muitos outros objetos como o utilitarismo, a teoria dos jogos e a racionalidade são tratados no livro de Offe, Claus. *Modernity and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>7</sup> Thomas Kuhn escreveu um livro de citação incontornável sobre o conceito de paradigma. Contra a idéia de que a ciência avança de um modo acumulativo, ele desenvolveu o argumento de que os progressos da ciência se dão por rupturas ou por evoluções. Como são muitos os sentidos de paradigma na obra de Kuhn, prestando-se portanto a confusões, é preciso dizer que o seu trabalho é a base de reflexão sobre o conceito de paradigma aqui utilizado, mas que o seu significado não é necessariamente kuhniano. Cf. KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

Política e, dentro dela, por um outro lado, para nomear a "teoria hegemônica" que estrutura os programas de estudos teóricos e as pesquisas empíricas dentro da comunidade dos cientistas políticos. É nesse sentido, sem prejuízo de outros enfoques como o Funcionalismo, a Teoria dos Sistemas, o Marxismo etc., que se pode falar nos paradigmas do Behaviorismo, da Escolha Racional e do Neo-Institucionalismo, respectivamente.

A estruturação deste artigo é a seguinte. Numa primeira parte, é examinada a crítica que Offe faz ao Behaviorismo, centrada sobre a seletividade estrutural e a possibilidade ou não de conceitos negativos. Na parte seguinte, discute-se a crítica de Offe ao caráter excessivamente economicista da Escolha Racional. Na última parte enfoca-se a teoria de Offe sobre as instituições. É necessário lembrar que, no início de cada seção, uma introdução é feita sobre as principais idéias de cada um dos paradigmas. Na conclusão, são feitas observações teórico-metodológicas sobre a pertinência e a adequação das afirmações e das teses de Offe.

### OFFE E O BEHAVIORISMO

O Behaviorismo é o paradigma fundador da Ciência Política. Surgiu nos anos 30, "em reação contra as especulações da filosofia"<sup>8</sup> ou, noutras palavras, em oposição àquilo hoje chamado de "velho institucionalismo". Conheceu seu apogeu nos anos 50 do século passado. A "revolução behaviorista"<sup>9</sup> correspondeu a uma irreversível ruptura contra o hiperformalismo que grassava nos estudos sobre o Estado e a política.

Com o Behaviorismo, a ênfase dos estudos políticos passou a ser sobre o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Metodologicamente, dá-se uma aproximação com as ciências sociais mais

estabelecidas como a Sociologia e são privilegiados "os problemas de observação, de verificação e de quantificação"<sup>10,11</sup>, fascinados que eram os behavioristas pelo rigor e pela objetividade encontrados nas ciências exatas.

Diversas foram as áreas da política sobre as quais os behavioristas se concentraram. É de destacar as seguintes: o voto, a participação eleitoral, a opinião pública, os partidos políticos, os grupos de interesse e os processos de tomada de decisão<sup>12</sup>.

Três têm sido as principais críticas dirigidas aos behavioristas. Em primeiro lugar, aparece o "imperialismo da metodologia", ou noutras palavras, "reduzir a realidade social àquilo que é mensurável"<sup>13</sup>. Em segundo lugar, trata-se da "pretensão de construir uma ciência objetiva e neutra, separando fatos e valores"<sup>14,15</sup>. Por último, o excessivo esforço dirigido à observação científica, em prejuízo da interpretação e da teorização dos resultados.

Sobre o artigo mencionado acima em que Offe faz uma crítica ao Behaviorismo, ele tem cinco partes. Opondo-se às teses instrumentalistas e estruturalistas sobre a natureza classista do Estado moderno, Offe procura demonstrá-la a partir do interior do próprio Estado. Para ele, esse caráter de classe pode ser exposto através da seletividade de políticas estatais que visariam a beneficiar os interesses das classes capitalistas.

A polémica de Offe com os behavioristas reside sobre a possibilidade de conceitos negativos, em oposição a conceitos positivos, que juntos poderiam servir para determinar a seletividade de classe a que se propõe o autor. Nessa parte ele está debatendo, a rigor, com Luhman e com os behavioristas. A fim de tornar mais claras e objetivas as posições envolvidas, este trabalho limitar-se-á a sintetizar somente as argumentações dos behavioristas e as de Offe.

<sup>8</sup> Cf. BRAUD, Philippe. *La Science Politique*. Paris: PUF, 1982, p. 28.

<sup>9</sup> Sobre essa "revolução behaviorista", ver TRUMAN, David E. *The Impact on Political Science of the Revolution in the Behavioral Sciences*. In *Research Frontiers in Politics and Government*, 1955.

<sup>10</sup> Cf. SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologie politique*. Paris: Éditions Montchrestien, 1977, p. 5.

<sup>11</sup> Cf. BRAUD, op. cit. p. 99.

<sup>12</sup> Cf. SCHWARTZENBERG, op. cit. p. 16.

<sup>13</sup> Cf. SCHWARTZENBERG, op. cit. p. 18.

<sup>14</sup> Cf. SCHWARTZENBERG, op. cit. p. 18.

<sup>15</sup> Cf. SCHWARTZENBERG, op. cit. p. 19.

Para os behavioristas, é impossível determinar quais os não-acontecimentos que poderiam ser considerados relevantes. Offe resume a posição deles, afirmando que "a perspectiva dos cientistas políticos que declaram os conceitos negativos, em sua totalidade, como metodologicamente ilegítimos, e, portanto, também a tentativa de analisar relações de dominação segundo o critério do que elas probem. As estruturas de dominação política só devem ser reconstruídas a partir de dados do comportamento observado"<sup>16</sup>.

Offe faz uma crítica aos argumentos behavioristas, posto que eles impedem de perceber os sistemas políticos como "determinados pela exclusão de certos eventos (portanto por "não-eventos") ou pela percepção sistematicamente distorcida de possibilidade de ação"<sup>17</sup>.

Para ele, chega-se assim ao problema metodológico seguinte: os behavioristas contentam-se em selecionar só aqueles "não-eventos", captados pelo sistema e que são logo contingentes e renováveis a qualquer hora, renunciando a um conceito de seletividade colado à estrutura de um sistema social<sup>18</sup>.

Contra tal atitude metodológica, Offe desfecha um ataque. Ele diz que os behavioristas "operam com um conceito de dominação que se reduz unicamente aos conflitos internamente admitidos no sistema e às controvérsias empiricamente registráveis, não conservando a concepção de seletividade estrutural de uma organização de dominação nem sequer como uma simples reminiscência. A partir (...) da perspectiva particularista dos behavioristas, tudo se homogeneiza"<sup>19</sup>.

A seguir, Offe discute oito soluções normativas e empíricas para o problema e as descarta. A sua resposta para o problema, ele a dá nos seguintes termos: "(...) os limites histórico-concretos de um

sistema de dominação (...) somente podem ser percebidos no contexto da práxis política, e identificados nos conflitos de classe realizados mediante ações e organizações, nas quais opções normativas coletivas se transformam em violência empírica". Conclui afirmando que "o caráter de classe do Estado comprova-se *post foestum*, depois que os limites de suas funções transparecem nos conflitos de classe, tomando-se ao mesmo tempo visíveis para o conhecimento objetivado"<sup>20</sup>.

### OFFE E A ESCOLHA RACIONAL

A Escolha Racional veio para contrabalançar o domínio do Behaviorismo. Embora deite raízes nos anos 50<sup>21</sup>, o seu apogeu ocorreu sobretudo anos 80 do século passado. *Grosso modo*, caracteriza-se pela tentativa de explicar a política pela economia.

Segundo Ritzer<sup>22</sup>, o paradigma da Escolha Racional combina três elementos. O primeiro é o utilitarismo. É dessa corrente filosófica que é derivada uma certa concepção do homem, entendido como um ser egoísta, maximizador de seus interesses privados. A racionalidade que rege a sua ação é portanto no sentido de maximizar utilidades.

O segundo elemento é a teoria dos jogos. Sendo os agentes egoístas, é natural que se relacionem uns com os outros de forma estratégica. Transplantada da Economia, a teoria dos jogos é muito útil a este respeito. Essa teoria apresenta uma classificação dos jogos como sendo cooperativos, não-cooperativos até chegar ao próprio conflito. Por último, estaria a visão neo-clássica da economia. Além dos três traços mencionados, como escreve Ward<sup>23</sup>, "muitos teóricos da Escolha Racional aceitam o princípio do individualismo metodológico".

<sup>16</sup> Cf. OFFE, Dominação de classe e sistema político. In *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 155.

<sup>17</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 155.

<sup>18</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 156.

<sup>19</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 156.

<sup>20</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 161.

<sup>21</sup> A este respeito, ver o trabalho fundante de DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999. Consultar igualmente o livro de OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>22</sup> Cf. RITZER, George. *Modern Sociological Theory*. New York: McGraw-Hill, 1996, p. 263-64.

<sup>23</sup> Cf. WARD, Hugh. *Rational Choice Theory*. In *Theory and methods in Political Science*. (Eds. MARSH, David et GERRY Soker). New York: Saint Martin's Press, 1995.

De acordo com Ritzer, a Escolha Racional põe ênfase sobre os atores. "Eles podem ser purposivos ou tendo intencionalidade. Eles são também vistos como tendo preferências (ou valores, utilidade)".<sup>24</sup> A Escolha Racional leva em consideração os constrangimentos colocados à ação. "O primeiro é a escassez de recursos. (...) Relacionada à escassez de recursos está a idéia de *opportunity costs*". A outra fonte de constrangimentos à ação dos indivíduos são "as instituições sociais"(...) Esses constrangimentos institucionais fornecem ao mesmo tempo sanções positivas e negativas que servem para encorajar certas ações e desencorajar outras"<sup>25</sup>.

Segundo Ward, tratando do tema de forma geral, quatro críticas foram dirigidas à Escolha Racional. A primeira partiu dos "heréticos" da Escolha Racional, que procuraram enfatizar precisamente o caráter limitado da racionalidade. A segunda crítica veio dos psicólogos, segundo os quais "os indivíduos não agem racionalmente num sentido padrão e que são complexos em termos de motivação e em termos psicológicos".

A terceira crítica foi feita por cientistas políticos e estava baseada "na implausibilidade dos pressupostos e nos processos em termos de previsão do modelo da escolha racional". A última mas não menos importante crítica é atribuída aos sociólogos e é "centrada no modo como a escolha racional parece dar pouca importância à estrutura social e aos modos holísticos de explicação".

Em relação à Escolha Racional, Offe dedicou um artigo tratando especificamente desse paradigma<sup>26</sup>. O artigo tem quatro partes. Na primeira, Offe discute as três idéias centrais da Escolha Racional, a saber, a) dotações (*endowments*), b) interação e interdependência na busca de interesses, c) racionalidade e d) externalidades e retroação. Na parte seguinte analisa as perversidades relativas às dotações necessitadas.

É na terceira e na quarta partes que Offe trata mais objetivamente da relação entre a Escolha Racional e a Sociologia. O primeiro ponto de tensão entre ambos é o conceito de racionalidade e os de preferência, gostos, benefícios e interesses.

Em relação à idéia de maximização da utilidade racional, baseando-se em DiMaggio e Powell e outros, Offe diz que, "para agir racionalmente, os agentes teriam de ter conhecimento sobre cursos alternativos de ação e resultados associados com cada dessas alternativas". Tal informação é difícil de ser conseguida e é custosa. "Se um agente não sabe quais serão as conseqüências úteis de sua ação, a maximização de utilidade não é um guia instrutivo para a ação"<sup>27</sup>.

Avançando na crítica, trata das situações de risco e das situações de incerteza. Para ele, "situações de risco permitem probabilidades a ser colocadas a resultados alternativos". Continua dizendo que "numa situação de incerteza, probabilidades de resultados não podem ser calculadas, e apegar-se a normas (...) se torna inevitável"<sup>28</sup>. Indo mais além, descreve esses substitutos para o cálculo racional como sendo tradições, hábitos, signos, símbolos, estilos etc.

Referindo-se ao segundo ponto dessa parte (preferências etc.), Offe afirma que os economistas as entendem como sendo determinadas exogenamente e tendo a ver com os recursos legais e materiais dos agentes. Acrescenta que a resposta dos sociólogos é aquela segundo a qual "os gostos são endógenos e flexíveis, interpretive, reflexíveis e múltiplos, ao invés de fixos e unicamente determinados"<sup>29</sup>.

Para Offe, seguindo neste ponto a outros autores contrários à Escolha Racional, não é possível definir o conceito de ato racional a não ser arbitrariamente, com o que chega à conhecida crítica do raciocínio tautológico do conceito de racionalidade.

<sup>24</sup> Cf. RITZER, op. cit. p. 263.

<sup>25</sup> Cf. RITZER, op. cit. p. 264.

<sup>26</sup> Trata-se do texto mencionado na introdução de OFFE, *Political Economy: An Overview*. In *A new handbook of Political Science*. (Eds. GOODIN, Robert e Hans-Dieter Klingeman). Oxford: Oxford University Press, 1996.

<sup>27</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 681.

<sup>28</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 682.

<sup>29</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 682.

## OFFE E O NEO-INSTITUCIONALISMO

Na última parte do artigo, Offe coloca a seguinte pergunta: "pode a qualidade da racionalidade também ser atribuída a instituições, como oposta a agentes?". Concede que instituições podem ser eficientes, mas levanta dois problemas ao questionar a proposição da Escolha Racional segundo a qual "uma instituição é marginalmente mais racional do que outra". Para ele, é muito difícil dar conta de todos os efeitos das instituições por uma medida maior ou menor de eficiência". Em seguida diz que "raramente as instituições desaparecem porque são consideradas relativamente ineficientes. (...) as instituições são *path-dependent*, culturalmente imbricadas e ligadas a múltiplas justificações, a eficiência sendo apenas uma delas, quando muito"<sup>30</sup>.

Falando do "imperialismo dos economistas", Offe diz que os economistas não respeitam a idéia de fronteiras e esferas dentro do mundo social. De acordo com ele, o mundo social é dividido, para a maioria das tradições sociológicas. A primeira "é a esfera da busca racional e estratégica do interesse mediado por códigos formalizadores (...). A outra é a esfera de uma ordem social overarching, solidariedade e formas intrinsecamente valiosas de associação e coesão"<sup>31</sup>. Trocando em miúdos, Offe está aqui se referindo ao problema da estrutura e da agência, central nas ciências sociais.

Lembra Offe no fim que há espaços da sociedade que "não são constituídos como econômicos". Discutindo a assimetria entre economistas e sociólogos, sustenta que "esferas não-econômicas da sociedade tem uma constituição que não é econômica, mas também que a própria economia "depende da limitação e da circunscrição de esferas de ação e de motivação"<sup>32</sup>. Termina deixando uma pergunta no ar: "quão eficiente é a prática intelectual da economia política?"<sup>33</sup>

O Neo-Institucionalismo é o terceiro paradigma da Ciência Política. Surgiu grandemente em resposta aos exageros da Escolha Racional. Geralmente, tratando desse paradigma, a literatura procura sempre fazer uma comparação entre o "velho" e o "novo" institucionalismos.

O "velho" institucionalismo está *grosso modo* associado à produção de conhecimentos sobre a política e o Estado, fundada no formalismo e no descritivismo. Nas palavras de Peters, o "velho" institucionalismo "contentava-se em descrever instituições". Já a nova versão procura explicá-las "como uma variável dependente e, mais importante, para explicar outros fenômenos com instituições como as variáveis independentes amoldando o comportamento dos políticos e da administração"<sup>34</sup>. Resumindo numa frase, pode-se dizer que a diferença principal consiste no fato de o "novo" institucionalismo pôr a ênfase nos comportamentos reais, e não apenas nas dimensões formais e estruturais das instituições.

Os autores que escreveram sobre o Neo-Institucionalismo se dividem quanto às variedades de abordagens. Neste trabalho, serão discutidas brevemente quatro perspectivas, a saber, o Neo-Institucionalismo Normativo, o Neo-Institucionalismo da Escolha Racional, o Neo-Institucionalismo Histórico e o Neo-Institucionalismo Sociológico. É nessa ordem que eles serão esquematicamente tratados.

O Neo-Institucionalismo Normativo "está associado a March e a Olsen"<sup>35</sup>. Tratando de instituições, esses dois autores enfatizam ao mesmo tempo fatores organizacionais e fatores como normas e valores. Fornecem duas duplas de conceitos fundamentais para a abordagem das instituições. Trata-se, de um lado, da lógica da adequa-

<sup>30</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 685.

<sup>31</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 686.

<sup>32</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 687.

<sup>33</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 687.

<sup>34</sup> Cf. PETERS, B.G. *Institutionalism. Old and new*. In (GOODIN, Robert et al) *A new handbook of Political Science*, Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 205.

<sup>35</sup> Cf. MARCH, James e P.P. Olsen. *Rediscovering Institutions*. New York: Free Press, 1982.

ção (*logic of appropriateness*) e da lógica da consequencialidade (*logic of consequentiality*). De outro lado, está o outro par de conceitos igualmente centrais para analisar as instituições, a saber instituições agregativas e instituições integrativas<sup>36</sup>.

O Neo-Institucionalismo da Escolha Racional emergiu de um certo descaso dos adeptos da Escolha Racional para com as instituições. Várias abordagens procuram suprir essa lacuna. Existe a perspectiva de Ostrom, a de Levi e a de Shepsle e Weingast. Adiante dedica-se atenção aos dois últimos autores citados.

De acordo com Peters, esses autores oferecem uma perspectiva peculiar sobre o papel da Escolha Racional na análise institucional. "Argumentam que as instituições deviam ser entendidas como meio de agregação de preferências de indivíduos que estão tentando buscar seus próprios interesses. Assim, as instituições se tornam um modo auto-selecionado de constrangimento, pelo menos para a primeira geração de membros da organização. Ademais, elas podem ser vistas como meios de evitar alguns pitfalls de modelos de tomada de decisão mais individualista"<sup>37</sup>.

O Neo-Institucionalismo Histórico está, na sua origem, ligado ao trabalho de Skocpol sobre o Estado<sup>38,39</sup> embora outros autores também estejam associados a essa perspectiva como Steinmo, Thelen e Longstreth<sup>40</sup>. De acordo com Peters, os institucionalistas históricos põem ênfase no "papel das escolhas institucionais feitas precocemente no desenvolvimento de políticas ou mesmo de sistemas políticos"<sup>41</sup>. É de destacar neste sentido a importância do conceito de *path-dependence*.

Já Neo-Institucionalismo Sociológico corresponde a uma contribuição para o debate sobre o institucionalismo. Essa perspectiva foi muito beneficiada pelo fato de, na tradição sociológica, trabalhar-se com organizações e instituições. De um modo geral, cinco autores aparecem como precursores do neo-institucionalismo sociológico, a saber, Weber, Durkheim, Parsons, Selznick e Eisenstadt<sup>42</sup>.

Da literatura do neo-institucionalismo sociológico contemporâneo, é de citar o trabalho de DiMaggio e Powell<sup>43</sup>, para quem "os formatos institucionais comuns e organizacionais emergem, mesmo em circunstâncias objetivas diferentes. Sua versão de convergência tende, contudo, a ser mais diferenciada. O argumento é pela convergência em campos particulares, não necessariamente através de todos os campos, e, que a convergência ocorre por conta de uma variedade de razões"<sup>44</sup>.

Em geral, as críticas aos neo-institucionalismo podem ser reunidas em cinco grupos: a) sobre a relação entre indivíduos e instituições, b) sobre a definição e a existência, c) sobre as tautologias, d) sobre desenho e intencionalidade e e) sobre os reducionismos<sup>45</sup>.

Em relação ao artigo de Offe<sup>46</sup> sobre o Neo-Institucionalismo, convém dizer que ele assume uma postura abertamente neo-institucionalista. Como ele constrói, na verdade, uma teoria das instituições, não será possível trabalhar aqui todos os conceitos por ele desenvolvidos nesse artigo de duas partes mas extremamente denso, mas apenas alguns.

<sup>36</sup> Cf. MARCH/OLSEN, op. cit.

<sup>37</sup> Cf. PETERS, op. cit. p.209.

<sup>38</sup> Cf. SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In (EVANS, Peter, Dietrich Rueschmeyer et Theda Skocpol). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

<sup>39</sup> Ainda de SKOCPOL, Theda. *State formation and social policy in the United States*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

<sup>40</sup> Ver STEINMO, Sve, Kathlen Thelen e Frank Longstreth. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

<sup>41</sup> Cf. PETERS, op. cit. p. 210.

<sup>42</sup> Cf. PETERS, B.G. *Institutional Theory in Political Science*. London/New York: Pinter, 1999.

<sup>43</sup> Cf. DiMAGGIO, P e W. Powell. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In *American Sociological Review*, 48, 1991.

<sup>44</sup> Cf. PETERS, op. cit. p. 109.

<sup>45</sup> Cf. PETERS, op. cit.

<sup>46</sup> Trata-se de OFFE, Claus. *Designing Institutions in East European Transitions*. In *Theory of Institutional Design* (Ed. Robert GOODIN). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Para Offe, as instituições têm uma natureza dualista. Elas podem "ser situações em algum lugar entre normas sociais e ação orientada para ação, de um lado, e ação racional-propositiva ou ação estratégica, de outro"<sup>47</sup>. Segundo ele, March e Olsen se referem à mesma coisa quando tratam da lógica da adequação e a lógica da consequencialidade. Nas suas palavras, "eles sugerem que a ação institucionalizada combina forças motivacionais com um olhar para trás (...) e para frente, a primeira sendo informada pela lógica da adequação ( *logic of appropriateness* ) e a segunda pela lógica racional instrumental ou estratégica"<sup>48</sup>.

Sem desenvolver aqui os demais raciocínios da seqüência, é também interessante destacar a distinção que Offe faz entre organização e instituição. De acordo com ele, "a diferença entre uma organização e uma instituição pode ser resumida em três pontos. (1) Obrigações organizacionais são diádicas, enquanto que as regras institucionais são triádicas (...) (2) "Obrigações" são subordinadas a pretendidos resultados em organizações, mas permanecem pelo menos no mesmo plano lógico nas instituições. (3) Obrigações organizacionais são muito mais restritivas no seu escopo, validade e impacto sobre a pessoa envolvida"<sup>49</sup>.

Adiante conclui dizendo que "se uma organização fracassa, ela fracassa e desaparece. Se uma instituição fracassa numa instância particular ( um casamento, um partido político, um estado ), isso por si só não afeta o padrão institucional de que ela é uma incorporação"<sup>50</sup>.

O terceiro ponto da teoria das instituições de Offe que será aqui discutido é aquele de estabilidade. Para ele, a estabilidade é um processo. Ele rejeita o conceito oferecido pela Física ( inércia ) e pela Biologia ( reprodução idêntica ). Adota o conceito de *path-dependence* para explicar a estabilidade das instituições. "*Path-dependence* é um mecanismo de reprodução idêntica de insti-

tuições devido a um ou aos aspectos das instituições. Não apenas as instituições são feitas pelo homem, como também homens são feitos por instituições"<sup>51</sup>.

Concluindo essa parte, assim Offe define a estabilidade das instituições. "A estabilidade de instituições é baseada num processo social de reprodução idêntica que é dirigido por um efeito de socialização de uma instituição e por sua viabilidade institucional"<sup>52</sup>.

Como se trata de um artigo longo e denso, não serão abordados aqui temas como o colapso, a construção, as estratégias de sobrevivência e o papel da crítica das instituições. Vale ainda lembrar que os exemplos utilizados por Offe são retirados do processo de reunificação das duas Alemanhas e dos países do Leste europeu.

## CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, é importante dizer aqui que, a despeito das rupturas na passagem de um a outro paradigma, resta uma base comum aos três quanto aos pressupostos sobre o que é o trabalho científico - à exceção talvez dos exageros formalistas do "velho institucionalismo" e do hiperempirismo do Behaviorismo. Dos três, o Behaviorismo e a Escolha Racional dão uma melhor idéia de ruptura teórico-metodológica, enquanto que o Neo-Institucionalismo parece ser o menos radical em termos de inovações metodológicas e teóricas. Nem por isso deixa de ser "o mais frutífero movimento teórico-metodológico de articulação dos níveis micro e macro na análise social"<sup>53</sup>.

Retomando os comentários de Offe sobre os três paradigmas, não há como não concluir que suas obras permitem uma real interlocução com eles. Sobre sua relação com o Behaviorismo, duas

<sup>47</sup> Cf. OFFE, op. cit. p.201.

<sup>48</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 202.

<sup>49</sup> Cf. OFFE, op. cit. 203.

<sup>50</sup> Cf. OFFE, op. cit. p.206.

<sup>51</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 208.

<sup>52</sup> Cf. OFFE, op. cit. p. 208.

<sup>53</sup> Cf. LOPES JUNIOR, Edmilson. Instituições e mercado: considerações sobre o neo-institucionalismo. In *Temáticas*, Campinas, 3(5/6) 1995.

observações precisam ser feitas. Por um lado, Offe tem razão na sua crítica ao hiperfactualismo behaviorista, que despreza a teoria e impede que ela possa organizar a leitura da realidade. Por outro lado, é de notar o normativismo de Offe e a "saída" para o problema da relação entre teoria e empiria através da luta de classes, não no nível teórico, mas no da prática, significa fazer a teoria renunciar ao seu papel que é o de explicar o real.

Em relação à Escolha Racional, não há o que acrescentar. Offe se coloca frontalmente contra esse paradigma, reproduzindo, muitas vezes, argumentos sociológicos conhecidos e consistentes. Já quanto ao Neo-Institucionalismo, pode-se dizer que o novo Offe é "totalmente" neo-institucionalista. Embora seu neo-institucionalismo seja marcadamente sociológico, Offe incorpora também elementos dos neo-institucionalismos normativo e histórico.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALT, James E. e Alberto Alesina. *Political Economy: na overview*. In *A new handbook of Political Science* (Ed. GOODIN Robert e Hans-Dieter KLINGEMAN). Oxford: Oxford University Press, 1996.
- BRAUD, Philippe. *La science politique*. Paris: PUF, 1982.
- DIMAGGIO, P. e W. Powell. The iron cage revisited: *institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. In *American Sociological Review*, 48, 1991.
- HALL, P. e R.C.R. Taylor. Political Science and the three new institutionalisms. In *Political Studies*, 44, 1996.
- JESSOP, Bob. *The capitalist state*. New York: New York University Press, 1982.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- MARCH, James e P. P. Olsen. *Rediscovering institutions*. New York: Free Press, 1989.
- MARSH, David et Gerry Stoker (eds.). *Theory and methods in Political Science*. New York: Saint Martin's Press, 1995.
- MILLER, Warren. Political Behavior, old and new. (Eds. GOODIN, Robert e Hans-Dieter KLINGEMAN). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- OFFE, Claus et al. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OFFE, Claus. *Designing Institutions in East European Transitions*. In *Theory of Institutional Design*. (Ed. GOODIN, Robert.) Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- OFFE, Claus. *Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas*. In *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus. *Modernity and the State*. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- OFFE, Claus. *New social movements: challenging the boundaries of institutional politics*. In *Social Research*, no. 52, 1985.
- OFFE, Claus. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Ed. Sistema, 1988.
- OFFE, Claus. *Political Economy: Sociological Perspectives*. In *A new handbook of Political Science*. (eds. GOODIN, Robert e Hans-Dieter Klingeman). Oxford: Oxford University Press, 1996.
- PETERS, B.Guy. *Institutional Theory in Political Science*. London/New York: Pinter, 1999.
- RITZER George. *Modern Sociological Theory*. New York: Mcgraw-Hill, 1996.
- RODES, R. A. The institutional approach. In *Theory and methods in Political Science* (Eds. Marsh et Stoker). New York: Saint Martin's Press, 1995.
- SANDERS, David. Behavioral Analysis. In *Theory and methods in political science*. (Eds. Marsh e Stoker). New York: Saint Martin's Press, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1999.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologie Politique*. Paris: Éditions Montchrestien, 1977.

SHPSLE, K. A. Studying institutions: lessons from the rational choice approach. In *Journal of Theoretical Politics*, 1, 1989.

SKOCPOL, Theda. *Protecting mothers and soldiers: the political origins of social policy in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STEINMO, S.K. Thelen et F. Longstreth. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WARD, Hugh. Rational Choice Theory. In *Theory and methods in Political Science*. (Eds. Marsh et Stoker). New York: Saint Martin's Press, 1995.

# POLÍTICA NEOLIBERAL, UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Solange Lacks

## INTRODUÇÃO

A concepção de formação de professores, materializada enquanto uma política pública do Ministério de Educação vem implementando modificações na educação brasileira. Esta política educacional em curso é definida a partir de linhas de ação, estratégias, objetivos e prioridades do Banco Mundial no Brasil.

Por ser um Banco com objetivos muito bem definidos, que é a ampliação das margens de lucro, vem fazendo da educação não só do Brasil, mas da América Latina uma fonte inesgotável de renda e deverá ser o setor que mais crescerá no mundo nas próximas duas décadas. Na sociedade do conhecimento, o ensinar e o aprender abriam uma fronteira de negócios de dimensões inimagináveis (Rosenburg, 2002).

A educação assume um papel estratégico no ajuste estrutural do Estado aos interesses do pequeno mundo dos donos do capital, pois implementa a produção de consensos em torno das reformas em curso que só podem ser feitas à custa de um violento processo de amoldamento subjetivo, um assalto às consciências, como afirmam Warde e Haddad (1996).

A reestruturação dos cursos de graduação é uma das "orientações" do Ministério de Educação/ Banco Mundial. O processo foi intensificado a partir do Edital nº 04/97, mas em muitos cursos estas diretrizes não foram implementadas, por resistências materializadas pelo conjunto dos trabalhadores em educação que não aceitam a vinculação da educação ao mercado globalizado.

Neste sentido, este estudo tem o objetivo analisar a política educacional através do ordenamento legal para a formação de professores.

## NEOLIBERALISMO, BANCO MUNDIAL E ENSINO SUPERIOR: REALIDADE BRASILEIRA

Tomando como referência a primeira metade do século XX, veremos que duas formações sócio econômicas estavam em franco desenvolvimento: o socialismo avançava na União Soviética, tornando-a uma grande potência mundial, bem como o capitalismo crescia rapidamente, ganhando a simpatia de muitos trabalhadores.

No entanto, na segunda metade do século XX, mais especificamente a partir dos anos 70, o papel do Estado Socialista passa a ser questionado devido a sua estagnação e o Estado Capitalista pelo endividamento, pela enorme burocracia, pela sua ineficiência em resolver problemas sociais e, conseqüentemente, pela pressão que sofreu a partir das reivindicações dos trabalhadores organizados.

Esta realidade se tornou um campo fértil para a expansão do neoliberalismo, defendido desde 1944, mas sem aceitação até então. O neoliberalismo "é uma ideologia política", como chama Macridís (1982), cujos eixos centrais são a redução do papel do Estado e a retomada da ênfase no mercado e no indivíduo.

Estes eixos são definidos pelo contexto de globalização da economia e pela nova divisão internacional do trabalho. A economia globalizada tem o objetivo de quebrar fronteiras entre países e comercializar livremente produtos e recursos, facilitada pelo enorme desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento dos meios de comunicação (Saviani, 1995).

A economia globalizada dominada pelos Estados Unidos é um mecanismo para recompor e rearticular a hegemonia imperialista. No entanto,

\* É doutora em Educação pela UFBA e professora do Departamento de Educação da UFS.

o intervencionismo americano não se dá só nos aspectos econômico e militar, mas também no político, social e educacional. Frigotto em seu livro "A produtividade da escola improdutiva (1984)" apresentou uma citação do Boletim do Departamento de Estado Americano de 10 de maio de 1965 que dizia:

"(...) Nós sabemos que não podemos mais encontrar segurança e bem-estar numa política e em defesa confinadas apenas à América do Norte ou ao Hemisfério ocidental ou à comunidade do Atlântico Norte. Esse Planeta tornou-se muito pequeno. Devemos cuidar dele todo, com toda sua terra, água, atmosfera e espaço circundante".

Frigotto (1984 p.124) coloca em seguida que "a forma de efetivar este cuidado econômico, militar, político e sócio-cultural vai ocorrer através das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundação Rockefeller, Fundação Ford e outros".

Destacamos, das instituições citadas acima, o Banco Mundial, que desde sua criação vem desempenhando um importante papel como instrumento auxiliar do governo norte-americano na implementação de sua política externa. Além disso, como Banco que possui imensos recursos para serem aplicados e redobrados os lucros, o Banco Mundial tem exercido profunda influência no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento dos diferentes continentes.

No Brasil, segundo Soares (1996 p.17), "a partir de 1980, com a emergência da crise do endividamento, o Banco Mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como a influenciar crescentemente a própria legislação brasileira".

O enfoque principal é observar a presença do Banco Mundial no que se refere à implementação das políticas educacionais no Brasil. O Banco Mundial "transformou-se, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo global.

O financiamento não é o único nem o mais importante papel do Banco Mundial em educação, ele transformou-se na principal agência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento" (Torres, 1996 p.125-6).

O Banco Mundial financia e determina políticas principalmente para o primeiro grau, apesar de estender a todos os demais níveis, inclusive o superior. Não apresenta idéias e propostas isoladas e sim uma proposta articulada que abrange todos os aspectos do processo pedagógico, de concepções gerais de educação até a prática pedagógica materializada em sala de aula.

O que temos observado, a partir da realidade concreta, é que a referida proposta e o modelo educativo subjacente à melhoria da qualidade da educação, ao invés de contribuir para a mudança no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência da educação e os aprendizados escolares, está contribuindo para a ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema escolar.

Segundo Torres (1996 p.138), "as propostas do Banco Mundial para a educação são feitas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento, os rendimentos e a própria qualidade".

É no âmbito do projeto político pedagógico e do currículo que se torna claro as deficiências da concepção de educação do Banco Mundial. O currículo é visto apenas como conteúdos, ou seja, disciplinas, onde se definem matérias a serem ensinadas e o tempo em que devem ser ensinadas. Não está inserido nesta concepção o como ensinar (metodologia do ensino), as diferenças entre ensinar e aprender.

Segundo Torres (1996 p.143), mudança curricular, na perspectiva do Banco Mundial, equivale à mudança de conteúdos, reforçando a tradicional separação entre conteúdos e métodos, entre currículo e pedagogia e a também tradicional ilusão da reforma educativa sem transformação profunda da pedagogia e da cultura escolar no seu sentido amplo.

Nosso estudo trata da formação de professores. Neste sentido, vamos focar as ingerências do Banco Mundial em relação ao ensino superior. Nos

países em desenvolvimento o ensino superior ainda é considerado um privilégio de poucos, dado a grande defasagem do ensino básico e conseqüentemente o grande número de analfabetos.

Assim, em 1994 o Banco Mundial ao analisar a educação superior nos países em desenvolvimento, apresenta orientações/ exigências a serem implementadas. Segundo Sguissardi (2000 p.67) "cada uma dessas "orientações" supõe, explícitas ou implícitas, concepções teórico - políticas em torno da educação superior e de suas relações com o Estado e a sociedade civil".

O Banco Mundial, em dois documentos de 1994 e 1998, apresenta quatro orientações-chave para a reforma do ensino superior dos países em desenvolvimento:

1. Fomentar maior diferenciação das instituições incluindo o desenvolvimento de instituições privadas. O argumento é de que o modelo tradicional das universidades européias de pesquisa (Humboldt), com estrutura de programas em um único nível, seriam custosas e pouco adequadas às necessidades dos países em desenvolvimento. As instituições privadas são mais sensíveis às exigências do mercado de trabalho, assim como amplia as oportunidades de formação sem custo adicional para o Estado.
2. Proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento das instituições públicas. Neste caso a orientação é que os ex-alunos gerem recursos através de créditos, cursos, pesquisas encomendadas, que cobrissem 30% dos gastos da universidade.
3. Redefinir a função do governo no ensino superior. O Banco considera a participação do governo tem sido excessiva e ineficiente, e que deveria criar políticas favoráveis ao desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES). Deveria ser aplicado pelo governo o efeito multiplicador dos recursos públicos. Ao governo deveria estar reservado muito menos o suporte financeiro e sim o papel de fiscalização e avaliação, o controle.

4. Priorizar os objetivos de qualidade e da equidade. Este objetivo reserva para o governo o credenciamento, a fiscalização e a avaliação das IES, além da distribuição dos recursos estatais sob critérios de desempenho.

No documento de 2000, o Banco Mundial apresenta alteração em relação às tradicionais posições. Segundo Sguissardi (2000 p.72) "a arrogância de outros escritos cede lugar à refinada forma de analisar, questionar e sugerir eventual adoção, pelas autoridades das ações sugeridas".

O Banco mantém sua confiança no mercado, embora, em razão de sua intrínseca busca de lucro, não o veja mais como solução para todas essas demandas. No entanto, "uma análise mais rigorosa não pode ser feita de modo abstrato e isolada do contexto histórico de mais de meio século de atuação ao lado de eminentes parceiros como o FMI, OMS e GATT" (p.73).

A partir da leitura dos documentos do Banco Mundial e da constatação da realidade das universidades públicas, fica comprovado o quanto às exigências do Banco Mundial são cumpridas em relação ao ensino superior e já está sendo levantada nova hipótese: uma vez cumpridas as exigências postas pelo Consenso de Washington e os documentos do Banco Mundial de 1994 e 1998 a nova diretriz operacional do Banco é cada vez mais tratar a educação superior e as atividades científicas como serviços, sujeitos à exploração comercial em nível global, sob o controle da OMC. A idéia é que os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando operações como a atuação de grupos educacionais estrangeiros e a aprovação de cursos à distância, o que pode alterar leis nacionais através da pressão ao Congresso.

#### POLÍTICA NEOLIBERAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Como afirmamos acima, o Banco Mundial é quem determina a filosofia, os valores, as políticas educacionais e as concepções de conhecimento. Dentre os vários pontos que compõe o processo educativo, neste momento optamos por tratar um deles: o da formação de professores.

A formação de professores é um aspecto estratégico devido ao poder das idéias, ou seja, pela dominação das idéias é imposto um novo senso comum para que aceite e legitime o ideário neoliberal como sendo a solução natural da crise através das forças do livre mercado (Corrêa, 2000 p.56).

A autora apresenta alguns pressupostos pelo qual a hegemonia neoliberal vai se estabelecendo na sociedade e conseqüentemente também no processo de formação de professores:

- a) A consciência emerge da realidade concreta e não o inverso. Conhecer e criticar as determinações estruturais e conjunturais mais amplas nos permitem uma melhor compreensão do cotidiano das relações sociais e culturais, assim como do senso-comum e da consciência. Sem esse recurso, fica difícil vislumbrar a formação das consciências como parte do processo de construção da hegemonia neoliberal.
- b) As relações entre estrutura econômica e a consciência, estrutura econômica e educação, infra-estrutura e superestrutura são de natureza dialética, isto é, não se dão como uma determinação de uma sobre a outra, numa visão mecanicista, mas como um vínculo mediado pela ação humana.

Assim, de um lado, a saturação ideológica das consciências indica os reflexos dessa materialidade, dessas formas de sociabilidade capitalista com as estruturas de poder social, seus valores ideológicos, etc., sobre os estados de consciência das pessoas. Por outro lado, existe a possibilidade de construção de outras hegemonias.

- c) Ao expandir e generalizar a mercantilização de tudo, o neoliberalismo pode, ou não, atingir as consciências no sentido de introjetar o valor mercantil como padrão dominante para as relações e práticas sociais. Em conseqüência, os homens poderiam passar a considerar o livre mercado como regulador natural de todas as atividades humanas.

Esse processo de reconstrução discursivo-ideológico tem o claro objetivo de criar nas consciências

um novo senso comum para que não somente aceitem as reformas neoliberais, mas as defendam como se fossem suas, promovendo a naturalização da "exclusão sem culpa".

- d) A lógica da acumulação incessante do capital, aponta para a necessidade de quebrar a lógica do sentido – a lógica do senso comum sobre a qual se assentam as noções de direitos sociais e de igualdade nas sociedades democráticas – para garantir a construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre mercado como a única solução natural.

Portanto, o neoliberalismo despolitiza a educação e a formação, as quais adquirem um novo significado de mercadoria, garantindo assim, o triunfo de suas estratégias mercantilistas necessárias à manutenção do consenso e hegemonia da sociedade capitalista.

A educação e a formação de professores ganharam na década de 90, importância estratégica para a realização das reformas educativas e continuam no governo Lula a partir de 2002:

- a) Diretrizes Curriculares (PNG Edital 04/97);
- b) Referenciais Curriculares para a Formação de Professores, reforma no campo da formação de professores (Parecer CNE nº 115/99, Decreto nº 3.276/99 e 3.550/00);
- c) O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e ENADE (Lei nº 10861 de abril de 2004);
- d) Reforma do Ensino Superior (Documentos do MEC: dezembro 2003, agosto 2004, dezembro 2004 e maio 2005).
- e) além de cortes drásticos de financiamento das universidades públicas, medidas estas que atendem às exigências do Banco Mundial, que tem como objetivo sintonizar a universidade à lógica do mercado.

Estas estratégias materializam a diversificação dos espaços de formação – retirada da ambiência da universidade, as diretrizes curriculares, a redução de carga horária para formação, não obrigatoriedade da pesquisa fazem parte da política da desqualificação da formação.

Os novos espaços de formação “de caráter técnico-profissionalizante”, de baixo custo que objetivam com raras exceções, responder às demandas de grande parcela da juventude atual por educação em nível superior, oferecendo-lhes uma qualificação mais ágil, flexível, adequada aos princípios da produtividade e eficiência e com a adequação às demandas do mercado competitivo e globalizado” (Ibid, p.145).

Em relação a novos espaços, ou seja, ao acesso ao ensino superior e o caráter de formação, o anteprojeto de reforma do ensino superior demonstra a importância dada pelo governo à modalidade de educação à distância, quando afirma que a educação à distância poderá ser utilizada de forma ampla, geral e irrestrita, ou seja, todas as atividades das instituições de ensino superior como graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado), extensão e educação continuada.

Com esta modalidade, o governo busca atingir a meta de ampliar em 40% o número de vagas ofertadas no ensino superior. As instituições credenciadas poderão oferecer esta modalidade por meio de consórcios, parcerias, convênios, contratos ou instrumentos similares organizados em regime de colaboração com a União, outros Estados ou com Municípios. Este dado demonstra a abertura para o financiamento público das instituições privadas por meio da educação à distância, confirmando a opção do governo em privatizar o ensino superior.

A formação de professores exige relações dialógicas presenciais, para que os professores estimulem a reflexão, possibilitando o questionamento, a problematização, a constatação e a superação das contradições, a constatação motivação e o crescimento progressivo do educando a partir da vivência de experiências efetivamente socializadoras. Todas essas dimensões ficam extremamente prejudicadas, se não impedidas, quando da adoção da educação à distância.

A questão é que o governo propaga um discurso de expansão da educação pública, sem garantir condições para isso. Daí cria ilusões, oferecendo milhares de vagas em cursos à distância.

Apropriando-se do discurso de educação como instrumento de emancipação do indivíduo e das nações, o projeto de Educação à Distância traveste-se de uma perspectiva de democratiza-

ção das oportunidades educacionais. Fundamentando essa visão política está a lógica empresarial de formação que beneficia a Educação à Distância. Esta ideologia da racionalidade produtiva pretende modificar o espaço e o tempo da formação educacional, considerando que a formação inicial torna-se rapidamente insuficientes e conduzindo-os para a tendência que aponta a educação deve estar presente ao longo da vida e integrada ao mundo do trabalho.

O governo propôs a “Universidade Aberta do Brasil”, onde o acesso ao ensino superior se dará via educação à distância em todo território nacional. O Projeto de Educação à Distância, na modalidade de Universidade Aberta, pretende estabelecer uma rede entidades consorciadas para promover parcerias privadas e impor uma política de certificação e a abertura total da educação ao capital privado.

A regulamentação de que trata a proposta atinge todos os níveis e modalidades de ensino e autoriza até instituições não-educacionais a oferecer cursos à distância. A multiplicação das possibilidades, através da educação básica, profissional, graduação e pós-graduação, impacta pela ausência de limites. Fica evidente o alcance das medidas de flexibilização e mercadorização da educação. Tal relação reduz o papel dos educadores a da própria educação a um complemento da esfera produtiva.

As críticas ao denominado ensino presencial, reduzido, conforme o discurso governamental, à estrutura tradicional do ensino, negligenciaram a central dimensão humana e relacional da educação. A educação à distância cria para os educadores o fetiche da democratização da educação. Retorna a primazia do técnico e minimiza o político e o pedagógico.

O discurso oficial, que tem na educação à distância sua área de excelência, é marcado por um determinismo tecnológico e se expressa através:

- 1) de uma concepção que o desenvolvimento econômico-social é resultante de inovações tecnológicas, inclusive na educação.
- 2) da compreensão que se os indivíduos e países não se adequarem às inovações tecnológicas estarão obsoletos em pouco tempo.

- 3) da retomada do discurso tecnicista permeado pela máxima capitalista: otimização do tempo, baixo custo e produção em escala.

### A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE DEFENDEMOS

A análise documental dos Pareceres, diretrizes e propostas para os cursos de formação de professores que tem origem no Ministério de Educação, nos permite reconhecer que a universidade se coaduna com as "orientações" do Ministério de Educação, ao adotá-las como dadas, sem questionamento, sem oferecer resistências.

Assim, perdemos a oportunidade de defender e implementar uma concepção de projeto histórico, de universidade e de formação de professores direcionada às demandas dos trabalhadores.

A política do Ministério de Educação, ao privilegiar a expansão de novas instituições e novos cursos, principalmente no setor privado, em vez de investimento massivo no aprimoramento das atuais licenciaturas nas universidades públicas colocou nas mãos da iniciativa privada a grande demanda oriunda da dívida histórica do Estado para com a formação em nível superior dos quadros do magistério (Freitas, 2002, p.148).

A partir desta política, podemos compreender que a estratégia é a "retirada gradativa da formação de professores a formação científica e acadêmica própria do campo da educação, localizando-a em um novo "campo" de conhecimento: da "epistemologia da prática", no campo das práticas educativas ou da práxis.

Vários estudos vêm firmando esta perspectiva, fortalecidos pelas reformas educativas das últimas décadas, em particular aqueles que se ancoram, em nosso país nas contribuições de Nóvoa, Schön, Zeichner, Gaultier Tardiff e Perrenoud e outros (ibid, p.148).

Neste sentido, os parâmetros da educação estão sendo definidos a partir dos princípios do

mundo produtivo. Segundo Frigotto (1998 p.45) a formação desenvolve "habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para a gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente para a empregabilidade".

Por esta razão, a temática "Formação de Professores" é central e estratégica quando se trata de discutir questões relacionadas à educação na sociedade capitalista. Todos nós já sabemos que a educação cumpre um papel fundamental na manutenção e perpetuação da ideologia dominante.

Atualmente a temática vem recebendo atenção especial por não só manter e perpetuar ideologia, mas por se tornar um negócio altamente lucrativo<sup>1</sup>.

O nosso grande desafio é enfrentar de vez a questão das licenciaturas. É necessário um projeto pedagógico para os cursos que realmente formem professores. Todo professor deveria ser pedagogo e dominar o campo específico. As universidades públicas devem ser referência. O grande problema é que são nossos colegas que pensam e implementam as políticas do MEC.

A questão da formação de professores está colocada em dois campos diferentes, materializando o embate entre dois projetos de formação: "aquele que privilegia o controle do desempenho com vistas à competência e competitividade e aquele que defende a formação humana omnilateral<sup>2</sup>, a autonomia e o aprimoramento pessoal" (Freitas, 2002 p.160).

Qual a nossa responsabilidade quando estamos diante de um processo que define a formação de professores de uma universidade pública?

Segundo Frigotto (1996), a primeira tarefa é resignificar um conjunto de categorias e conceitos no campo educacional que são apropriados pela perspectiva produtivista.

Para resignificar um conceito é necessário efetivá-lo a partir de uma perspectiva histórica, ontológica, sócio-cultural, ético-político e epistemológica, ou seja, os conceitos, enquanto re-

1 Para ver maiores explicações, inclusive com muitos dados numéricos. Revista Exame nº 763, abril 2002.

2 A omnilateralidade humana significa "o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidade e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais (plano cultural e intelectual), além dos materiais (Manacorda, 1991).

apresentações no plano do pensamento do movimento da realidade, não são alheios às relações de poder e às relações de classe presentes na sociedade. Pelo contrário, são mediações de sua explicitação ou de seu mascaramento (Ibid, p. 91).

O conceito em foco neste momento é a da formação do educador na ótica de um projeto contra-hegemônico, ou seja, centrado em uma concepção omnilateral. A omnilateralidade “encontra sua materialidade efetiva, em termos de possibilidades e limites em instituições específicas e no conjunto de relações e práticas sociais historicamente dadas em sociedades concretas”.

O mundo do trabalho como tarefa imperativa da produção e reprodução do ser humano enquanto ser biológico, dentro de um determinado avanço (tecnológico) das forças produtivas, é um espaço crucial, mas não o único, da materialidade das possibilidades da formação humana” (Ibid p.92-3).

A análise da formação de professores a partir da categoria trabalho nos possibilita compreender como o trabalho docente tem se tornado uma mercadoria, bem como entender suas articulações no campo produtivo.

Esta concepção de formação humana (omnilateral) traz outros desafios para a formação de professores, principalmente em uma sociedade fortemente desigual e subordinada ao mercado global excludente, como a sociedade brasileira: desafio no plano ético- político, no plano teórico-epistemológico e no plano da ação prática do educador (Ibid p. 93-101).

1. Desafio no plano ético-político: pressupõe tornar senso comum a visão de que as relações capitalistas são incapazes, por sua natureza intrínseca, de prover, minimamente, o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos.

A forma como o capitalismo recompõe suas taxas de lucro, mediante a exclusão dos direitos mínimos de dois terços da humanidade, explicita

uma prova empírico-histórica da natureza anti-social de suas relações sociais.

Portanto, a tarefa é afirmar valores de efetiva igualdade, qualidade para todos, solidariedade e da necessária ampliação da esfera pública e democrática.

2. Desafio no plano teórico e epistemológico: pressupõe a universidade se assumir enquanto locus adequado à formação com uma sólida base teórica e epistemológica. A universidade não pode se confundir com o comércio de diplomas no mercado educacional.

Sem sólida base teórica e epistemológica reduz as possibilidades do educador de analisar as relações sociais, os processos de poder e de dominação e de perceber a possibilidade de trabalhar na construção de uma sociedade alternativa.

As dimensões técnica e didática no processo de ensino, para serem efetivas, implicam necessariamente a dimensão teórica e epistemológica, pois caso contrário, podem se constituir em bloqueadoras do processo de conhecimento construído pelo aluno.

As “orientações” da política neoliberal conseguem se materializar enquanto perspectiva educacional compensatória tão facilmente nas escolas e nos cursos de formação, pois o corpo docente não apresenta sólida base teórica e epistemológica capaz de possibilitar a construção efetiva do conhecimento<sup>3</sup>.

3. Desafio no plano da ação prática do educador: pressupõe perguntar como potencializar a ação cotidiana para que ela não se reduza ao ativismo pedagógico ou ao voluntarismo político e ainda como romper com a teorização academicista?

Esta dupla superação, dentro da herança teórico - prática do marxismo, dá-se mediante a práxis. A formação do educador na perspectiva da práxis tem três pontos a enfrentar:

3 O referencial ontológico, teórico e epistemológico, que compreende de forma mais adequada e radical o processo de conhecimento a partir da historicização dos fenômenos, portanto, através do método histórico - dialético, inscreve-se na herança marxista. O conhecimento nesta perspectiva, será sempre um processo de apreensão inter-subjetiva, isto é, de sujeitos, das múltiplas determinações dos fatos e dos fenômenos históricos, cuja maior aproximação do seu movimento concreto está condicionada à mediação crítica de categorias e conceitos teóricos (conhecimentos existentes) (Frigotto, 1996 p.98).

- a) a efetivação de um processo educativo centrado num projeto onde as dimensões ético – políticas, teóricas e epistemológicas constituam a sua base;
- b) qualificação técnica, teórica e eticamente o trabalho do professor, mesmo em condições adversas. Esta qualificação se dá ao estruturarmos um projeto político-pedagógico centrado em formas cada vez mais coletivas de organização do conhecimento, do trabalho pedagógico e da avaliação;
- c) a qualificação para o educador também implica na capacitação para ser dirigente, a qual é construída através da participação em organismos coletivos portadores de um projeto alternativo de sociedade.

Portanto, é imprescindível que coloquemos na ordem do dia as construções históricas dos educadores na materialização de uma política global de formação.

Segundo a ANFOPE, entidade que representa o conjunto dos trabalhadores da educação, pensar uma política global de formação de professores implica tratar simultaneamente e com a mesma seriedade, a formação inicial, as condições de

trabalho, salário e carreira e a formação continuada, na busca por uma educação pública, gratuita de qualidade, eu garanta a inclusão das classes populares.

A definição desta política está vinculada a nossa luta histórica por uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma das mais importantes sistematizações da ANFOPE, que articula a unidade dos educadores em torno de princípios norteadores da formação de professores, é a base comum nacional.

A base comum nacional é um instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão do magistério, permitindo a organização e reivindicação de políticas de profissionalização que garantam a igualdade de condições de formação. É ainda um elemento unificador da profissão, ao defender que a docência é a base da formação de todos os profissionais da educação, pois permite assumir com radicalidade, ainda hoje, a formulação: formar professor e o especialista educador.

Portanto, a base comum nacional unifica em nível nacional a favor do reconhecimento do valor social dos profissionais da educação no contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. *Desmistificando a política de Educação à Distância*. Texto elaborado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES. Brasília, 2005.

ANFOPE. *Documento Final do IX Encontro Nacional da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação)*. Campinas, 1998.

CORRÊA, Vera. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

DE TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian e HADDAD, Sérgio. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Editora Cortez, PUC/SP, Ação Educativa, 1996.

FREITAS, Helena C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol.23, nº 80, p.137-168, set 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

\_\_\_\_\_. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: SILVA, Tomás T e GENTILI, Pablo. *Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MACRIDIS, Roy. *Ideologias políticas contemporâneas*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

MANACORDA, Mário. Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci. In: SILVA, Tomaz T. (Org). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

MEC. Edital nº 04/1997. *Diretrizes curriculares para os cursos de graduação superior*. Brasília, 1997.

MEC/CNE. Parecer 009/2001- *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília, 08/05/2001.

ROSENBERG, Cynthia. Nota alta. In: *Revista Exame*. São Paulo, nº 763 abril 2002.

SAVIANI, Nereide. Governo FHC, neoliberalismo e educação. In: *Construindo um projeto para a universidade brasileira*. São Paulo: CONTEE, 1995.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? In: *Re-*

*vista Universidade e Sociedade*. Brasília, nº 22, nov 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Miriam, HADDAD, Sérgio (Orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Editora Cortez, PUC/SP, Ação Educativa, 1996.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Miriam, HADDAD, Sérgio (Orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Editora Cortez, PUC/SP, Ação Educativa, 1996.

# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA VIA INTERNET (E-LEARNING): CONTEXTUALIZAÇÃO (KNOW WHAT), JUSTIFICATIVA (KNOW WHY), IMPLANTAÇÃO (KNOW HOW).

Henrique Nou Schneider <sup>1</sup>

## I - INTRODUÇÃO

No *site e-learning-Brasil* [2] lê-se a seguinte notícia: "Coréia do Norte gastará U\$ 129,9 milhões, este ano, para expandir a infra-estrutura de *e-learning* do país. O esforço, baseado na extensa rede de Internet de banda larga no país, é pra expandir o uso diário de aprendizado *on-line* e, é parte da meta para se tornar uma das potências mundiais em *e-learning* até 2010, diz o Ministério de Comércio, Indústria e Energia." Continua a notícia: "O mercado local de *e-learning* na Coréia do Norte cresceu para U\$ 1,54 bilhão no ano passado de U\$ 1 bilhão em 2003. É esperado expandir mais de 20% todo ano, até alcançar U\$ 4,4 bilhões em 2010."

Em outra *newsletter* do mesmo *site* intitulada "Taipei ajuda a financiar centro de *e-learning* na Indonésia" [2] está escrito que será construído um infocentro em Aceh (Indonésia) depois que a região foi devastada pelo Tsunami. Para tanto, será investido algo em torno de 1,14 milhão de dólares.

Não há nada de novo nestas duas notícias, quando se sabe que o senso comum aponta que o desenvolvimento de uma Nação só se dará com fortes investimentos em Educação. O que chama a atenção é como o investimento será concretizado: ao invés da construção de escolas tradicionais, se está optando por uma outra (aí sim, a inovação) estrutura educacional: Educação a Distância (EaD) apoiada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

No Brasil, onde é notória a necessidade de se alavancar a Educação com bastante energia vê-

se, como de costume, os governos (no âmbito federal, estadual e municipal) "patinarem" na tentativa de implantar um programa efetivo de EaD.

Embora exista, em nível do Ministério da Educação e Cultura, uma instância responsável pela política de EaD no Brasil (Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC), os que acompanham de perto esta política, percebem, ainda, uma ineficiência muito grande nas três esferas governamentais. Hoje, é possível, apenas, visualizar algumas iniciativas isoladas de sucesso em alguns estados, municípios e universidades brasileiras mas, de uma maneira em geral, se está, ainda, na "idade da pedra lascada", ou melhor, na "idade da lousa e giz".

É verdade que somente o investimento em tecnologia não irá resolver o problema de EaD. Que digam os resultados até agora obtidos pelo PROINFO - programa educacional proposto pelo MEC que visa à introdução das TIC na escola pública para serem utilizadas como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem - desde a sua implantação em 1995. Como pondera o cientista Edgar Morin quando se refere à necessidade do cidadão do novo milênio ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las; como esse cidadão pode perceber e conceber o contexto, o global (a relação todo/partes), o multidimensional e o complexo: "Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não programática." [8, p.35]

<sup>1</sup> Doutor em Educação e professor do Departamento de Ciência da Computação e do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Portanto, esta problemática motivou este autor a escrever o presente artigo, com o intuito de ascender o debate sobre o tema e de apresentar, de uma forma didática, uma visão sobre o *e-learning*. Assim é que se organizou este artigo sob a égide de que, para realizar, antes é preciso conhecer (*know what*), justificar a realização (*know why*) e dominar a tecnologia apropriada para a respectiva execução (*know how*). Na próxima seção, apresentar-se-á um pequeno histórico sobre a EaD no Brasil e no mundo e definir-se-á *e-learning*; na seção seguinte serão elencadas algumas vantagens do uso do *e-learning* e, depois, será apresentada, de forma estruturada, uma sugestão de protocolo e tecnologias disponíveis para a implantação da Educação a Distância via Internet em uma Universidade.

## II – CONTEXTUALIZAÇÃO (KNOW WHAT)

Segundo o Decreto 5.622 de 19/12/2005 (que revogou o decreto 2.494/98), a Educação a Distância é “a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” [12]

Mas, educação a Distância não é uma prática nova. Sabe-se que desde 1906 existe na Cidade do Cabo, África do Sul, o Intec College, instituição de ensino especializada em cursos por correspondência. Atualmente, o Intec, passou, também, a veicular os seus cursos pela Internet. [9]

Na Europa, mais precisamente na Inglaterra, destaca-se a Open University, instituição especializada em ensino a distância desde 1971 (usando a televisão). Atualmente, a mídia Internet é também utilizada e a Universidade já conta com 180 mil alunos dentro e fora do Reino Unido. Além das atividades realizadas a distância, os cursos da Open University tem seções presenciais e, além do suporte *on-line*, os materiais de estudo incluem fitas de vídeos e programas exibidos pela emissora de rádio BBC. Para se ter noção da reputação que a Open University goza na Inglaterra, um em cada cinco estudantes de MBA estudou nela. [6,p.12]

No Brasil, a primeira geração de EaD surgiu em 1904, com o ensino por correspondência.

Naquela época, eram oferecidos cursos profissionalizantes da caligrafia, desenho e arte. Porém, foi somente em 1996 que os cursos realizados pela modalidade de Educação a Distância passaram a ser reconhecidos, respaldando-se na Lei de Diretrizes e Bases. Uma vez credenciadas e com autorização para ministrar o curso, as instituições podiam, enfim, emitir o respectivo diploma válido em todo território nacional. [4,p.11]

O rádio foi também uma mídia importante de EaD no Brasil, veiculando cursos dirigidos a professores, à comunidade rural e a trabalhadores dos mais variados setores produtivos. O Projeto Minerva destacou-se por ter sido transmitido em rede nacional, atingindo a capilaridade de 1200 rádios, quando capacitou mais de 17 mil alunos em apenas um ano para prestarem exames do supletivo ginásial. [4, p.11]

Por sua vez, a Fundação Padre Anchieta foi a pioneira na utilização da televisão como meio de EaD no Brasil. Em 1969, ela colocou no ar, pela TV Cultura de São Paulo, o Tele-Curso Madureza Ginásial, com aulas do supletivo. Atualmente, destaca-se o Tele-Curso 2000 da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Padre Anchieta que, desde 1978 vem formando estudantes em 1º e 2º graus e é o maior projeto de EaD no país. [4, p.11]

Em se tratando de EaD via Internet, foi proposto pelo MEC a UNIREDE – Universidade Virtual Pública do Brasil. De acordo com as informações constantes no seu *site* [15], a UNIREDE é um consórcio de instituições públicas de ensino superior que tem por objetivo democratizar o acesso à Educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância. Com o intuito de evitar o isolamento e a duplicação de esforços entre as Instituições, o Brasil foi dividido em regiões, cujas Universidades e CEFETs (antigas Escolas Técnicas Federais) se organizaram através de um consórcio. Porém, manteve-se a máxima de que quem já tinha alguma cultura de EaD e recebeu o apoio necessário das administrações superiores das suas Universidades, deslançou na frente. Quem não teve esse apoio, ficou, novamente a reboque!

Outra experiência no âmbito do Governo Federal é o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) [14], criado pelo MEC, em 2005, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância. O sistema UAB

é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais, envolvendo a participação das Universidades públicas e demais organizações interessadas. Para a consecução do Projeto UAB, o Ministério de Educação, através da Secretaria de Educação a Distância lançou o Edital Nº 1, em 20 de dezembro de 2005, com a chamada Pública para a seleção de pólos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para a UAB.

A primeira experiência da UAB é um curso-piloto de Administração a distância. Este curso resultou da parceria entre MEC-SEED, Banco do Brasil e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. O curso de graduação em Administração terá duração de quatro anos, sendo os três primeiros estruturados em base comum e um ano destinado às diferentes ênfases definidas pelas Instituições ofertantes.

Depois da apresentação deste pequeno resumo que ajuda a contextualizar a EaD no Brasil e no mundo, faz-se necessário especializar a Educação a Distância para aquela veiculada pela Internet. O *e-learning* é, então, a EaD através da Internet. Assim, a partir de agora, sempre que se reportar a EaD sem especificar a mídia de transmissão, estar-se-á falando de *e-learning*.

Porém, a utilização da Internet *per se* não caracteriza *e-learning*. O *e-learning* pressupõe aprendizagem colaborativa. Isso nos reporta à questão da necessidade de romper com o paradigma educacional vigente, que ainda é centrado no conhecimento e baseado na sua transmissão através da comunicação um-para-muitos, ou seja, o professor fala para os seus alunos. As TIC só agregarão valor ao processo de Educação a Distância em um ambiente onde o aprendiz seja o foco do processo ensino-aprendizagem, onde o conhecimento seja construído por ele durante o processo em tela e que, dessa aprendizagem, participem o professor, como mediador, e os seus colegas como colaboradores do seu aprendizado e ele, da aprendizagem dos demais colegas. [11]

Para Hsiao [7], a aprendizagem colaborativa é definida como "um conjunto de técnicas de apren-

dizagem para a utilização em grupos estruturados, assim como de estratégias de desenvolvimento de competências mistas (aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social), onde cada membro do grupo é responsável pela sua aprendizagem e pela aprendizagem dos outros elementos." Sherman [13] destaca que a aprendizagem exige a participação ativa e a interação, tanto dos alunos como dos professores. O conhecimento é visto como um elemento social e, por isso, o processo educativo é favorecido pela participação social em ambientes que propiciem a interação, a colaboração e a avaliação. Assim, o que se busca em um ambiente de aprendizagem colaborativa é aproveitar a riqueza da diversidade visando o crescimento do grupo.

Portanto, é óbvia a possibilidade das TIC serem empregadas na aprendizagem colaborativa a distância. Então, a aprendizagem colaborativa assistida por computador – CSCL (*Computer Supported Collaborative Learning*) pode ser definida como "uma estratégia educativa em que dois ou mais sujeitos constroem o seu conhecimento através da discussão, da reflexão e tomada de decisões, onde os recursos informáticos atuam como mediadores do processo ensino-aprendizagem." [7]

A expectativa é que trabalhando de forma colaborativa os alunos obtenham resultados tanto em nível pessoal como em nível social. Em nível pessoal, há um crescimento do pensamento crítico, do seu nível de conhecimento além de uma maior segurança e interação com o grupo, o que vem corroborar com o desenvolvimento da sua autonomia. Em nível social, pode-se apontar o fortalecimento da democracia, pois a dinâmica de grupo incentiva os alunos a aprender coletivamente, valorizando os seus conhecimentos, mas respeitando os modelos mentais dos seus colegas.

CSCL desenvolveu-se em torno das aplicações do trabalho colaborativo assistido por computador – CSCW (*Computer Supported Collaborative Work*), que consiste em uma rede de computadores (LAN ou WAN)<sup>2</sup> onde um *software* gerencia

<sup>2</sup> LAN: *Local Area Network*, ou seja, uma rede local dentro de uma organização. WAN: *Wide Area Network*, ou seja, os nós da rede estão geograficamente distantes uns dos outros.

grupos de trabalhos que desenvolvem tarefas comuns, disponibilizando, para isso, serviços informáticos intermediados por uma interface a qual possibilite o desenvolvimento de trabalho em equipe.

A diferença entre CSCL e CSCW está no contexto da sua aplicação: educação ou trabalho. Ambos suportam colaboração, mas a finalidade do CSCW é a de facilitar a comunicação e a produtividade do grupo, enquanto CSCL objetiva a aprendizagem em grupo, privilegiando a comunicação, a coordenação do processo ensino-aprendizagem e a respectiva avaliação deste processo.

Depois das definições dadas acima, é possível, então, inferir que *e-learning* é um tipo de CSCL, onde os alunos, o professor (mediador do curso), o processo ensino-aprendizagem e a base de informações (o curso em si) não estão, necessariamente, no mesmo lugar e independem de sincronização, exceto para discussões pontuais em tempo real<sup>3</sup>.

### III – JUSTIFICATIVA (KNOW WHY)

Nesta seção serão discutidos alguns pontos que são relevantes quando se analisa a implantação do *e-learning* em uma organização (escola ou empresa), mas sem se preocupar em fazer a cobertura de todas as suas vantagens.

É importante frisar, também, que em se tratando das escolas, o *e-learning* vem se somar às outras iniciativas canônicas para o desenvolvimento da Educação.

#### 1) Inclusão Social e Democratização do Conhecimento

É sabido que a exclusão social de pessoas na sociedade brasileira tem como principal causa a carência de Educação formal. Então, a solução perpassa pela oferta de vagas nas escolas, em todos os níveis.

Um bom programa de *e-learning* certamente ajudaria o Brasil a superar as dificuldades que o

mesmo encontra quando se propõe a enfrentar esse desafio utilizando, somente, modelos ortodoxos, como a construção de escolas e respectivo aparelhamento das mesmas.

Por que não se seguir o exemplo da Coréia do Norte, que, como foi mostrado no início deste artigo, decidiu resolver, de uma vez por todas, o problema de Educação naquele país? Não é por falta de dinheiro, é sabido, pois a nova orientação capitalista aponta para a necessidade de se educar as populações, pois se faz necessário um novo perfil de trabalhador e de consumidor. Este último precisa estar capacitado para usar as TIC com o objetivo de usar o ciberespaço<sup>4</sup> para acessar os produtos e serviços ofertados neste novo espaço de relacionamento. Assim, o investimento em *e-learning* encontrará ressonância no capital. Basta usá-lo com competência!

Ademais, o Brasil, paradoxalmente, está avançando bem em outras áreas de serviços digitais como o *e-Gov* e inclusão digital. Porém é importante perceber que a inclusão social via inclusão digital, isto é, através do acesso, pelo cidadão, à Internet para usar serviços informáticos na rede, pressupõe que o indivíduo não seja um analfabeto digital!

Outro problema importante que o Brasil precisa vencer diz respeito à concentração da produção científica. Uma pesquisa publicada pela Revista Veja [10] aponta que entre 1995 e 2005, cerca de 30% dos trabalhos publicados no país saíram das três maiores Universidades paulistas: USP, UNICAMP e UNESP. Segundo a pesquisa, o Brasil publicou, neste período, 115000 trabalhos científicos, sendo 35000 (30%) provenientes das três Universidades citadas acima; a Inglaterra publicou 635000 trabalhos, sendo 106000 (16%) provenientes de Cambridge, Oxford e College London; enquanto os Estados Unidos da América publicaram 2,8 milhões, com 221000 através das Universidades de Havard, Johns Hopkins e Texas, o que equivale a 8% da produção científica total. Essa distorção, no Brasil, pode ser resolvida se as oportunidades de capacitação entre as

3 Tempo Real: A interação entre usuário e computador ou entre usuários conectados em rede depende do tempo, ou seja, existe a sincronia entre emissor e receptor.

4 Espaço virtual definido como aquele constituído pela Internet.

Universidades se equivalerem. Hoje, para se cursar o doutorado ou mesmo o mestrado, na maioria das vezes, é preciso deslocar-se para outros Estados. Assim, para formar massa crítica a fim de organizar cursos de mestrado e doutorado nas Universidades fora da região Sul e Sudeste, é preciso o deslocamento do aprendiz, reproduzindo a lógica ineficaz já comentada acima. Assim, o emprego do *e-learning* possibilitará às demais Universidades capacitarem os seus recursos humanos (alunos e professores) com maior efetividade.

Essa análise permite afirmar que o modelo de investimento centrado somente na construção e aparelhamento de escolas e na capacitação dos professores através do ensino presencial mostra-se inadequado quando se compara a demanda requerida com a oferta disponível no prazo exigido.

## 2) Racionalização dos Recursos Materiais e Humanos.

Primeiro, faz-se necessário ressaltar que não se está defendendo a diminuição da construção de escolas no Brasil, pois se sabe que esta ainda é o melhor espaço para a socialização de crianças e adolescentes. O que se advoga, no entanto, é a necessidade de agregar valor ao processo ensino-aprendizagem (presencial ou a distância) através do uso das TIC.

Assim é que nos segmentos de 3º grau, pós-graduação e treinamento fica bastante evidente a economia que se faz, tanto para o investidor (seja ele o Estado ou a iniciativa privada) quanto para o aprendiz. A economia em termos financeiros se dá pela racionalização dos recursos demandados em uma atividade de educação como as listadas acima, pois depois de montada a base de *e-learning*, quanto mais usá-la, mais rapidamente ela se pagará, além da economia em deslocamentos dos alunos e dos professores, em passagens, hospedagem etc. Além do mais, quando se trata de *e-learning* em empresas para atividades de treinamento, a base computacional instalada já serve para o desenvolvimento da atividade de aprendizagem. Algumas vezes, faz-se necessário disponibilizar uma sala de vídeo-conferência, mas se pode usar as disponíveis no mercado para locação temporária.

No lado do aprendiz, este terá disponível uma gama de cursos que só se tornam acessíveis pelo *e-learning*, além da flexibilidade de horário pois, excetuando-se os momentos de discussões síncronas, o aprendiz é quem dita o horário e o ritmo da sua aprendizagem.

Além da economia, o *e-learning* aumenta a possibilidade de contar com especialistas nas atividades de Educação, pois estes não precisaram se ausentar das suas atividades diurnas completamente, o que aumenta, consideravelmente, a oferta de professores especialistas para atuarem em atividade de ensino a distância.

Quanto à eficácia dos cursos a distância via Internet, "pesquisas desenvolvidas na Canadá têm demonstrado que, quando um curso universitário via Internet é bem organizado, a aprendizagem do aluno é mais eficaz do que seria se o mesmo curso fosse dado presencialmente. A interatividade intensa via rede é o fator predominante na diferenciação." [5, p.71]

Finalmente, o *e-learning* aumenta a possibilidade de atendimento da demanda por vagas ao se desvincular da sala de aula presencial, pois para esse tipo de atividade é preciso, somente, um computador conectado à Internet no período que o aprendiz escolheu, fato que possibilita a reutilização dos recursos computacionais entre estudantes, como nos laboratórios de informática ou tele-centros de informação.

## 3) Atitude Pró-ativa do Aprendiz

Como já foi dito anteriormente, o *e-learning* possibilita centrar a atenção no aprendiz. Nesse paradigma de ensino é o estudante quem escolherá qual o curso ou treinamento que ele necessita desenvolver, qual será a instituição de ensino ministradora da atividade, qual será a época e o prazo mais adequado para ele etc. Enfim, o aluno pode, de fato, exercer o seu poder de cidadão-cliente, colocando-se como ativo no processo de escolha da sua atividade de aprendizagem e não ficar restrito a apenas aquelas atividade ofertadas no mercado local, já que para o *e-learning*, em nível de demanda tecnológica, tanto faz o aluno realizar, a partir de Aracaju-SE, uma atividade de aprendizagem a distância na Universidade Federal de Sergipe, na Universidade Tiradentes, na

Open University/Inglaterra ou no MIT/EUA. Então, a lógica adotada não é mais aquela pela qual o cidadão-cliente tem que, apenas, se restringir aos produtos ofertados em nível de mercado local!

Em se tratando do nível de autonomia do aprendiz, o *e-learning* demanda aprendizes mais independentes do que aqueles encontrados nas atividades de ensino-aprendizagem presenciais. Assim, se o *e-learning* oferece as facilidades ao aluno de ter acesso a cursos em outras cidades, estados ou países sem precisar se deslocar, ele cobra do aluno mais disciplina e maturidade. Porém, vale observar que estamos arrolando este fato como uma vantagem pois, como discute Zygmunt Bauman no seu livro *Modernidade Líquida* [1], o capitalismo atualmente está privilegiando a flexibilidade, tanto em nível das plantas industriais quanto em nível dos modelos mentais dos indivíduos. Em outras palavras, o mercado está exigindo trabalhadores pró-ativos que saibam construir o perfil adequado para se manterem no mercado de trabalho. Dessa maneira, se pode concluir que o *e-learning* está em sintonia, quanto à atitude dos indivíduos, com as exigências da pós-modernidade.

É claro que a autonomia é um processo que o indivíduo constrói no decorrer da sua ontogenia e que a escola, como espaço de socialização, exerce um papel fundamental nesse processo. Porém, a escola como a temos atualmente é aquela onde são desenvolvidas as competências e as habilidades do cidadão da sociedade do conhecimento? Não se entrará nessa discussão, por esta fugir do escopo deste artigo.

Finalizando, é importante e, portanto, necessário afirmar, que o *e-learning* demanda aprendizes pró-ativos e que assumam o controle de suas vidas, para atingirem o futuro que visualizam para eles.

#### 4 – Nova Relação Professor-Aluno e Aluno-Aluno

A desestruturação do tempo e do espaço proporcionada pelo *e-learning* rompeu com o paradigma educacional tradicional centrado na transmissão do saber através de uma comunicação um para muitos (o professor fala para os seus alunos) pois, agora, cada aprendiz tem o seu próprio es-

paço para reflexão e provocação, sem interferir no ritmo da aula do professor e sem, digamos assim, atrapalhar os demais colegas.

No livro "Educação a Distância via Internet" organizado por Valente *et alli* [16], os autores afirmam que as tecnologias da Informação e Comunicação "têm o potencial de mudar a prática pedagógica e, portanto, têm desafiado o professor no sentido de saber como integrar esses recursos em suas atividades de sala de aula." [16, p.13] Mais adiante, colocam que "a idéia é não só implantar a informática na sala de aula, mas fazer com que ela também esteja a serviço do desenvolvimento de projetos educacionais contextualizados na realidade da escola, na prática pedagógica do professor e na aprendizagem do aluno." [16, p.14]

Valente, no livro em tela, concorda que a rede telemática (Internet) possibilita um "estar junto virtual". Ele comenta que "as ações de EaD via Internet podem ser caracterizadas em termos de três grandes abordagens: a *broadcast*, a virtualização da sala de aula tradicional e o "estar junto virtual". O que difere nessas abordagens é o grau de interação entre o docente do curso e o aprendiz. Na *broadcast*, a informação é enviada ao aprendiz, via Internet, e não existe nenhuma interação entre ele e o docente. É a relação comumente denominada "um para todos" (...) Na virtualização da escola tradicional, prevê-se um mínimo de interação entre o docente e o aprendiz - relação de uma para poucos. No entanto, a interação é semelhante ao que acontece em uma sala de aula presencial, ou seja, o docente solicita um exercício ou uma tarefa, usando os conceitos em estudo. O aprendiz realiza a tarefa e envia a resposta ao docente para que seja avaliada. Portanto, a interação nesse caso se resume em fazer uma pergunta e receber uma resposta." [16, p.30]

Mas, como já se comentou anteriormente, para que se aproveite, ao máximo, os recursos que a telemática oferece, é importante adotar em outro paradigma educacional.

Valente afirma que "o "estar junto virtual" envolve múltiplas interações no sentido de acompanhar e assessorar constantemente o aprendiz para poder entender o que ele faz e, assim, propor desafios que o auxiliem a articular significado ao que está desenvolvendo (...) O acompa-

nhamento constante do aprendiz e a atuação do docente do curso via Internet têm como objetivo o estabelecimento do ciclo de aprendizagem descrição-execução-reflexão-depuração-descrição (...) A ação que o professor realiza produz resultados que podem servir como objetos de reflexões. Estas podem gerar novas indagações e problemas, que ele não tem condições de resolver. Ele pode enviar para o docente do curso essas questões ou uma breve descrição do que ocorre. O docente do curso reflete sobre as questões solicitadas e envia sua opinião ou algum tipo de material – uma sugestão para ser verificada, um texto teórico ou mesmo um tutorial contendo as informações que poderão auxiliar o professor a resolver seus problemas. Ele recebe essas idéias e tenta colocá-las em ação, gerando novas dúvidas, que poderão ser resolvidas com o suporte do docente do curso ou mesmo de seus colegas em formação, participantes também do curso a distância ou de outros profissionais de seu contexto de atuação. Essa troca de informações e questionamentos estabelece um ciclo que mantém o professor em um processo de aprendizagem, realizando atividades inovadoras, gerando conhecimento sobre como desenvolver as ações, ao mesmo tempo que ele conta com o suporte do docente do curso e dos colegas. Assim, a rede telemática pode propiciar o “estar junto” do docente do curso com os alunos, todos vivenciando um processo de construção do conhecimento.” [16, p.31]

Ao tecer suas considerações finais sobre a experiência de um curso de especialização em desenvolvimento de projetos pedagógicos com o uso das TIC, Valente conclui que “o “estar junto virtual” vai além de um curso tradicional, realizado a distância, pois não se trata de passar informação e verificar se essa informação foi retida. Trata-se, sim, de auxiliar o aluno no seu contexto a buscar significado naquilo que faz e, com isso, fornecer condições para que possa inovar e buscar solução que são condizentes com a sua realidade de sala de aula e de escola (...) A rede de ajuda foi estabelecida, a troca de experiência e a possibilidade de reflexão individual e conjunta criaram o suporte para que as soluções emergissem e pudessem ser implementadas, produzindo resultados que foram objetos de reflexão e de depura-

ção da prática e da compreensão da teoria, em uma verdadeira espiral de aprendizagem.” [16, p.51]

### 5) Expansão do Ensino Universitário

Como ficou demonstrado, os alunos de graduação e, principalmente, os de pós-graduação são os que, em nível de disciplina e maturidade, têm o perfil mais adequado para a utilização do *e-learning*. Como afirma, Fredric M. Litto, professor titular de comunicações da ECA-USP, coordenador científico da Escola do Futuro da USP e presidente, desde 1995, da Associação Brasileira de Educação a Distância, em artigo veiculado na revista “Guia de Educação a Distância” [4,p.50]: “O Brasil tem apenas 8% dos seus jovens de 18 a 24 anos matriculados em instituições de ensino superior (enquanto a Argentina e Chile têm 30% cada, Reino Unido 40%, EUA 55% e Canadá 60%). Numa situação em que não há grandes recursos financeiros disponíveis para construir salas de aula ou formar dezenas de milhares de novos professores para atender a essa demanda real da sociedade, a única forma que o Brasil terá de dobrar, em curto prazo, o número de alunos no ensino superior será por meio de EaD e de uma combinação com o ensino presencial.”

Para citar um exemplo de Universidade pública brasileira que foi bem sucedida com a estruturação de serviços *e-learning* e começa, agora, a expandir o ensino universitário com Educação, de qualidade, a distância, tem-se o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com matéria publicada no *site* e-Learning-Brasil [2], “na UFSC, a trajetória do ensino a distância começou em 1995. No início, o foco era a pesquisa e a formação de pessoas através de projetos de extensão. Com a liberação do MEC para EaD nos cursos de graduação, o objetivo da UFSC se voltou para a ampliação da Universidade e sua atuação no interior do Estado. As primeiras turmas de cursos de graduação a distância iniciaram as aulas no dia 3 de março próximo passado em seis pólos de ensino criados pela UFSC no interior de Santa Catarina. Ao todo, serão 500 alunos beneficiados com uma vaga nos cursos de Licenciatura em Física e em Matemática.”

Assim, corroborando com o que foi dito no item 1 e 2 desta seção, na medida que se poupam

recursos valiosos e se tenha uma política de EaD efetiva, mais alunos poderão ser atendidos pelas Universidades públicas, gerando uma melhor qualificação da população e a conseqüente inclusão do indivíduo no setor produtivo do País.

#### IV – IMPLANTAÇÃO (KNOW HOW)

Nesta seção será discutida uma agenda com vista à instalação de um serviço de *e-learning*, no que diz respeito à formação de uma equipe inter-disciplinar para cuidar da preparação, difusão e suporte de cursos a distância usando a Internet e à adoção de uma tecnologia telemática de qualidade.

Como se procurou evidenciar neste artigo, um serviço de *e-learning* exige uma equipe tecnicamente competente e apoio irrestrito das esferas superiores, a fim de que sejam atendidas as demandas estratégicas e operacionais, como espaço físico adequado, cobertura das competências exigidas em nível de especialistas para a formação de uma equipe interdisciplinar qualificada, equipamentos, suporte telemático etc. Para tanto, deve-se proceder como na esfera do Governo Federal, que criou uma secretaria dentro do MEC para cuidar das questões relativas a EaD. Assim, o modelo deve ser reproduzido em nível estadual e municipal. Em se tratando de uma Universidade, faz-se necessário criar uma estrutura dentro do seu organograma ligada diretamente à Reitoria, pois basicamente, as demais Pró-Reitorias, principalmente as de Graduação, Pós-Graduação e Recursos Humanos, serão clientes desse novo setor, o qual será aqui denominado de Núcleo (ou Coordenação Geral) de Educação à Distância, que se responsabilizará pela formulação da política de EaD na instituição, a qual deverá ser referendada pelos Conselhos Universitários, assim como pela sua operacionalização.

Em se tratando da formação de uma equipe responsável pelo desenvolvimento e suporte ao *e-learning*, esta será constituída por um coordenador tecnicamente competente, isto é, que conheça sobre Educação, informática e da problemática envolvida no *e-learning*; um mediador, profissional da área pedagógica e de produção de material didático, que terá a função de adequar o

material ao público a que se destina, sugerindo ilustrações ou outros recursos que venham enriquecer o material didático, como hipertextos e informações multimídia. O mediador terá como função dar suporte ao professor-autor ou conteudista, que elaborará o conteúdo do curso. O professor-autor é um professor especialista no assunto abordado no curso. Outro profissional importante na equipe é o *designer* instrucional, que é a pessoa responsável por adaptar o conteúdo do curso à linguagem da Web. Ele orienta a parte visual do curso feito pelo conteudista. Outro profissional é o *Web-designer* que é quem programa a aplicação computacional. Vale observar que, devido a turvidez da fronteira entre esses dois últimos profissionais, eles podem ser substituídos por um especialista em Interface Humano-Computador que conheça as recomendações da engenharia de usabilidade e domine a tecnologia telemática. Finalmente, é necessário alguém que se responsabilize pela multiplicação de tutores, que é o professor que irá mediar o curso com os alunos, acompanhando os alunos durante todo o curso. Ele é o apoio do aluno em caso de dúvidas, é a quem o aluno encaminha as suas atividades desenvolvidas como no caso das avaliações. Em resumo, é o professor da disciplina, mas que atenda ao perfil exigido no *e-learning*, ou seja, tenha facilidade de lidar com o público, facilidade de comunicação e domine a tecnologia envolvida no ambiente computacional, sob o qual o curso que ele está tutelando está implementado. Além dos profissionais listados acima, acrescenta-se aquele responsável pelo suporte computacional, tanto em nível de sistema operacional como em nível de rede.

Com relação ao ambiente informático de EaD, pode-se afirmar que algumas das Universidades brasileiras desenvolveram tecnologias que já se encontram consolidadas, tanto pela qualidade de suas interfaces como pelo modelo estrutural que elas implementam. Como ficou claro neste artigo, um ambiente de *e-learning* deve oferecer recursos de comunicação síncrona e assíncrona de qualidade, deve prever a atividade de coordenação do curso pelo(s) tutor(es), deve suportar e induzir a aprendizagem colaborativa e deve disponibilizar mecanismos "inteligentes" de avaliação. Com relação a este último ponto, pode

perceber-se nos trabalhos mais recentes, que atualmente é o principal tema em discussão, já que a avaliação não é trivial em nível presencial, avalie a distância.

Para citar dois exemplos de tecnologias que atendem aos requisitos do *e-learning* aponta-se o AulaNet da PUC-RJ e o TelEduc da UNICAMP. Como se afirmou, são produtos consolidados que, além de atenderem às suas respectivas comunidades acadêmicas, têm uma grande quantidade de clientes externos. Além da qualidade técnica destes produtos, eles são obtidos gratuitamente, tendo somente o custo com o treinamento da equipe que irá instalá-lo e customizá-lo às necessidades domésticas do cliente. Por outro lado, o Governo Federal disponibiliza, também, o e-Proinfo, que é o produto telemático desenvolvido no âmbito da Secretaria de Educação a Distância/Secretaria de Educação Superior/MEC. [3]

No ano passado foi possível entrar em contato, através de um curso de 40 horas, com e-Proinfo, o que permitiu criar juízo de valor e perceber que ele não está no nível dos concorrentes citados anteriormente. Crê-se que isto se deve, principalmente, ao fato daquelas ferramentas terem sido desenvolvidas como objetos de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação de suas respectivas Universidades, fato que leva à constante avaliação e melhoramento das mesmas através de projetos em nível de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado. Além do mais, com elas não se corre o risco de solução de continuidade com as mudanças políticas inerentes ao Governo Federal.

Finalmente, para que a Instituição possa veicular um curso a distância é preciso a autorização específica do MEC. O processo de reconhecimento desses cursos segue os mesmos parâmetros dos cursos presenciais. O que muda, nas modalidades a distância, é o instrumento de avaliação que leva em consideração dimensões como tutoria, capacitação de professores, ambiente informático de EaD, produção de material didático e específico para EaD, pólos presenciais para atendimento ao aluno, avaliação dos alunos etc. Além do mais, o reconhecimento do curso só vale por cinco anos. Terminado esse prazo, a Instituição tem que passar novamente pela avaliação do MEC. Pela legislação vigente,

cursos de ensino fundamental, médio e técnico a distância dependem de avaliação das Secretarias e dos Conselhos Estaduais de Educação para entrar em funcionamento, enquanto as Instituições que querem oferecer cursos de graduação e tecnológicos precisam credenciar-se junto ao Ministério da Educação e solicitar, para cada curso que pretenda oferecer, a autorização de funcionamento.

Para pós-graduação, *lato ou stricto sensu* é preciso que a instituição tenha se credenciado para os cursos superiores a distância e, para o mestrado e o doutorado é preciso a aprovação e o reconhecimento pela Capes. No caso de especializações, basta que a instituição tenha sido credenciada para EaD pelo MEC. [6, p.94], [2] Maiores informações podem ser obtidas diretamente no portal do MEC. [12]

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar, o *e-learning* é uma excelente alternativa para fortalecer o processo educacional em um país, pois desvincula o curso do espaço físico e do tempo para realizá-lo. Demonstrou-se, também, que por envolver um novo paradigma de ensino-aprendizagem e utilizar largamente as TIC, a sua implantação deve seguir um planejamento prévio bem elaborado e que seja executado com competência.

Por engendrar estudantes e professores que estão habituadas ao processo tradicional de educação presencial, crê-se que a implantação do *e-learning* em uma Universidade que ainda não tem a cultura de EaD deve ser feita de modo a desenvolver, paulatinamente, esta cultura dentro da comunidade acadêmica (como foi feito na UFSC). Assim, o professor de disciplinas lecionadas presencialmente pode utilizar os recursos do *e-learning* para enriquecer as suas aulas, através da disponibilização de material didático na Internet, definição de espaços virtuais de discussão (fóruns), uso intensivo da Internet para pesquisa bibliográfica, atendimento virtual personalizado para o aluno etc. Assim, um aluno que cursou a sua graduação utilizando recursos isolados do *e-learning* vai se sentir à vontade para decidir realizar uma pós-graduação a distância.

Buscou-se evidenciar, assim, que a implantação de um centro de *e-learning* é condição *sine qua non* para a introdução da Educação a Distância via Internet em uma Instituição de Ensino Superior, mas não suficiente por si só. A experiência deste autor como professor do curso de Bacharelado em Ciência da Computação e do Mestrado em Educação lhe permite visualizar os dois lados da mesma moeda. De um lado, os alunos de graduação, que devido ao seu perfil epistêmico, lidam naturalmente com as TIC, porém estão presos ao velho paradigma de assistir a aulas e de responder com respostas previamente ensinadas. Dessa maneira, estão "engessados" no modelo baseado na transmissão

do saber. Do outro lado, os alunos do mestrado, com nível maior de autonomia, mas, na sua grande maioria, sem desenvoltura no manejo das TIC. É preciso, então, redesenhar o modelo educacional e equipar as escolas, em todos os níveis, com ambientes de ensino-aprendizagem informáticos para se usufruir, plenamente, das possibilidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação oferecem, atendendo, assim, as novas diretrizes para a Educação estabelecidas pelos especialistas renomados da área.

Urge, ao Brasil, entrar definitivamente na Era do conhecimento. O *e-learning* constitui-se em um excelente atalho!

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar Editor. 2000.
- e-Learning Brasil: <http://www.elearningbrasil.com.br>
- e-Proinfo: <http://www.eproinfo.mec.br>. Acesso em 17/04/06.
- GUIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Editora Segmento, 2004.
- GUIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Editora Segmento, 2005.
- GUIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Editora Segmento, 2006.
- HSIAO, Wana D .Lin. <http://www.edb.utexas.edu/cscistudent/Dhsiao/theories.html>. Acesso em 02/10/04.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Editora Cortez. 2003.
- REVISTA DIÁLOGO MÉDICO. *Ensino a distância : O diploma a domicílio através da Internet e videoconferência*. 2003. p. 32-34.
- REVISTA VEJA. *O impacto da desigualdade na ciência*. Edição 1947 – ano 39 – nº 10. 15 de março de 2006.
- SCHNEIDER, Henrique Nou. *Um ambiente ergonômico de ensino-aprendizagem informatizado*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: <http://portal.mec.gov.br/sesu>. Acesso em 17/04/06
- SHERMAN, L. W. A postmodern, constructivist and cooperative pedagogy for teaching educational psychology, assisted by computer mediated communications. In *Proceedings of CSCL 95' Conference*.
- UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: <http://www.uab.mec.gov.br>. Acesso em 25/04/06.
- UNIVERSIDADE VIRTUAL PÚBLICA DO BRASIL – UNIREDE: <http://www.unirede.br>. Acesso em 25/04/06.
- VALENTE, José Armando; Prado, Maria Elisabete Brito; Almeida, Maria Eliazabeth Bianconcini. *Educação a distância via internet*. Editora Avercamp. 2003.

## MIGALHAS DO COTIDIANO REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO NO POVOADO CAJAÍBA

Verônica Maria Meneses Nunes<sup>1</sup>  
Magno Francisco de Jesus Santos<sup>2</sup>  
Márcia Maria de Jesus Santiago<sup>3</sup>

Era noite de sábado, 19 de abril de 2003, próximo das vinte horas. Não era um sábado qualquer, era o Sábado de Aleluia. De repente, uma surpresa. Surgiu uma pequena chama nas imediações da serra do Cruzeiro e, lentamente, se deslocava em direção ao povoado Cajaíba. Várias pessoas perplexas olhavam o episódio bizarro. A chama sobrevoava o povoado a uma altura aproximada de dez metros, quando parou sobre um cajueiro na estrada da pedreira e desapareceu.

Sobre tal episódio surgiram diversos comentários por todo o povoado. Foram várias pessoas que testemunharam o acontecimento, que se tornou o principal assunto da semana. Cada testemunha tinha a sua versão, a sua explicação. Para alguns, se tratava de luzernas<sup>4</sup>, para outros era um sinal divino, um castigo pelo relaxamento nos sacrifícios quaresmais. O tempo passou e o estranho episódio foi esquecido.

Em 2005, novamente em uma noite de Sábado Aleluia, dia 26 de março, um casal passava pelo dito cajueiro e viu um homem montado sobre um cavalo. Nada demais se não fosse por um detalhe: tal homem só era visível da cintura para baixo. Por mais que tentassem iluminar o homem nada se via além de suas pernas. O casal que presenciou o estranho acontecimento ia de caminhão para um velório. O motorista chegou a parar o caminhão para melhor iluminar, mas nada viu. Ficou o assombro: O que seria aquilo? Não dava

para ter certezas, somente suspeitas. Mais uma vez, após o alvoroço inicial, o ocorrido foi esquecido.

Esses são dois episódios recentes do cotidiano de uma pequena comunidade rural do município de Itabaiana, chamada Cajaíba. Apesar da sua aparente insignificância, eles fazem parte de um vasto e complexo universo de símbolos e signos que é o imaginário. Buscar compreender o imaginário de um povo é se aventurar por um mundo de fantasias, desejos, utopias que mascaram as angústias intrínsecas ao meio social. Não é possível entender uma suposta aparição estudando-a isoladamente, pois é necessário relacioná-la com outros aspectos da sociedade. Ao invés de fazer estudos de casos isolados, é preciso remeter a episódios da mesma natureza que tenham ocorrido em períodos distintos. É preciso também averiguar a frequência desse tipo de acontecimento na mesma localidade.

Sendo assim, podem ser elencadas algumas indagações sobre os recentes episódios ocorridos no povoado Cajaíba. Seriam essas aparições casos isolados ou ocorrem com certa regularidade? Quais os locais em que as aparições acontecem com maior incidência? Qual a periodicidade? Essas são algumas questões a serem respondidas. O propósito deste estudo é compreender as representações do imaginário no povoado Cajaíba, buscando reconstituir em panorama geral as prin-

1 Mestre em Memória Social e Documento pela UFF-RJ. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

2 Bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe.

3 Aluna do curso de Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Sergipe.

4 Lenda também conhecida como fogo-corredor. Segundo a tradição popular, as luzernas são compadres e comadres que tiveram relação sexual ou que brigaram. Após a morte se transformam em duas chamas que correm até colidirem-se e podem atingir o observador que pronunciar o nome "luzerna".

cipais lendas e crendices que ao longo dos anos permearam o imaginário da população local. Para empreender essa proposta é necessário problematizar o rotineiro, o aceito, o indubitável que aparentemente demonstra ser irrelevante. Por esse motivo, muitas vezes os fenômenos desse tipo passam despercebidos pelos “olhares frios da ciência”, que buscam compreender a sociedade através dos grandes problemas da economia, política e religião. Esse paradigma científico não deve ser rompido, apenas enriquecido com novas perspectivas de análise, como o estudo dos atos corriqueiros, do cotidiano. É necessário penetrar no universo do fabuloso, campo vasto e rico em símbolos e fantasias. Partindo desta acepção, essa reconstituição tornou-se possível graças ao resgate de fragmentos da memória coletiva da comunidade cajuense. Portanto, esta pesquisa esboça um estudo sobre o cotidiano de um povoado a partir de indícios quase que esquecidos, fragmentados, ou seja, em migalhas.

Aparições miraculosas como as que ocorreram em Cajaíba geralmente causam espanto, despertam curiosidades, reavivam emoções já esquecidas. A emoção imaginativa de um coletivo tem relevante poder de adesão, seja por meio do fascínio, seja pelo medo. Assim, as aparições podem ser vistas como um jogo de memória, com atos ligados ao binômio lembrar/esquecer. Nesta ação mnemônica, há um detalhe que não pode ser negligenciado. É o fato de haver interesses no controle da memória, levando-se em conta que ela é alvo de manipulações. É por esse motivo que qualquer tipo de memória usada pelos historiadores deve ser submetido à crítica histórica.

### PECADOS, PUNIÇÕES E TORMENTOS

A trajetória histórica de Cajaíba é profundamente marcada por fenômenos semelhantes aos que já foram narradas anteriormente. O cotidiano do povoado é fortemente permeado por relatos desse tipo. São freqüentes os depoimentos sobre aparições marianas, diabólicas e de mortos. A maioria dos relatos ouvidos indica o cajueiro da estrada da pedreira e Serra do Cruzeiro como principais focos de aparições. Vejamos o registro seguinte de D. Maria dos Santos (2005):

O povo vinha de noite das reza, das novenas e quando chegava no cajueirinho tinha dois facho de fogo pegando um no outro assim; vapo e af se apartava de novo [...] como quem se abraçava e todo mundo tinha medo. Ité não era uma vez só que fazia isso e ainda faz nessa estrada da pedreira, que vai para a pedreira. Também se vê quando vem do cemitério da Ribeira para esse cajueiro af, o facho de fogo vôpo, vôpo.

O que chama mais atenção desse relato, além da descrição das chamas de fogo é o fato de transparecer que tal aparição era e é algo corriqueiro no povoado. Essa constatação fica evidenciada se forem observadas expressões do tipo “ité não era uma vez só que fazia isso e ainda faz”. A naturalidade na descrição desses episódios chega a ser surpreendente, reforçando a hipótese de que o cotidiano do povoado está impregnado por este rico imaginário. Olhando por esse ângulo até parece que morar em Cajaíba era viver em um mundo de fábula, povoado por estranhos seres lendários. Na realidade, a maior parte das lendas registradas se aproxima mais do medo, do pânico, com casos de sustos.

A sensibilidade emotiva dos moradores de Cajaíba em relação às suas lendas só pode ser percebida, caso se observe os mínimos detalhes. No caso desta pesquisa, nos momentos em que estavam sendo realizadas as entrevistas foi sentido certo estado de tensão, principalmente quando se mencionava alguma aparição tenebrosa. Os entrevistados muitas vezes confessavam está arrepiados, só por terem lembrado dos momentos de angústias vividas ao testemunharem algum episódio inusitado. Ao alegarem o arrepio, os entrevistados visam demonstrar o pavor pelo qual passavam, tentando impor respeito ao mundo do além. Outro objetivo implícito, que também podemos deduzir que está implicitamente relacionado à ênfase na descrição dos arrepios é a intenção de galgar um aspecto verídico à sua narração. É a vontade de aumentar a confiabilidade do discurso que faz os entrevistados alegar o arrepio mostrando o braço. Com isso, as testemunhas buscam mostrar que não estão apenas narrando um simples episódio, mas sentindo, revivendo emoções.

Os relatos da oralidade também são fontes históricas. Assim como as demais, elas devem ser submetidas à crítica histórica, pois todo testemunho constitui uma visão de mundo, uma interpretação de acordo com suas experiências vividas, carregadas de desejos, rancores, desilusões e afetos. Isso pode levar um entrevistado a cometer erros, omissões e imprecisões, seja de forma intencional ou não. É preciso lembrar que cada sociedade, grupo ou indivíduo busca perpetuar uma memória, uma imagem de si. Além disso, essa memória depois de criada fica exposta às diversas formas de manipulações ao longo do tempo. Esse jogo de memória é explicitado por Jacques Le Goff ao afirmar que:

O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisadas desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias (Le Goff, 1984, p. 103).

Como vimos, toda e qualquer forma de memória, de documento, constitui um monumento, ou seja, um meio de delegar a imagem a gerações futuras. Isso implica dizer que, ao se tratar de tipologia, toda e qualquer forma documental deve ser submetida à crítica histórica, levando em consideração que não existe tipologia documental isenta de questionamentos. Ao se estudar o passado a partir da oralidade, o historiador deve atentar-se para o fato de que as informações não estão contidas apenas no relato, mas também nas diferentes formas de expressão, no gestual, nas tonalidades, nos silêncios. Em síntese, todo o

aparato detalhista, e muitas vezes ignorado pelos historiadores menos atentos, podem oferecer informações mais valiosas do que o próprio relato. É preciso averiguar também as entrelinhas, o jogo de palavras e as inúmeras utensilagens discursivas. A oralidade pode transmitir informações reveladoras a partir de indícios aparentemente irrelevantes, desprezíveis. Mas afinal, por que há tanta emoção nos relatos das lendas do povoado Cajaíba? De que se tratam tais lendas?

O leque lendário cajaibense é vasto e diversificado. São inúmeras as lendas narradas diariamente no povoado, que vão desde as mais conhecidas do Nordeste brasileiro como as do saci, caipora, mula-sem-cabeça e lobisomem até outras mais específicas do povoado. Para este estudo, nos deteremos nas lendas que possuíam uma maior vinculação com a localidade. De modo geral, as lendas cajaibenses estão atreladas a situações de pecados, pânico, punições e tormentos. A origem das lendas, muitas vezes, está associada à idéia do povo simples que “quebra” as regras e é severamente punido. Seriam então as lendas mais um mecanismo de impor a coerção social? Ainda é cedo para afirmar, pois faltam indícios que comprovem tal hipótese. Mesmo assim, podemos dizer que se trata de uma forte cogitação. Porém precisamos averiguar mais relatos sobre o fenômeno das aparições. Vejamos o depoimento de D. Maria dos Santos (2005):

Ainda aparece, ainda aparece, ainda aparece. Meia noite ali, por dez horas ali se vê os facho de fogo, no cajueiro (...). Não tem seis meses ainda que agente viu no cajueiro. Todo mundo fica com medo (...). Vem, vem da serra e vem a luz devagarzinho e agente olhando e quando chega no cajueiro se formou as duas, para bater uma na outra. O negócio vem da serra, tudo é dessa serra. Na serra é um... na serra é um cemitério, que tem na serra da Ribeira. Agora a poucos dias agente viu.

A descrição acima citada refere-se ao fenômeno das luzernas. Segundo consta na tradição oral cajaibense, as luzernas ou fogo corredor são os compadres que brigaram ou mantiveram relação

sexual e que foram punidos após a morte. Essa informação é reveladora por demonstrar a desobediência, o desregramento moral como agente causador dos fenômenos sobrenaturais do povoado. A maioria das lendas narradas pelos entrevistados tem a origem ligada ao mesmo fato: o pecado. A origem das diferentes lendas de Cajaíba é um detalhe que não deve ser menosprezada, pelo contrário, constitui um valioso mecanismo de interpretação. É um fio condutor sobre os aspectos histórico-culturais de uma população determinada, pois "na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado" (GINZBURG, 1989, p.151). Isso significa dizer que ao se destrinchar o universo lendário cajuibense, estamos contribuindo para a difusão da história da localidade.

A forte presença da quebra do cunho moral nas estórias narradas nos leva a deduzir o quanto eram rígidas as regras sociais na localidade. Quase sempre essas regras estavam envoltas na forte religiosidade da população. É por isso que a explicação da origem das lendas está fortemente associada à noção de pecado. Os pecados mais comuns presentes no imaginário local são os desrespeitos aos dias santificados e aos pais, ou seja, dois dos mandamentos da Igreja Católica. Entre todos os dias santificados estavam aqueles considerados "dias santos finos" ou de preceitos, que deveriam ser guardados por todos. Os mais importantes eram a Quarta-feira de Cinzas, a Semana Santa, Corpus Christie, Dia da Hora e de Nossa Senhora da Conceição. Nesses dias deveria ser evitado qualquer tipo de trabalho, mesmo as tarefas domésticas. Mesmo assim, nem todos cumpriam tal obrigação, como afirma D. Josefa Santos (2006):

Era o Dia da Hora. O povo... e aquele dia que não podia lavar roupa, não podia trabalhar no dia santo. Aí eu ouvi falar numa história que, uma mulher foi lavar roupa no Dia da Hora... Sim aí, Dia da Hora uma mulher foi lavar roupa, aí disseram que fazia mal e ela disse—não faz mal não — e ela foi lavar

roupa. Depois que lavou as roupas, que botou para secar, que estendeu o lençol bem branco, muito branco, aí o que estendeu. Botou, estendeu lá limpinho. Quando é mais tarde que fo... quando foi olhar, tava todo... cheio de manchas de sangue, todo sujo de sangue.

No imaginário da população local, as manchas de sangue que supostamente apareceram nos lençóis estão associadas ao sangue de Cristo derramado durante a Paixão. Nosso intuito não é averiguar a veracidade dos episódios narrados pelos entrevistados, mas tentar compreender o amplo leque imaginativo que permeia o cotidiano da população. Na mentalidade religiosa cajuibense, o Dia da Hora é tão importante quanto a Sexta-feira Maior, por representar um dia de purificação, a passagem do Senhor da terra para o Reino dos Céus. Mesmo não havendo celebrações religiosas oficiais na capela do povoado, a população faz questão de "guardar" o dia, realizando rituais purificadores em suas residências. Nesses rituais encontramos alguns aspectos com forte apelo simbólico como o silêncio, as orações, o sinal da cruz, os elementos naturais e o jejum (evitando comer carne vermelha). A descrição do ritual demonstra a forte presença de elementos purificadores, é a purificação do lar. Observe a descrição do ritual feita por D. Josefa Santos (2006):

No Dia da Hora levanta-se cedo, sem falar com ninguém e vai tirar folhas de camarão para benzer a casa. Em casa, faz o sinal da cruz e fica cruzando as folhas de camarão em cada canto da casa, em cada cômodo da casa dizendo essas palavras: mosca, mosquito, piolho-de-cobra, cobra, sapo, jia, caranguejeira, cambranganza, aranha, muriçoca, gafanhoto, todos os insetos. Tudo para o engenho beber mel, tudo para as ondas do mar, tudo de porta pra fora, tudo. Depois reza um pai-nosso, uma Ave-maria e oferece a Nossa Senhora do Desterro para desterrar tudo. Aí coloca as folhas de camarão em todas as portas e janelas nos cantos superiores.

Essa descrição pormenorizada é reveladora, por apresentar alguns dos principais elementos purificadores como os ramos e as ondas do mar. Tais elementos também são observados em outros rituais que se caracterizam pela exorcização do mal, como é o caso do ritual das rezadeiras. Isso significa dizer que a tessitura cultural cajuibense não está dispersa de forma dispersa, pelo contrário, constitui um vasto campo simbólico com fortes ligações entre os variados segmentos da comunidade. A suposta dispersão ocorre somente nas ocasiões e formas de como esse imaginário é expressado, exteriorizado. Podemos dizer, contudo, que o universo simbólico cajuibense já foi muito mais coeso do que nos dias atuais. Hoje, tal universo encontra-se em fragmentos, que devem ser reconstituídos para possibilitar uma reflexão sobre o mesmo.

Porém, no inusitado episódio sobre o desrespeito do Dia da Hora há outro elemento que não deve ser ignorado. É o sangue de Cristo. Este elemento está presente em diferentes facetas do imaginário local, representando as dores de Cristo e de sua mãe, Nossa Senhora. Nos dias em que se celebram o sofrimento de Jesus deveria evitar a todo custo, o esforço físico, principalmente lavar roupas. Olhem o que ocorreu com a senhora Josefa Santos (2005) que teimou em lavar roupas na Quarta-Feira de Cinzas:

Aconteceu comigo mesmo. É assim, toda Quaresma, o povo dizia que fazia mal lavar roupas na primeira quarta-feira da Quaresma. Aí eu não acreditava. Não, todo mundo não trabalha! A minha sogra dizia: mulher, você já vai lavar roupa hoje? Eu disse: lavo — Faz mal — Não, mas todo mundo não trabalha? Todo mundo não tá trabalhando, por que eu não posso lavar roupa? Aí eu fui lavar roupa. Nessa época lavava assim, em um

poço assim, que era um brejo, que não faltava água. O rio estava seco, aí eu fui lavar, aí lavei a roupa toda e quando terminei tomei banho. A bacia de roupa assim, eu tava penteando os cabelos para vim embora. Eu virava assim para outro tanque que tinha em frente. Aí vi uma... uma trouxinha de roupa na cabeça, no meio do capim, não é? Uma trouxinha de roupa, que nem cristal, depois eu procurei e não vi em lugar nenhum essa trouxa de roupa, não vi mais. Depois me deu um medo e nunca mais lavei roupa na primeira quarta-feira da Quaresma.

O relato deixa claro que na Quarta-Feira de Cinzas a coibição se restringe ao ato de lavar roupas, pois outras formas de trabalho parecem ser toleradas. Mas o que há na lavagem de roupas que não permite a sua realização nos principais dias da Quaresma? Aparentemente não há uma resposta plausível. Para que possamos compreender tal restrição é preciso adentrar no imaginário quaresmal. Para o cajuibense, a vida de Cristo, do nascimento até a morte foi acompanhada de perto por animais<sup>5</sup> que perceberam a sua relevância, ora ajudando-o, ora denunciando-o. O auxílio prestado por animais a vida de Cristo está presente em uma das excelências executadas pelo grupo de penitentes de D. Otacília<sup>6</sup>. Vejamos:

*Uma lavadeira  
E um beija-flor,  
Lavando os paninhos  
Do Nosso Senhor  
Quanto mais lavava  
O sangue corria.  
Maria chorava  
E o judeu sorria.*

<sup>5</sup> Podemos citar como exemplo as rolinhas que teriam saído apagando as pegadas de Cristo cantando "fogo apagou, por aqui não passou" e os bem-te-vis que denunciavam cantando "olhe que eu vi". Outro exemplo de interação é o momento do nascimento de Jesus, em um estábulo, cercado por animais.

<sup>6</sup> Cajuibense que foi morar em Campo do Brito. Fez promessa de enquanto tivesse viva formaria um grupo de penitentes ou de "Irmãos das Almas" que se apresentaria durante a Quaresma na cidade e na Quinta-Feira Maior no povoado Cajuiba. Apresentou-se até 2004, ano em que faleceu D. Otacília.

Nesta excelência está explícito que nos principais dias da Quaresma foram lavados os panos que cobriram Cristo nos dias de sofrimento. Lavar as roupas nesses dias, para o cajuense significa afrontar à memória da Paixão. É a partir desta excelência que também nos possibilita compreender a relação existente entre as manchas de sangue, a lavagem de roupa, o sangue de Cristo e certas espécies de animais. Precisamos ter em mente que nada é gratuito, que nenhum aspecto do imaginário existe sem alguma lógica ou relação com o cotidiano de uma determinada sociedade. Assim, para o cajuense, não respeitar a tradição deixada por seus pais significa ir de encontro ao sofrimento de Cristo, à própria religiosidade. É um pecado passível de punição.

Nas lendas do povoado há uma forte relação entre pecado e punição. Quanto mais grave for o agravo, mais longo e doloroso é o castigo. Se o simples ato de lavar roupas em um dia santificado foi capaz de fazer aparecer manchas de sangue, um pecado mortal pode levar a castigos mais severos, angustiantes, que extrapolam os limites da vida, permanecendo após a morte. É o caso da mais dramática das lendas encontradas no povoado, narrada por D. Josefa Santos (2005):

Também ouvia falar. Tanto ouvia falar, que quando eu era pequena minha mãe falava que, que os filhos têm que respeitar os pais, porque tinha uma moça que assim, discutindo com a mãe, chamou a mãe de safada. Aí essa moça morreu e virou um bicho, um pássaro. Minha mãe contava, de pequena eu ouvia falar isso — não pode dizer, não pode falar nada com os pais porque pode virar um bicho ou qualquer coisa. — Eu ouvi falar que essa moça morreu e virou pássaro, que tem esse pássaro na serra, na serra do Bauzinho (Comprida) aí perto da gente. Não era tão perto, perto do lugar, não é? Aí, quando eu me casei, quando foi na Quaresma, ou foi na Semana Santa, eu tava mais Manoel, não

tinha filho ainda. Aí eu escutei um grito que vinha assim. Aí um bicho, um pássaro voando, vinha e aí gritava assim: safada, safada, safada. Eu disse virgem, Manoel, o que é isso? Aí em seguida fazia: querré, querré, querré, querré. Uma zoadada, um barulho, tão terrível, que não tinha quem não ouvisse aquilo para não se arrepiar. Aí continuava voando, como quem vinha de cá da serra de Itabaiana para o Cruzeiro da Ribeira. Aí de novo passava voando bem por perto da minha casa, no sítio perto do riacho e tornava a gritar: safada, safada, safada. Mas não tinha no mundo quem ouvisse para não ter medo. Chega eu me arrepiava. E esse pássaro seguiu até a serra e de longe ainda ouvia esse pássaro. A coisa mais feia que já vi em toda minha vida.

Esse relato foi confirmado pelos três entrevistados. A descrição nos fornece subsídios para formularmos um cenário complexo e um tanto dramático. Nele podemos localizar alguns elementos como o desrespeito à mãe, o período sagrado, a localização precisa e o triste castigo. O ato de chamar a mãe de safada foi agravado por ter ocorrido no período quaresmal. É comum entre os moradores mais antigos de Cajaíba a idéia de que na Quaresma os bichos e monstros do além andam soltos e qualquer pessoa pecaminosa é passível de se transformar em um desses. Isso fez com que nas quaresmas de outrora predominasse o absoluto silêncio, sem qualquer manifestação de alegria<sup>7</sup>. “Quando uma criança começava a cantar os pais diziam para parar, porque estavam na Quaresma” (Santos, 2005). No caso da mãe que chamou a filha de safada o castigo não foi imediato como nos demais, mas ocorreu após a morte da jovem, ao ser transformada em pássaro; que pelas descrições apresenta aspectos esqueléticos, devido ao ranger dos ossos. Segundo alguns moradores, o pássaro mítico tem uma periodicidade regular em suas aparições. É por isso que ele sobrevoa o itinerário en-

7 Segundo os entrevistados, na Quaresma, os únicos que cantavam eram as cigarras que, como castigo, tinha suas costas estouradas após a Semana Santa.

tre as serras Comprida (Bauzinho) e do Cruzeiro a cada cinquenta anos, espalhando o terror entre os moradores. Outra peculiaridade da lenda é que o castigo não ficou restrito ao momento do pecado, pelo contrário, a jovem ficou condenada a penar ao longo dos séculos. Ao mesmo tempo em que a menina-pássaro pena por maldizer a mãe, a população cajuabense sofre o tormento de a cada meio século lembrar o triste episódio, ao ouvir os penosos gritos do pássaro. Nesse caso, a punição detém uma dupla função: punir a pecadora e dar o exemplo aos moradores para impedir reincidências, ou seja, novas desobediências. Há outro detalhe no depoimento que não deve ser menosprezado. É o fato de haver precisão quanto às localidades de origem e destino da trajetória do pássaro-mulher. O itinerário se estende entre duas serras: Comprida e Cruzeiro. É muito provável que a primeira represente o local onde a jovem vivesse levando-se em consideração que na segunda serra existe apenas um cemitério, no qual ela poderia está sepultada. No entanto, devemos lembrar que a menina transformada em pássaro não é o único caso de punição após a morte. Além desses há outros dois bem difundidos no povoado, as luzernas e a mula-sem-cabeça<sup>8</sup>.

Foi a partir da junção de dados tidos como irrelevantes que formulamos uma discussão a respeito do imaginário cajuabense, observando aspectos como o pecado, as punições e os tormentos. Para que esta discussão se tornasse plausível foi necessário correlacionar diferentes dados obtidos a partir de entrevistas e da observação do cotidiano do povoado. Foi "necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola (...), foi preciso basear-se em indícios imperceptíveis para a maioria" (GINZBURG, 1989, p. 144-145).

#### ENTRE VIRGENS E DEMÔNIOS

O imaginário cajuabense não se limita a luzernas, mulas-sem-cabeça e meninas-pássaro. Ele vai

além, por meio da aparição de seres antagônicos, de forças sobrenaturais. Estamos nos referindo às supostas aparições marianas e demoníacas. Elas também estão associadas à idéia de punição ao desregramento, ao pecado. Entre todas as aparições narradas, duas foram vinculadas a figura de Nossa Senhora. Sobre a primeira, a senhora Maria dos Santos (2005) disse que:

A mulher lavava roupa toda sexta, todo sábado. Todo sábado ela deixava o dia, trabalhava a semana toda, para lavar roupa todo sábado. Quando chegou um dia, tava lavando no meio de quatro muié, quando deu fé recebeu aquela pancada nas costas, bapo! E a mulher se virou e: quem foi que me bateu? Aí, vem ver o que é que foi. Tava os dedos direitinho da mão nas costas da muié, assim, as mãos direitinho, a mancha vermeia. Custou a se acabar isso, porque ela só lavava dia de sábado. Ninguém sabe o que é que foi, porque dia de sábado é o dia de Nossa Senhora.

O depoimento acima é instigante. Mesmo não afirmando explicitamente quem foi o autor da agressão, a entrevistada deixa a entender que foi Nossa Senhora, porque teve seu dia desrespeitado. O relato também evidencia uma faceta do catolicismo popular pouco conhecida. Geralmente, a idéia transmitida da Virgem Maria é de uma mulher doce, caridosa e acolhedora. Aqui aparece mais uma característica: a de uma mãe que pune até mesmo com agressões físicas os filhos desobedientes. Essa imagem agressiva, vingativa dos santos e de Deus não é muito veiculada na religiosidade católica, ao menos abertamente. Mas se observarmos atentamente as manifestações de religiosidade popular, este aspecto torna-se evidente. Estudos sobre a religiosidade mostram a reciprocidade nos maus tratos entre santos e devotos, pois até "Cristo também era desacatado nos símbolos que o representavam: imagens e crucifixos" (SOUZA, 1986, p. 112).

<sup>8</sup> É a mulher que teve relações sexuais com padres. Segundo a lenda, ao morrer ela é transformada em uma mula que, ao invés de cabeça tem uma enorme chama de fogo. Ela teria aparecido pela última vez há uns dez anos, em uma noite de Quinta-Feira Santa à meia-noite, correndo pelas ruas do povoado.

O segundo depoimento é mais enfático. A entrevistada afirma que Nossa Senhora teria aparecido para uma pescadora deixando uma mensagem. Relatos de aparições marianas miraculosas são relativamente comuns. No entanto, o episódio ocorrido em Cajaíba chama a atenção por apresentar Nossa Senhora de uma forma quase desfigurada. Vejamos o que diz Josefa Santos (2005):

Eu conheço, ouvi falar de uma mulher que só lavava roupa no dia de sábado. Af dizem que faz mal lavar roupa no sábado em seguida. Af disse que teve um dia, tava uma mulher pescando e apareceu uma mulher, não é? Ela sentou-se numa pedra e começou a conversar com a pescadora. Af quando a mulher se virou para ela (pescadora), ela viu as costas da mulher toda numa chaga viva, na carne viva. Af disse, a pescadora perguntou: virgem o que é isso em suas costas? Era uma velhinha, não é? Af ela disse: aqui minha filha, não é nada não, as mulheres que lavam roupa dia de sábado, elas lavam é nas minhas costas. Af quando disse assim que procurou a mulher não tinha mais nada ali, a mulher sumiu (...), quem me contou foi uma velhinha que era minha vizinha, a finada Diméia. A mulher que viu era co-madre dela.

Na tradição católica, sábado é o dia dedicado a Nossa Senhora. É por esse motivo que as duas supostas manifestações marianas ocorreram no sábado. Contudo, na aparição do último relato podemos constatar algumas peculiaridades. Ao contrário do primeiro caso, a manifestação mariana ocorre de forma aparentemente concreta, observável e não apenas sob a forma de agressão. Nossa Senhora aparece como uma idosa, que se senta sobre uma pedra, dialoga e deixa uma mensagem: as mulheres que lavam roupas no sábado, lavam sobre as suas costas. O mais impressionante é que a testemunha da aparição pôde

observar as chagas sobre as costas da Virgem. Esta descrição não se aproxima de nenhuma iconografia mariana conhecida. Na realidade, assemelha-se mais as imagens do Cristo Sofredor. Mas o que há nestas aparições e mensagens que pode nos fornecer revelações?

Nos dois casos podemos encontrar algumas semelhanças instigantes. Os dois ocorreram no sábado, com a Virgem, mesmo que de formas divergentes, reivindicando o repouso do seu dia. Outro fato que não pode ser ignorado é que em ambas as situações, Nossa Senhora teria se manifestado às margens de um rio, no caso o rio das Pedras. Este é um dado imprescindível por nos possibilitar a elaboração de duas conclusões: a primeira está relacionada com a água como elemento passível de manifestação do sagrado. Assim como as grutas e árvores, a água é um dos elementos privilegiados na experiência com o sagrado. Somente no Brasil, várias das grandes devoções populares dos atuais centros convergentes de romarias se iniciaram com a aparição ou achado das imagens votivas em rios, como é o caso de Nossa Senhora Aparecida (São Paulo), Nossa Senhora de Nazaré (Pará) e Senhor dos Passos (Sergipe). A água é simbolicamente, o elemento da purificação, que se faz presente em variados rituais de passagem, como o batismo.

A segunda conclusão está relacionada com a vinculação estabelecida no catolicismo popular entre Nossa Senhora e a água. Em várias celebrações marianas, sob a forma de diferentes invocações, a imagem da Virgem está associada às águas, seja por meio de procissões fluviais e marítimas<sup>9</sup>, seja pela lavagem das escadarias de suas igrejas. É por isso que em muitos casos a devoção católica a Nossa Senhora está atrelada de forma simbiótica ao culto de divindades femininas africanas relacionadas à água, como ocorre nas festas de oito de dezembro e dois de fevereiro. Este universo simbólico e sincrético também está presente no imaginário cajaíbense.

Além do mais, a devoção a Nossa Senhora em Cajaíba é uma das mais importantes. Prova disso é que a padroeira do povoado é Nossa Senhora

9 Como exemplo pode-se destacar a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em Porto Alegre.

D'Ajuda, realizando sua festa todos os anos no primeiro domingo de fevereiro. É preciso lembrar, porém, que as supostas aparições devem ter ocorrido na primeira metade do século XX, período no qual a devoção a Nossa Senhora D'Ajuda ainda não era muito difundida no povoado. Nesse período, as celebrações religiosas no povoado eram monopolizadas por leigos, que celebravam vias sacras nos cemitérios, terços no cajueiro e acompanhamentos em diferentes localidades.

Mas ainda tem um aspecto que deve ser discutido. É o caso das testemunhas oculares das aparições. Nas duas aparições, as receptoras das mensagens foram mulheres, pobres, que estavam exercendo atividades pouco valorizadas socialmente. Foram humildes lavadeiras e pescadoras que testemunharam a visão da Imaculada, experimentaram o sagrado. Se observarmos todas as lendas narradas pelos entrevistados, chegamos a um resultado surpreendente, no qual a esmagadora maioria das testemunhas das aparições é do sexo feminino. O que isso quer dizer? É provável que seja o reflexo de uma religiosidade domesticada, exercida majoritariamente por beatas. Ao longo do século XX os rituais e práticas religiosas eram quase sempre realizadas por mulheres como rezadeiras, beatas, puxadoras de excelências e parteiras. Esta constatação parece ser plausível também para entendermos a difusão das lendas, a formação do imaginário no povoado Cajaíba. O testemunho das aparições foi e ainda é contado primordialmente por mulheres idosas, muitas das quais rezadeiras. Elas contam as histórias presenciadas no passado por suas vizinhas, comadres ou por elas próprias. Apesar da tradição oral se caracterizar pelo anonimato, em Cajaíba ainda é possível descobrir o nome de algumas das testemunhas dos fatos inusitados ocorridos no povoado ao longo do século XX.

Mesmo havendo algumas visões marianas, a população cajaibense em seu imaginário não se vê livre das tentações demoníacas. Se a Virgem agraciou a população em duas rápidas aparições, o diabo e seus agentes teimam repetidas vezes em manifestar-se. Quase sempre as histórias sobre o satanás estão relacionadas com as invocações involuntárias, com os pecados praticados por palavras e com os desafios da noite. O imaginário cajaibense também é povoado e assombrado

pelo capeta. Mas como podemos compreender a presença dos demônios no imaginário do povoado? É preciso buscar indícios que explicitem a função de tais lendas.

Em muitos casos, o demônio não se manifesta de forma direta, mas por meio de seus agentes como urubus, gatos pretos e as conhecidas presepadas. As variantes das aparições são de acordo com a forma de invocação. Assim, uma menina que andava chamando tudo de cão, um dia acabou se vendo cercada de vários gatos pretos próximo a uma mangueira em seu sítio. Tomada pelo pânico ao ver tantos felinos da mesma cor, a garota recordou imediatamente da palavra proibida que tanto pronunciara: cão. Logo, concluiu que aqueles gatos constituíam um sinal, uma resposta do diabo às suas insistentes e inconscientes invocações. Neste episódio está um aspecto digno de comentário. Assim como nas demais lendas, o expectador da aparição de forma imediata recorda do seu pecado cometido, apontando-o como causa do castigo. Na ação mnemônica, o receptor da mensagem associa a visão sobrenatural a seus erros cometidos no passado, em uma espécie de relação causa/efeito. É como se o sentimento de culpa estivesse inconscientemente atormentando o autor das infrações morais, fazendo-o com que busque algo que o puna, ao menos no aspecto moral.

Outro aspecto revelador é quanto à cor dos gatos, que nesta situação pareciam estar a serviço do capeta. Segundo Josefa Santos (2006), todos os gatos eram pretos. Simbolicamente, o preto é uma cor que pode ter variadas interpretações, levando-se em consideração que ao longo dos séculos e em diferentes sociedades tal cor teve diferentes conotações. Quase sempre essa cor representa o mal, a tristeza, as sombras. Porém, no caso brasileiro, apontar o preto como a cor do demônio pode ser visto também como um resquício e exploração escravista vigentes no país até o final do período monárquico. Apesar do final do regime escravocrata oficial, os estigmas dos longos anos em que se perdurou chegaram até nossos dias, seja por meio da diferenciação social, seja via cultural. Apesar de a tradição oral ser um indício tentador para refletirmos sobre o episódio do imaginário cajaibense, neste estudo não iremos longe. Utilizaremos um elemento da cul-

tura popular nordestina pouco convencional para evidenciar que no imaginário popular, o inferno está povoado por demônios majoritariamente negros. Vejamos o que consta na literatura de cordel *A chegada de Lampião no Inferno* de José Pacheco:

*Leve três dúzias de negros  
Entre homem e mulher  
Vá na loja de ferragem  
Tire as armas que quiser  
É bom escrever também  
Pra virem os negros que têm  
Mais compadre Lúcifer  
E reuniu-se a negrada  
Primeiro chegou Fuxico  
Com um bacamarte velho  
Gritando por Cão de Bico  
Que trouxesse pau da prensa  
E fosse chamar Tangença  
Na casa de Maçarico*

Muitas vezes as respostas dos paradigmas sobre o popular estão junto ao povo. Devemos lembrar que os agentes demoníacos, no imaginário coletivo de Cajaíba, foram freqüentadores assíduos do povoado. Que o diga Estela, jovem que viveu em Cajaíba na segunda metade do século XX e vivia chamando tudo e todos de urubu. As entidades não tardaram em atender aos inocentes clamores da adolescente, como explica Josefa Santos (2005):

A minha mãe também contava que tinha uma menina que não tinha mãe e quase minha mãe criou ela. Ela morava assim, com a vizinha e vinha sempre pra casa de mamãe. Aí essa menina chamava muito urubu, aí diziam: não chame esse nome, porque atrasa, não chame! E ela sempre chamava urubu. Quando é um dia, ela vinha meio dia, para a casa de mamãe, na estrada, descobriu tanto urubu em cima dela, que ela se viu foi ruim. Ela teve tanto medo que mais nunca ela chamou urubu.

Este relato traz algo novo. Ao contrário das demais lendas, a estória narrada é marcada pela

precisão. Sabe-se o nome da receptora, quando ocorreu e até o horário da manifestação diabólica. A garota se viu cercada por urubus ao meio dia, horário em que, segundo a tradição religiosa popular, o diabo está a solta. Também é evidenciado que a aparição cumpriu a sua função, ao passo que Estela não teria mais pronunciado a palavra proibida. O presságio de Estela, apesar de apresentar um ar de dramaticidade, não foi mais angustiante e assombroso do que ocorreriam anos depois com outra jovem, chamada Marlene, como narra mais uma vez Josefa Santos (2005):

E outra menina ela só chamava pelo cão por vida. Depois que casei ouvi falar. Quando foi um dia, meio dia em ponto, embaixo de uma mangueira; a casa dela era assim entre uma mangueira e um poço. Embaixo de mangueira, chegou um... disse, ela viu... chegou um bicho brabo, no tronco enorme, tocou as unhas, olhe, no tronco assim da mangueira que arrastou a casca até embaixo. Ficou lá pra quem quiser ver. Porque ela só chamava pelo cão, ele chegou, meio dia em ponto ele apareceu. Ela mais nunca chamou. O nome dela era Marlene, mas o povo chamava de Du.

Desta vez, o demônio não teria mandado recado. Ao meio dia, se fez presente à menina que o invocava. Devemos analisar esta suposta aparição com uma atenção especial, pois se no caso de Estela poderia haver dúvidas quanto à veracidade da visão, neste último caso parece que o satanás estava disposto a deixar provas, rastros de sua passagem por Cajaíba. As lendas do povoado também são caracterizadas por certa busca pela comprovação. Em casos como a da aparição do demônio essa preocupação fica evidente, através de sinais e indícios como as lascas da árvore que ficaram lá "para quem quisesse ver". Podemos interpretar tais evidências enquanto mecanismo de legitimação, de comprovação do imaginário, ou seja, significa a materialização do universo lendário. Outro indicio revelador é quanto à localização da violenta manifestação do demônio. Ele apareceu embaixo de uma árvore, próximo a um poço. Já vimos vários exemplos de len-

das que teriam ocorrido em situações semelhantes. Parece que os elementos da natureza constituem lugares privilegiados para manifestações imaginativas, condizente com o pensamento de que tais lugares estão propensos à sacralização (ELIADE, 1956).

Interessante é observarmos a faceta feminina do diabo que também se faz presente no imaginário cajuibense. No universo imaginativo local, já apareceu nas redondezas do povoado uma mulher personificando o mal. É a chamada Saia Velha. Ela teria aparecido para um grupo de senhoras que estavam pescando à noite em um riacho na serra da Ribeira. A Saia Velha teria se manifestado com gritos e "presepadás" entre as árvores, deixando as pescadoras estarrecidas, em pranto, clamando a Deus para que afugentasse àquela figura aterrorizante. Segundo a rezadeira Marietinha (2003) foi preciso um grande esforço em orações para fazer a Saia Velha desaparecer.

Também há casos em que o demônio não vinha do além, mas das proximidades. É a demonização do outro. No imaginário cajuibense podemos detectar o processo de estranhamento do outro, do diferente. Este processo, aliado ao mistério e a fantasia, pode resultar em lendas surpreendentes. Uma lenda desafiadora é a que envolve a figura do Maçom. Em Cajuíba dizem que em certas ocasiões os maçons saem pelas estradas, totalmente revestidos de bronze. É notável que na crença popular, apesar do aspecto visual pouco tranqüilizador, nessas andanças noturnas os maçons não têm a pretensão de fazer mal a ninguém. Contudo, eles podem ter uma reação agressiva caso alguém tente abordá-los para um diálogo (SANTOS, 2005). Esta observação é interessante e um tanto reveladora por demonstrar a tentativa em distanciar-se do estranho. O conselho de manter-se indiferente diante do maçom pode significar algo que extrapola os limites da lenda, é provável que esteja representando o distanciamento vigente na sociedade local, levando-se em consideração que os seguidores da maçonaria não são bem vistos pela comunidade católica do povoado. Mais uma vez percebemos que a estrutura do imaginário está estritamente atrelada ao universo social. Os diferentes campos do conhecimento se cruzam, são interdependentes. Não temos como estudar as representações simbólicas

do imaginário sem correlacionar com os anseios da sociedade ao qual estão inseridas.

## ENTRE O CÉU E A TERRA

O imaginário cajuibense não se restringe a manifestações de seres sobrenaturais. Ele também permeia a relação entre a população e o povoado, elegendo determinadas localidades como espaços sagrados ou condenados, ou seja, qualitativamente diferentes. A metamorfose imaginativa do espaço cajuibense ocorre de formas distintas, constando desde a ereção de um simples cruzeiro em beira de estradas, até o miraculoso transporte simbólico de santuários do Velho Mundo para o Reino dos Céus. Assim, podemos perceber um trato diferenciado da população diante de certas localidades como encruzilhadas, cajueiros, cancelas, cemitérios e telhados. Conforme Eliade, para "o homo *religiosus* o espaço não é homogêneo" (p. 24).

Algumas localidades do povoado foram eleitas como espaços privilegiados, sacros. É como se eles fossem uma dádiva divina, representando um ponto de referência sagrada em meio ao turbilhão profano. A sacralização espacial de tais localidades pode ser observada empiricamente através do depósito de ex-votos e com maior amplitude por meio do imaginário. Um desses lugares privilegiados em Cajuíba é um simples cajueiro na estrada da pedreira. Parte considerável das aparições estudadas nos tópicos anteriores teria ocorrido neste local. Mas afinal, o que há neste cajueiro que o diferencia dos demais? É preciso retroceder cronologicamente para entender.

A origem do cajueiro da estrada da pedreira remonta ao início do século XX. Ele nasceu com uma peculiaridade que o diferenciou dos demais, devido à localização estratégica (na estrada que liga os povoados Cajuíba e Garangau) e principalmente pelo seu formato: o cajueirinho possuía dois galhos abertos formando uma cruz. Para os cajuibenses a pequena árvore passou a servir não como fruteira, mas como um cruzeiro natural, digno da recepção de ex-votos, no caso, inúmeras fitas amarradas em seus galhos. O depósito de ex-votos significa dizer que a árvore tornou-se alvo de pedidos por graças. Além disso, o cru-

zeiro natural, visto como benção divina agraciando os moradores passou a ser foco da realização de celebrações religiosas como terços e oficios, tornando-se ponto de parada obrigatória dos penitentes.

Um fato que pode ter contribuído para a legitimação do cajueiro como foco da religiosidade em Cajaíba é a ausência de capelas no povoado nas primeiras décadas do século XX. Desde o século XIX havia um cemitério conhecido por Campo Santo Cruz das Várzeas (Várzeas) no local onde hoje está situada a Praça José Roberto dos Santos com a capela Nossa Senhora D'Ajuda. Até o ano de 1911 o cemitério constituía também como importante centro de manifestações religiosas com a celebração de vias-sacras. Neste ano ocorreu algo que abalaria toda a população local: a epidemia de febre amarela. Conforme Macedo (1998), a conhecida praga da peste se alastrou por todo o povoado, ceifando a vida de quase um terço da população. Foram tantas mortes que os corpos estavam sendo sepultados em valas comuns. Esta pode ser a causa principal que levou a destituição do cemitério no ano seguinte, realizada pelos moradores Vitor dos Santos Menezes e José Roberto dos Santos (MACEDO, 1998). Era o nascimento do povoado com as feições atuais.

É provável que esta interação entre população e o cajueiro da Santa Cruz esteja relacionada com o imaginário vasto em aparições. Em uma comunidade assolada pelas epidemias, o cajueiro no qual se concentravam as principais celebrações religiosas acabou tornando-se palco de uma fértil manifestação do imaginário. O cotidiano do povoado desde o início do século XX era cercado pelo medo, pela ameaça da morte, no qual o mais prudente seria manter a cautela. Somando-se a esta situação, atrela-se a herança imaginativa do universo religioso. Foi assim que, ao longo dos anos, o cajueirinho tornou-se local privilegiado no depósito de ex-votos. Tais ex-votos testemunham a relação de afetividade, as diferentes experiências religiosas mantidas entre a população e a árvore, além de ser o símbolo da gratidão dos devotos por terem suas súplicas atendidas. Outro sinal da notoriedade do imaginário do povoado é a história narrada por Maria dos Santos, sobre José Roque, filho de João Roque. "*José mais*

*dois fregueses passava pela estrada e disse que iria atirar no cajueiro. Seus companheiros disseram para não fazer isso, porque ali era uma santa cruz. José não se importou e atirou e o tiro acertou no seu olho e ficou cego"* (2006).

Na manifestação do imaginário o cajueiro não aparece sozinho, mas como um dos pontos do trajeto que o liga à serra do Cruzeiro. No cume da serra está localizado outro elemento com forte carga simbólica: o cemitério. Ele é um dos mais antigos da região e por se localizar em local remoto, de difícil acesso, se tornou no imaginário local um foco de aparições. Luzes, pássaros, luzernas perambulando pelos altos e baixos passaram a fazer parte da paisagem imaginativa. Podemos atrelar ao cenário macabro a antiga arquitetura tumular, que no mínimo desperta curiosidade e espanto. Mesmo pertencendo ao povoado Ribeira, após a destituição do Campo Santo Cruz das Várzeas em 1912, ele passou a atender às necessidades dos dois povoados.

Os cemitérios enquanto espaços sagrados e lugares de memória têm muito a revelar. A começar pela própria denominação que, no caso de Cajaíba, atribui dois termos significativos: Campo Santo e Cruz. O primeiro termo é o testemunho da sacralização espacial, ou seja, representa uma passagem, um elo entre o cotidiano caótico e a ordem cósmica (sagrada). Já o segundo remete ao cruzeiro que havia no centro do cemitério, tornando-se uma atribuição visual da sacralização. A cruz também está presente na designação de outros cemitérios. Ao longo do século XX houve a proliferação de pequenos cemitérios, localizados nas encruzilhadas e destinados ao sepultamento de crianças. Esses cemitérios improvisados são conhecidos como Cruz dos Anjos e podem nos revelar importantes aspectos da história social cajafbense, como a mortalidade infantil e a religiosidade. Neste caso específico, nos atemos apenas ao imaginário e às manifestações cotidianas. No povoado, a finalidade da Cruz dos Anjos é sepultar de forma digna as crianças, os inocentes conhecidos como anjos. Enterrar crianças em locais separados dos adultos pode ser interpretado como um meio de classificar, de hierarquizar, distinguir anjos e pecadores.

Até o início da década de 1980, a mortalidade infantil era elevada no povoado, sendo corriqueira

a ocorrência de sepultamentos de crianças. Em relação à morte de anjos, o imaginário cajaibense é farto em lendas e rituais. A maior parte gira em torno da morte de crianças pagãs, ou seja, não batizadas. Nos casos em que tais crianças estavam agonizando eram convocados às pressas os padrinhos e um leigo para realizar o batismo. No entanto, havia casos em que não era possível a realização do batismo da enferma. Neste caso, a cerimônia do primeiro sacramento poderia ser realizada durante o velório ou na sepultura do anjo, em cerimônia denominada de "batismo na cova".

Os batizados nas covas eram realizados sempre na Sexta-Feira da Paixão, com a presença dos pais e padrinhos do falecido e de um leigo, que conduzia a cerimônia. É importante nos atermos ao detalhe de que quando a criança morria antes de ser batizada deveria chamar-se Manoel (nome que remete a Jesus) ou Maria (mãe de Jesus). O batismo era realizado ao lado da cova do anjo, com todos pronunciando as seguintes palavras: "Manoel (ou Maria se fosse menina), eu lhe batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém". Em seguida era rezado o credo e o leigo benzia a cova cruzando-a com água. A existência desse ritual simples é reveladora por demonstrar a existência de um seletivo grupo de personagens do povoado: os leigos. Juntamente com as parteiras e os rezadores, os leigos eram pessoas importantes no povoado, tornando-se detentores de certo nível de capital simbólico (BOURDIEU, 1998). Um dos motivos que contribuíram para o fortalecimento desses grupos foi o rígido isolamento do povoado que perdurou até meados da década de 1980, como também certa negligência do clero e da saúde pública no atendimento da população nesse período.

Mas o inusitado também está presente no imaginário da morte infantil, pois no povoado há relatos de pessoas que sete anos após a morte de criança pagã, ouviram o choro no túmulo desta. Esse fato demonstra que na maioria das vezes a percepção do sobrenatural não ocorria de forma exclusiva através do visual, mas por meio de diferentes sentidos.

Assim como a morte, outros dois momentos da infância em Cajaíba se destacam por apresentar aspectos de ritual de passagem. Esses rituais envolvem o cordão umbilical e a primeira dentição, conhecidos por dentes-de-leite. No povoado

do "quando o umbigo da criança cai, a mãe deve enterrá-lo próximo a algum mourão para que a criança seja fazendeira e rica" (SANTOS, 2006). Essa recomendação nos fornece indícios que vão além do desejo de ascensão social. O ato de enterrar cordões umbilicais de recém-nascidos pode ser visto como o primeiro rito de passagem, como a demarcação do início da vida. O aspecto da descrição fortalece tal hipótese é a presença do mourão, que está associado às cancelas, ou seja, constitui um símbolo de passagem, de entrada. Assim, enterrar o cordão umbilical no mourão representa simbolicamente a entrada de um novo membro no convívio social. Desse modo, pode-se dizer que o mourão pode ser visto em Cajaíba como um espaço provido de certa sacralidade.

O mesmo ocorre com o telhado. Este aparece nas práticas cotidianas como detentor de poder sacro no momento da substituição da primeira dentição. Ao se extrair um dente-de-leite a criança deve jogá-lo pronunciando por três vezes o seguinte acordo: "mourão, mourão, fique com seu dente podre e me dê meu são" (SANTOS, 2006). Percebemos que o acordo realizado deve ser repetido por três vezes. Essa informação é bastante significativa, levando-se em conta que este número representa as pessoas da Santíssima Trindade. Além disso, mais uma vez aparece a figura do mourão. Mas o que ele estaria representando neste ritual? Atendo-nos ao acordo firmado podemos deduzir que se trata de um ritual de renovação, haja vista que visa substituir a dentição estragada por uma sã. No entanto, uma questão paira sobre o assunto. Se o acordo é firmado com o mourão por que o dente é jogado sobre o telhado? Qual a relação existente entre esses elementos simbólicos? É provável que a ligação desses elementos esteja relacionada com o desejo de obter uma dentição forte e resistente. Além disso, o telhado também pode ser visto como uma espécie de fronteira entre os mundos sagrado e profano, ou seja, seria um elo de passagem entre duas realidades distintas, algo mais próximo do universo sacro. Com isso, a invocação do mourão pode estar associada à idéia de resistência, enquanto o telhado representa a abertura para o universo sagrado. Partindo desta reflexão, podemos dizer que o mourão e o telhado em certas ocasiões podem constituir espaços sacralizados.

Em alguns casos pode ocorrer o inverso. O espaço pode ser condenado, devido à ocorrência de alguma tragédia. Em Cajaíba este estigma espacial foi perpetuado por meio da nomenclatura de algumas localidades como o Inferninho<sup>10</sup>. Mas a sacralização espacial extrapola os limites cajaíbenses. O deslocamento espacial, comum no imaginário medieval, também está presente no universo imaginativo do povoado. Dois dos principais centros de peregrinação do mundo medieval foram transferidos simbolicamente de suas localizações originais. No imaginário cajaíbense o santuário de Santiago de Compostela e o rio Jordão foram levados miraculosamente para o céu. No caso do rio Jordão alguns entrevistados confessaram já ter ouvido o barulho no céu proveniente das cheias do rio. Outros, no entanto, afirmam já ter andado em sonhos pelo famoso Caminho de Santiago. A força do imaginário local está visível nestes relatos, no qual os sentidos funcionam como ligação entre sonhos e realidade. O deslocamento imaginativo desses dois centros de peregrinação demonstra que a herança imaginária do povoado parece ser mais remota do que pensávamos. A circularidade cultural também está presente no imaginário local.

No entanto, a sacralização em Cajaíba não se limita ao espaço, mas abrange também o tempo. Assim como o espaço, o tempo não é homogêneo, por apresentar rupturas, ou seja, períodos qualitativamente diferenciados. Um dos períodos privilegiados pela sacralidade é o da Quaresma, marcada pela penitência e contrição. O caráter penitencial da Quaresma em Cajaíba também está associado ao pecado e a conseqüente punição, como pode ser observada em uma das lendas sobre os penitentes narradas por Josefa Santos (2006):

Teve uma vez que os penitentes passaram pela estrada. Ninguém podia ficar olhando porque as almas ficam acom-

panhando os Irmãos das Almas. Mas teve uma mulher que abriu a janela e ficou olhando os penitentes rezarem pelas estradas. Depois que eles passaram teve um que voltou e entregou uma vela acesa e saiu. Quando a mulher olhou, no lugar da vela tinha uma canela de defunto.

O relato acima é revelador. O tempo quaresmal é visto como um período em que a interação entre os mundos dos vivos e dos mortos é aguçada. Inúmeras lendas e rituais de Cajaíba estão vinculadas com o período da Quaresma, sendo caracterizadas pelo medo, misticismo e resignação. Os quarenta dias anteriores à Páscoa eram marcados no povoado pelas orações, luto, jejuns e abnegação das coisas tidas como mundanas<sup>11</sup>. Outro dia privilegiado no calendário local é "Dias e Águas", comemorado na primeira segunda-feira de agosto. Neste dia, é vetada a possibilidade de iniciar algum trabalho, sendo permitido apenas concluir os serviços iniciados nos dias anteriores. Infelizmente não encontramos nada correspondente no calendário que explicasse esta crença. No entanto, é muito provável que esteja ligada às crenças populares que buscam prever os períodos chuvosos. Mesmo assim, conhecer a existência destas datas específicas é fundamental para constatarmos a sacralização temporal. Em Cajaíba há períodos em que o sagrado está em maior evidência.

Dentro do imaginário cajaíbense, alguns animais são vistos como abençoados, enquanto outros carregam o peso da maldição. Um caso interessante é o da lenda sobre a alma do cavalo. Segundo Manoel Santos, o local onde o cavalo morre fica amaldiçoado, tendo em vista que sete anos após a morte do animal aparece uma pequena sombra (a alma do animal) que vai crescendo lentamente diante do expectador e se este não fugir a sombra pode debruçar sobre ele. Através deste

10 Localidade onde ocorreram inúmeros homicídios durante as décadas de 1970 e 1980, período em que passou a ser chamada por esta denominação. Ele fica nas imediações da Várzea da Canela, que durante os anos oitenta recebeu retirantes do sertão sergipano, formando núcleos habitacionais com denominações pejorativas.

11 Era algo comum, as pessoas passarem a Quaresma sem cortar os cabelos, pintar as unhas e ouvir músicas ou cantar. Entre as doze horas da Quinta-feira Santa e o Sábado de Aleluia o sacrifício era intensificado com a proibição de banhos, viagens e qualquer atividade doméstica.

relato podemos detectar aspectos significativos sobre o cotidiano cajuabense. Um destes é a interatividade entre os moradores e os animais, em uma relação de afetividade<sup>12</sup>, chegando a dotar os animais de almas. Além disso, também aparece o representativo número sete, que no imaginário religioso possui grande conotação simbólica. Neste sentido, podemos dizer que o povoado Cajuaba constitui um importante reduto imaginativo, no qual tanto o espaço quanto o tempo são investidos de forte carga simbólica, tornando-os qualitativamente diferenciados, ora sacralizando-os, ora condenando-os.

### CONCLUSÕES: INDÍCIOS DE UMA REALIDADE

Neste estudo abordamos sobre uma realidade não convencional e um tanto renegada pela historiografia tradicional. Buscamos correlacionar os principais aspectos do imaginário cajuabense tendo como fio condutor as lendas e credices existentes no povoado. Na maioria dos casos, o sentido fabuloso da realidade local não se apresentava de forma palatável, constituindo uma espécie de universo subterrâneo, encoberto pelas novas conjunturas culturais vigentes em Cajuaba. O nosso propósito foi compreender as representações desse imaginário, ao passo que tentamos reconstituir as lendas e credices em panorama geral, correlacionando com os demais aspectos da sociedade local.

A nossa proposta foi viabilizada por meio da análise dos relatos de três moradores do povoado que alegaram já ter presenciado algum fenômeno miraculoso. Tais depoimentos possibilitaram comprovar a hipótese de que o imaginário cajuabense não se restringia aos episódios mais recentes, pelo contrário, descobrimos uma complexa tessitura imaginativa proveniente dos séculos XIX e início do XX. O imaginário desta pequena comunidade rural de Itabaiana não foi constituído ao acaso, mas a partir da interatividade com diferentes aspectos sociais. Conhecer a rea-

lidade imaginativa de um povo implica adentrar em um mundo de fantasias, desregramentos, punições e tormentos, intrinsecamente ligados com a realidade vivida. No plano social, sonho e realidade caminham juntos. Não é possível, em muitos casos, discernir onde termina um e começa o outro. Para compreender o homem enquanto ser social é preciso redescobrir aspectos muitas vezes ignorados, renegados a segundo plano, negligenciados pela ciência. É preciso buscar os indícios de uma cultura silenciada, ou seja, inquirir sobre manifestações pouco observáveis, mas que podem transmitir informações surpreendentes.

Neste estudo evitamos enquadrar o imaginário abordado aos referenciais teórico-metodológicos da literatura sobre a temática. Esta opção foi um meio de impedir a distorção do objeto na tentativa de enquadrá-lo ao referencial teórico. Ao invés disto tentamos explicar o fenômeno estudado pelo próprio contexto ao qual estava inserido, levando-se em consideração que na abordagem histórica nenhum campo da sociedade transcorre de forma isolada e autônoma. Outro fator que determinou esta escolha foi a escassez de obras de história sobre o imaginário. Mesmo com o rompimento das fronteiras intelectuais promovido pela História Nova, a literatura sobre a temática ainda é deficitária. As obras existentes se concentram de modo geral sobre o imaginário europeu com os estudos de Georges Duby ou do Brasil Colônia com Mary Del Priore. Em se tratando de Sergipe, no entanto, o silêncio é sepulcral.

O presente estudo nos revelou que o imaginário constitui uma realidade sonhada e vivida, ou seja, expressa indícios do cotidiano da comunidade. Através da desconstrução do universo simbólico que rodeia o imaginário, tornou-se possível estabelecer paralelos que abriram brechas sobre inúmeras manifestações presentes no cotidiano cajuabense. No entanto, é preciso constatar que o imaginário do povoado Cajuaba não foi percebido de forma homogênea e seqüencial, pelo contrário, encontramos apenas fragmentos de uma cultura que vigorou de forma predominante até meados da década de 1980. A partir

<sup>12</sup> Podemos constatar o lado afetivo entre a população e seus animais por meio da prática, comum no povoado, de personalizar os animais com nomes específicos, geralmente no diminutivo (que pode ser visto como expressão de carinho).

desta década, muita coisa mudou. O fluxo migratório foi invertido, fazendo com que a população praticamente dobrasse; obras públicas foram realizadas e a circularidade cultural intensificou-se.

Do velho imaginário, repleto de superstições, crendices e pudor, restaram apenas lembranças esparsas com certo ar nostálgico dos moradores

mais antigos. Contudo, apesar de encontrar em situação abafada pelo novo contexto social, esse imaginário coletivo permanece vivo e desafiador. Prova disso são as aparições ocorridas nos últimos anos no povoado, que apesar de aparentarem está dispersas, carregam sinais de uma herança longínqua. São pequenas migalhas de um vasto universo do cotidiano cajuibense.

#### ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

SANTOS, Josefa de. 2005. Entrevista concedida no dia 09 de outubro. Itabaiana.

\_\_\_\_\_. 2006. Depoimento concedido no dia 20 de fevereiro. Itabaiana.

SANTOS, Maria dos. 2005. Entrevista concedida no dia 09 de outubro. Itabaiana.

SANTOS, Marietinha. 2002. Entrevista concedida no dia 05 de abril. Itabaiana.

SANTOS, Manoel Francisco de Jesus. 2006. Depoimento concedido no dia 20 de fevereiro. Itabaiana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2ª ed. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1994.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Lisboa: LBL Enciclopédia, 1954.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Santa Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amorosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira. Campinas: UNICAMP, 1996

MACEDO, Hermenegildo Freire de. *Povoado Cajaíba: história e geografia*. Itabaiana, 1999. (não publicado).

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PACHECO, José. *A chegada de Lampião no Inferno*. (não publicado).

## O CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFS E O MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE: DESAFIOS PROMISSORES PARA A CULTURA SERGIPANA.

José Mário dos Santos Resende<sup>1</sup>  
Joselita Maria dos Santos Guimarães<sup>2</sup>

"A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as atividades específicas do museu, tais como a coleção, conservação e exibição do patrimônio cultural e natural. Isto significa que os museus não são só fontes de informação a instrumentos de educação, senão espaço e meio de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e os produtos culturais". (Declaração de Caracas - 1992)

### MUSEU: PERFIL HISTÓRICO.

Como parte do processo de expansão da Universidade Federal de Sergipe, o CONEP, após proposta da PROGRAD, criou o curso de graduação em Museologia, que será ofertado em Laranjeiras. O curso funcionará no horário diurno, terá carga horária de 2985 horas, em quatro anos e ofertará 50 vagas ano. Segundo o projeto elaborado pela Pró-Reitoria de graduação da UFS, o novo curso visa a formar os profissionais com domínio dos conteúdos de Museologia, com preparação necessária para enfrentar, com proficiência e criatividade, as demandas dos museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, seja de ordem pública ou privada.

As demandas emanadas pela indústria do turismo interno e externo e as solicitações oriundas do processo de identidade cultural, particu-

larmente fortalecida com o advento da globalização, reclamam um profissional que dê resposta aos constructos demonstrativos da memória coletiva. O museu se configura então como o *locus* privilegiado da demonstração da memória coletiva, do *ethos* cultural e histórico de um determinado povo. Assim, o curso privilegiará disciplinas específicas ligadas à história do Brasil e de Sergipe, à cultura e à etnografia brasileira e sergipana, à gestão e à preservação do patrimônio cultural.

A instituição museu é um dos componentes do complexo universo da produção cultural humana. Já a museologia e sua prática estão intrinsecamente ligadas à produção artística. Assim, a compreensão do museu, das diversas formas que pode assumir e de seus vários papéis e funções, passa pelo entendimento da arte enquanto fenômeno social. Destarte, um esboço histórico do museu torna-se imprescindível para compreendermos suas transmutações.

Usualmente, a palavra museu é associada a um repositório de "coisas mortas", ultrapassadas ou sem valor prático. Entretanto, o tipo de instituição que leva esse nome tem passado por profundas transformações, significando, hoje, o cenário onde se efetiva a preservação, pesquisa e educação da memória e dos objetos significantes do *ethos* cultural humano. A origem da instituição remonta à Grécia Antiga, onde a denominação museu significava originalmente a casa das musas - *mouseion*. Uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltada, sobretudo, para o saber filosófico.

1 Mestre em Geografia pela UFS e Chefe de Gabinete da Reitoria da UFS.

2 Bacharel em História pela UFS. Professora da Rede Estadual de Sergipe e da Rede Municipal de Laranjeiras em Sergipe.

"O mouseion era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, libertado dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e ciências". (SUANO, 1986:10)

Na antiguidade, o museu de Alexandria representou o primeiro momento, sendo um grande núcleo de pesquisa e ensino, e, por isso, considerado o preceptor do que viria a ser a Universidade. Ao longo da Idade Média Ocidental, uma instituição pode ser mais ou menos identificada como raiz dos grandiosos museus da atualidade: os Gabinetes de Raridades e Tesouros, ambas propriedades das casas reinantes ou das próprias abadias e ordens religiosas.

Em sua origem, o museu brasileiro copiaria os padrões europeus. Em 1818, nascia o Museu Real, depois Imperial e, hoje, Nacional no Rio de Janeiro. Apresentando características renascentistas e influenciado pelo cientificismo inglês, o Museu Real foi o agente patrocinador das primeiras pesquisas a respeito da realidade física do Brasil. Ao longo do Império, surgiram o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e a Associação Filomática. Já nos primeiros anos da República, nasceriam o Museu da Marinha e o Museu Paulista. Em Sergipe, encontramos a preocupação museológica determinada com a criação do Museu Histórico de Sergipe, em 1960. Em seguida, temos o Museu de Arte e História "Rosa Faria", em 1968, o museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em 1969, a Casa de Cultura João Ribeiro, em 1973, o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, em 1974, o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, em 1976. O Museu de Arte Sacra de Laranjeiras, em 1978, o Museu do Ex-voto, em 1990, o Museu do Artesanato Sergipano e o da Imagem do Som, ambos em 1993. Além desses, contamos com o Museu Galdino Bicho, pertencente ao IHGS, o Museu do Homem Sergipano e o Museu Arqueológico de Xingó (2000) pertencentes à UFS, além de projetos de implantação do Centros Culturais, em diversas cidades de Sergipe.



Foto 1 – Museu Afro-brasileiro de Sergipe, 2006.

A exemplo do Museu de Xingó, os museus de Sergipe têm como preocupação básica preservar os bens culturais e expô-los à visitação pública. Em geral, estes museus apresentam falhas quanto ao processo de comunicação entre exposição versus visitante. Ao acervo é dispensada toda a atenção, como se o objeto falasse por si só. Tais preocupações tornam-se insuficientes, tendo em vista os objetivos e funções que cabem às instituições desempenharem. Com o surgimento dos diversos meios de comunicação que refletem as novas conquistas técnicas do homem e aceleram a transmissão do conhecimento, questiona-se o papel do museu em uma sociedade que não reserva lugar para entidades estáticas.

A museologia surge como resposta às exigências sociais, iniciando um longo processo de discussões sobre a razão de existências de museus. Os museus eram propositadamente dirigidos para encorajar sentimentos patrióticos. Dessa forma,

"O Museu de Antiguidades da Pátria foi fundado especialmente para que, através da educação e do afeto, os cidadãos possam desenvolver um interesse entusiástico pelo passado alemão e a vontade de trabalhar para o crescimento e fortalecimento do Estado". (SUANO, 1986:44)

De origem exclusivamente burguesa, os museus norte-americanos sempre foram expressão da iniciativa privada, interessada numa produção cultural e científica. Na América, a instituição museu passou a ser freqüentada pelas mais diversas camadas sociais, desempenhando também o papel de centro de produção de técnicas e materiais científicos e estéticos. A sociedade americana estabeleceu uma relação dinâmica entre arte, indústria cultural, universidade e museu. No velho continente, as atividades básicas do museu continuavam sendo a coleta e a exposição de "coisas mortas".

A evolução histórica dos museus ocorreu simultaneamente ao início do processo de industrialização, responsável por profundas mudanças na sociedade. Pouco a pouco, proliferaram os museus como uma resposta ao crescente interesse pelas artes visuais e a herança cultural, sendo a maioria criada a partir dos anos 30 e 40 do século XX, sempre com iniciativas oficiais.

### 1.1 – Algumas considerações sobre Museologia

A museologia tem seu nascimento agregado à renovação dos museus no mundo. Embora seja uma atividade científica nova, já apresenta objeto específico e constitui-se em "uma ciência aplicada que estuda a história dos museus, seu papel na sociedade, seus sistemas específicos de pesquisa, de conservação, de educação e organização" (BRUNO, 1987:6), sendo o espaço institucionalizado do museu, traz uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre a qual tem poder de agir.



Para que ocorra a relação entre homem e objeto em um museu, é preciso considerar todos os aspectos que envolvem essa relação e esse cenário. Dessa forma,

"O homem que conhece (nessa relação), aquele para o qual o objeto está exposto, deve ser considerado em si mesmo, do ponto de vista filosófico e cultural. É fundamental avaliar em que contexto histórico este homem está inserido, pois, como agente da relação, ele exerce papel fundamental na elaboração de qualquer ação museológica".(BRUNO, 1987:7)

O museu, como local dessa relação, por sua vez, deve mostrar a evidência do objeto e estar aberto a toda a sociedade. É a ciência museológica que define os princípios substanciais em cada museu, individualmente, e também no conjunto deles, levando-os a ocupar um lugar distinto na sociedade. Segundo Bruno (1987:7-8), é preciso que cada instituição se proponha a desempenhar três funções primordiais: a) conservação científica do que tem sido preservado pela sociedade; b) a apresentação racional e sistemática dos objetivos, para propiciar ao público a compreensão correta do pensamento e produção material dos homens, ao longo dos tempos; c) a avaliação sistemática que deverá levar à reflexão sobre as operações anteriores.

Ainda segundo Bruno, ao se considerar essa relação, deve-se levar em conta que a museologia desenvolve permanente interdisciplinaridade, embora seja independente. Dessa forma, a museologia distingue-se das demais por selecionar os objetos em função de seu valor documentário geral, possibilitando a transformação do objeto em idéia. Por isso, asseveramos que,

"a museologia é responsável pelo estudo das relações "Homem versus Homem" e "Homem versus Meio", no cenário museal, uma vez que o objeto é produto da ação humana e, portanto, reflete seu pensamento que, por sua vez, está ligado a um momento histórico" (BRUNO, 1987:8)

Mesmo que o fator museal ocorra num universo restrito, não impede que ele apresente a realidade de forma abrangente e dinâmica, pois estas são as exigências impostas pela sociedade atual, sem, no entanto, desligar seu passado do seu presente. Dessa forma, a museologia, atuando através dos museus, tem desempenhado papel significativo. Ainda para entendermos a questão museológica, devemos analisar os conceitos que definem museologia e museografia. Sendo assim, a ciência museológica fica responsável pela concepção teórica e pelo caminho a ser percorrido pelo museu, ao passo que a museografia encarga-se da aplicação dos princípios da museologia – o fazer museu.



Bruno (1987:29)

A museografia apresenta alguns aspectos que determinam a sua prática:

- 1) arquitetura de museus: responsável pela concepção espacial – distribuição dos objetos;
- 2) preservação do patrimônio: responsável pela climatização (controle da temperatura ambiente, umidade), iluminação, restauração;
- 3) conservação das coleções / segurança;
- 4) documentação: catalogação do acervo, documentação das atividades;
- 5) elaboração dos projetos do museu;
- 6) exposição: concepção, elaboração, montagem;
- 7) análise e avaliação do processo;
- 8) elaboração de planos paralelos à exposição.

A estes aspectos, acrescentamos as funções do museu, em seu contexto existencial e ativo dentro da sociedade, que são, segundo BRUNO (1987:20), 1) função educativa; em que ocorre o aperfeiçoamento da capacidade intelectual, cultural, artística, ideológica de levar o público à reflexão de sua realidade; 2) função científica; vinculada ao trabalho da coleta sistemática, catalogação e análise; 3) função social; que seria a mais importante, pois nela há o encontro das duas anteriores e também o resultado de ambas.

A partir da ampliação do conceito de Patrimônio, que inclui, além de bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, o meio ambiente, a língua de um povo, suas tradições, costumes, conhecimentos técnicos e experiências práticas, o museu tem como principais responsabilidades: preservação – pesquisa – educação. Um trinômio básico que identifica sua prática cultural e específica.

O museu tem suas atividades estruturadas na inter-relação dos núcleos do acervo (preservação e pesquisa), de comunicação social (promoção e educação) e de administração, que permite a atuação interdisciplinar dos funcionários. A partir do que foi exposto, percebe-se a estruturação da museologia como área de conhecimento e campo de pesquisa capaz de sustentar a atuação do museu e garantir a continuidade de seu trabalho. Nesse sentido, a exposição, razão de ser dos museus, firma-se como canal de comunicação dentro da instituição.

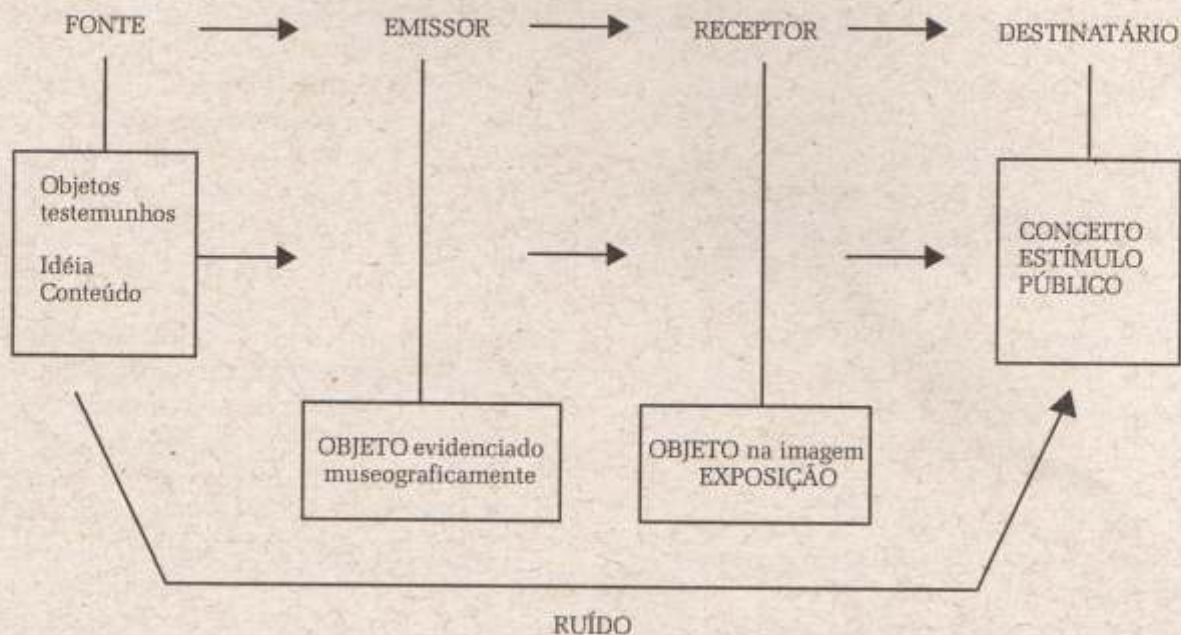
## 1.2 A exposição museológica: canal de comunicação

Ligada às funções educativa, científica e social está a exposição – razão de ser dos museus – pois é o conjunto de objetos (signos) que causam uma reação no público e possibilitará questionamentos.

Após a aquisição e constituição de seu acervo, a atividade essencial do museu é a exposição dos objetos pelos quais é permanentemente responsável. A concepção e montagem de uma exposição, ou seja, a passagem do nível conceitual para o nível prático, implica o acompanhamento de um diálogo entre os objetos, o espaço, as linguagens de apoio e a visualização do público. É preciso entender o processo de comunicação que ocorre dentro do museu, entre exposição e visitante, para que se possa realmente melhorar o poder de comunicação das exposições, não considerando-as como uma simples exibição de objetos. Quando não ocorre a relação estreita entre exposição e visitante, detectamos uma falha na comunicação – um ruído, só restabelecido quando há uma avaliação dessa mesma exposição a fim de torná-la perceptível ao público. Todo processo comunicacional tem por objetivo a transmissão de mensagem, daí a necessidade do homem de agir como emissor ou como receptor de mensagens.

Para Bruno (1987), a ação do museólogo está na vetoração / mediação que possibilita as diferentes passagens / transmissões do objeto e seu significado até o destinatário final. Toda mensagem necessita de um meio físico, concreto, para a sua transmissão. Este é o meio chamado de comunicação. Parafraseando Mendonça (1993), encontramos: a) emissor: aquele que emite a mensagem; b) receptor ou destinatário: aquele que recebe a mensagem. A comunicação só será efetiva se o receptor souber decodificar a mensagem; c) canal de comunicação ou contato: o meio concreto pelo qual a mensagem é transmitida; d) contexto: a situação a que a mensagem se refere.

Para pretender estabelecer um tipo de comunicação que proporcione a dinâmica da ação cultural, é necessário incluir a participação da comunidade, na busca de elementos que visem fortalecer a ligação entre esta e os museus, partindo da formação de novos conceitos, já sedimentados com a definição de uma política cultural suficiente para dinamizar o processo de comunicação dos museus para com a sociedade. O meio para a comunicação é o contexto do museu – desde as exposições, a pesquisa e publicações e as atividades educativas, que tornam possível a transmissão da informação. A exposição museológica ou o processo de musealização tem a potencialidade e especificidade de contextualizar objetos que, muitas vezes, ao entrarem para as coleções dos museus, foram descontextualizados.



Enquanto linguagem, ela permite que mesmo em um mundo fechado (cenário museal) ocorra diálogo e, acima de tudo, a socialização do conhecimento. É este caráter de socialização do conhecimento, através dos museus, sustentado pelas exposições, que se constitui em seu potencial educativo. Uma nova abordagem que tem dado ao museu uma outra dimensão, privilegiando sua função social.

A mesma exposição deve convir a todo público do museu. Os significados de um mesmo objeto poderá adquirir, nascerão conforme o meio em que está inserido dentro de um contexto próprio, tornando-o dinâmico, fruto de uma realidade. Como afirma Mendonça (1993:146),

“partindo da finalidade dos museus em agrupar, conservar, estudar, expor para fins educativos, exame e estudo, e de prazer e animar coleções de bens culturais ou naturais, só nos cabe afirmar a importância dos museus na formação da educação e da cultura, destacando a primazia da função educativa que corresponde à sua democratização do saber.”

Ninguém desconhece que na aprendizagem da museologia é essencial o contato direto com o objeto – sem o qual será em vão o ensino de classificação, de catalogação, de conservação, de restauração, de exposição, de toda sorte, enfim, de conhecimentos relacionados com o material do museu. As coleções estando perfeitamente organizadas, tornam-se objeto ou meio de estudos e pesquisas.

Qualquer que seja a modalidade de utilização de material de museu em benefício do setor educativo, qualquer que seja a amplitude que se queira dar a essa espécie de utilização, é preciso que haja no museu um serviço especialmente organizado para tal fim. Serviço que abrangerá funções e servidores na proporção das necessidades impostas pela maior ou menor extensão e profundidade desta atividade.

O intercâmbio entre o museu e a escola permite uma maior importância para a realização de um programa educacional. Os educadores deveriam ser conscientizados das possibilidades que o museu oferece e da necessidade de utilizá-los,

obtendo um bom proveito. O objetivo primordial, entretanto, não é transformar os museus em estabelecimentos educacionais, mas encontrar o seu papel adequado na educação.

No que se refere a expor sua coleção ou acervo, o museu deve preocupar-se com o claro entendimento e pela transmissão da informação que é dada para que o circuito prevaleça e seja completo no entender de cada um. Interagindo no desenvolvimento da sociedade, o museu deve exercer ativamente suas funções educativa, científica e social.

O museu realmente digno desse nome é aquele que funciona como centro de estudos, propiciados e estimulados pelas coleções que possui. Seria, sem dúvida, praticamente inútil ou, pelo menos, incongruente, coletar peças, descrevê-las e classificá-las, organizar coleções e conservá-las, se estas peças e coleções não se destinassem a servir de instrumento e meio para o progresso da disciplina ou das disciplinas a que se vinculam. O museu deve ser, principalmente, um instituto de pesquisa. Para Bruno (1987:51), toda exposição deve: a) corresponder a uma proposta maior; b) apresentar uma idéia /tema.

Uma exposição não deve apenas expor seus objetos, mas deve integrá-los em seu contexto e se tornar parte deles. Nesse caso, o material de museu deve assumir, em função do seu uso para fins culturais, um papel atuante. É o que se verifica quando ele leva para fora do museu a sua mensagem, o seu poder de comunicação, a sua capacidade de instruir e esclarecer; quando ele sai em busca da curiosidade e do interesse do público, do especialista, do estudioso, em vez de permanecer à espera de visitantes. Quando isto ocorre, o material do museu se acha em plena atividade; ele sai dos arquivos, dos armários, do próprio edifício que o abriga, para ir cumprir lá fora o papel que lhe compete exercer como instrumento e meio de estudo, de educação popular, de democratização da cultura. Das numerosas formas de utilização do material de museu, esta é, sem dúvida, uma das mais importantes e de maior alcance científico, artístico e social.

São muitas as modalidades em que se desdobra, usando-se, para tanto, de técnicas e meios modernos de comunicação. Além dos meios de comunicação, representados pela imagem e pelo

som, o material de museu pode ele próprio exibir-se nos mais distantes e diferentes lugares, no cumprimento da sua missão educativa. Dessa forma, desempenhando um papel social, o museu se afirma como canal de comunicação do patrimônio preservado.

É a partir dessas análises que traçaremos o perfil do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. Seguindo os critérios já descritos, iremos conduzir nossa apreciação com o intuito de verificar sua atuação dentro da comunidade, partindo de sua exposição permanente, a fim de verificar como ocorre o processo de comunicação com o público visitante, seja este formando por estudantes, pela comunidade, pelos turistas e outros.

#### O MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE: ACERVO, AÇÃO CULTURAL, PÚBLICO E EXPOSIÇÃO

“Que cada museu tem a clara consciência da realidade sócio-econômica a qual pertence levando em consideração os índices de ‘desenvolvimento humano’, a definição de suas metas e de sua ação e a preparação de seu pessoal para alcançá-la”. (Declaração de Caracas – 1992)

A criação dos Museus de História foi uma resposta ao crescente interesse pelas artes visuais e à herança cultural, típica da civilização ocidental, no século XIX. Os primeiros museus no Brasil, surgidos no século XIX, dedicavam-se às coleções científicas. A partir da segunda metade dos oitocentos, surgiram os primeiros museus de história e da arte, decorrentes da criação dos Institutos Históricos, Geográficos e Arqueológicos.

Os museus que se preocupam com exibir coleções referentes ao negro têm como objetivo resgatar o patrimônio cultural afro-brasileiro, cumprindo um projeto que estuda, documenta e divulga acervos que guardam testemunhos da história do homem africano no Brasil, evidenciando os aspectos não só econômicos, mas também político, social, cultural e religioso.

Analisando o aspecto de assimilação cultural ocorrida entre dominador e dominado, observa-

mos que prevaleceram fortemente nas camadas populares as influências africanas. Influências estas facilmente identificadas na culinária, no vocabulário, no folclore e na religiosidade, enfim, no pensar e agir social.

Em contraste com a variedade de formas e com a riqueza dos conteúdos culturais trazidos pelos negros vindos da África, restaram pequenas coleções de objetos guardados pelos museus. Estas coleções revestem-se de grande importância cultural para se compreender o processo de sincretismo religioso que vem sendo repassado de geração a geração, garantindo, assim, a permanência das tradições africanas, ainda que sob forte influência do catolicismo e de outras práticas religiosas. Entre estas coleções, encontram-se as do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS) expostas em caráter permanente, servindo como registro para a apreciação da presença africana no Brasil.

O Museu Afro-Brasileiro de Sergipe está localizado em Laranjeiras, um dos 75 municípios do Estado de Sergipe. Situada apenas a 16 km de distância da capital, a cidade integra o Vale do Cotinguiba que, no século XIX, foi uma importante zona açucareira. O açúcar marcou a feição arquitetônica da cidade que persiste até hoje, seja através dos sobrados, residências dos comerciantes enriquecidos, ou de aristocratas rurais, seja através das igrejas, teatros, mercado ou do casario simples, representativo de um estilo de vida de uma época passada.

Dentre os prédios que se destacam pela sua arquitetura ou significação histórica, está o ocupado pelo Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. Incluído no complexo arquitetônico da cidade, o prédio denominado Desembargador Achilles Ribeiro, abriga hoje o MABS, criado em janeiro de 1976 e oficializado em fevereiro do mesmo ano, pelo decreto 3.339, do Governo Estadual. É uma construção de pedra do século XIX, assobradada, no estilo neoclássico. Construído com tijolo e argamassa, nas cores ocre e azul colonial, na parte externa e branco na parte interna, o prédio mantém o assoalho original.

Pertenceu à família Nogueira de Freitas Brandão que, na parte térrea do imóvel, explorava o comércio. Posteriormente, funcionou como escola, exatoria, biblioteca pública, Museu Horácio

Hora e Casa de Laranjeiras, com o objetivo de guardar um pouco da história da cidade. A inauguração do museu dá-se quando da abertura do 1º Encontro Cultural de Laranjeiras ocorrido entre os dias 28 e 30 de maio de 1976. O evento “começou às 18 horas no dia 28, com a inauguração do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, no prédio da Antiga Casa de Laranjeiras, oportunidade em que foram abertas exposições de xilogravuras, literatura de cordel e artesanato”.

Das 5 mil 403 pessoas que participaram do evento, 1.103 pessoas visitaram o MABS, sendo 1.026 de Sergipe, 75 de outros estados e 04 estrangeiros. Desde a sua criação o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe teve como diretores os professores Ana Conceição Sobral de Carvalho, Maria Telma Santos e Telma Rosita de Andrade. Atualmente é dirigido por Izaura Júlia de Oliveira Ramos e sua proposta é preservar a história da presença africana em Sergipe. Nesse sentido, apresentamos o MABS a partir de seu acervo, sua ação educativa e cultural, seu público e exposição.

#### ALÉM DA MEMÓRIA E BALANGANDÁS: O ACERVO DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE E SUAS ATIVIDADES CULTURAIS E EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO VISITANTE.

O museu possui aproximadamente um número considerável de peças, distribuídas entre as salas que tratam da economia açucareira, sala dos castigos, sala do senhorio, heranças africanas, sala dos orixás, do nagô, sala do exu, da religiosidade e do movimento negro. Consta também uma sala com exposições temporárias que, a depender do calendário, há a disposição das peças e sua ornamentação. Os objetos foram comprados pela Secretaria de Cultura, pela Prefeitura do Município ou são doados. Em qualquer um dos casos, procura-se saber a procedência das mesmas. O museu possui um livro que registra o seu acervo. Há uma ficha de controle de cadastro do objeto, com seu histórico e procedência. O que se resume, muitas vezes, a especificar o século a que pertenceu e seu antigo proprietário.

A instituição reúne coleções de: indumentária, instrumentos de suplício, maquinaria, artes plásticas, mobiliário, adereços, instrumentos musicais

e iconografia. No pavimento térreo do prédio, se encontra a recepção, onde se concentram os funcionários do museu, distribuídos entre os turnos da manhã e tarde e a secretaria, cujo espaço abriga também a diretoria e sete salas de exposição.

Para a comunidade, o MABS oferece atividade de integração: museu-escola, um projeto que promove visitas ao museu, cursos, seminários ligados à cultura negra e a realização de eventos em datas comemorativas mais significativas do calendário cultural do Estado e do Município. Destacam-se o Encontro Cultural de Laranjeiras, Emancipação Política de Sergipe, Semana do Folclore, 13 de Maio, 05 de Novembro e 20 de Novembro.

O projeto museu-escola promove um trabalho de arte/educação que consiste em atividades práticas nas quais os alunos vão expressar, através de desenhos e modelagens, o que visualizam na exposição. Normalmente, este trabalho é realizado no próprio museu, em uma sala dedicada ao projeto e que, por estar ocupada e sem equipe técnica, o museu não o desenvolve já faz um tempo.

Quando a escola envia com antecedência o ofício comunicando a visita, além de ficarem isentos da taxa, que hoje corresponde a um real, seus alunos recebem maiores orientações acerca da exposição do museu (visita guiada). Geralmente, os funcionários mais antigos ou a própria direção, quando solicitada, fazem o papel de guia, pois o museu não dispõe de guia para acompanhar os visitantes. Tendo em vista as múltiplas possibilidades de integração do museu com a escola e a comunidade, tais atividades são insuficientes diante do papel que cabe à instituição desempenhar como instrumento e meio de alcance científico, artístico e social.

Funcionando de terça a sexta, das 10:00 às 17:00 horas, e aos sábados e domingos, das 13:00 às 17:00 horas, o MABS recebe visitantes das mais diversas regiões do país, inclusive estrangeiros. Contudo, a população local não tem consciência da presença do museu na cidade, pois são os que menos o visitam.

É no Encontro Cultural realizado na cidade que o museu recebe o número maior de visitantes. Desde a sua fundação, o museu realiza anualmente a estatística referente à visitação. Apresentamos a estatística do período compreendido entre 1990 e 2005, ficando assim distribuído:

Tabela 1. MABS - Estatística Anual de Visitantes  
1990 - 2005

Ano	nº de visitantes
1990	2.108
1991	104
1992	2.473
1993	1.464
1994	956
1995	2.739
1996	2083
1997	5032
1998	4218
1999	—
2000	2915
2001	2747
2002	3274
2003	2064
2004	1763
2005	—
TOTAL	

Fonte: Dados fornecidos pela instituição - 2006.

Quanto ao ano de 1991, o prédio esteve em restauração e ocupado pela TV Globo para gravação da minissérie Tereza Batista, sendo reaberto ao público no dia 05 de dezembro de 1991, justificando, portanto, o número tão reduzido de visitantes. Os dados relativos a 1999 foram perdidos. Através das estatísticas registradas em 2005, obtivemos os seguintes dados a respeito do público escolar, fato que poderá ser generalizado, com pequenas variações, para os anos anteriores:

Tabela 2 - MABS - Nº de escolas de estudantes visitantes do MABS - 2005

Procedência	Nº de escolas	Nº de visitantes
Aracaju	28	806
Outros municípios	33	1272
Estados vizinhos	Nada Consta	Nada Consta
Laranjeiras	11	235
TOTAL	72	2313

Fonte: Dados fornecidos pela instituição - 2006.

Em 1996, é possível coletar dados sobre o número de turistas: foram 1.821, sendo 1.798 brasileiros e 23 estrangeiros. Dos 1.821, 916 foram

do sexo feminino e 905 do sexo masculino. Não foi possível obtermos maiores informações quanto às estatísticas de 1990 a 1995 e de 1997 a 2005. Contudo, o ano de 2005 revela o número reduzido de alunos de Laranjeiras que visitaram o museu. Nesse ano, foram matriculados 3059 alunos da rede pública sendo 870 da Escola de 1º Grau João Ribeiro; 563 da Escola de 1º Grau Cônego Filadelfo de Oliveira; 1.018 da Escola de 1º e 2º Graus Zizinha Guimarães e 608 da Escola Municipal de 1º Grau Lourival Baptista. De um número tão elevado de alunos, apenas 236 visitaram o museu, o que nos revela a ineficácia do projeto museu-escola proposto pelo MABS. Partimos, agora, para análise da exposição de longa duração do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe.

### 2.1 A exposição de longa duração: leitura descritiva.

A sala dedicada à economia açucareira exibe os instrumentos de trabalho usado pelo negro em seu cotidiano, nos engenhos de cana-de-açúcar. As peças constituem a coleção de maquinaria (moedor de café, prensa, carro de boi, moenda, arado...). Vale ressaltar que esta sala era dedicada ao projeto museu-escola, no entanto, para abrigar o acervo doado pela paróquia de Malhador, a mesma foi desativada, dado a dimensão das peças.

Os instrumentos com os quais os negros eram torturados estão expostos na sala dos castigos. São troncos, correntes de ferro, palmatórias e algumas gravuras que mostram os castigos infligidos aos negros. Atréadas a esta sala estão as peças que compõem o mobiliário de uma casa de senhor-de-engenho, é a sala do senhorio. São objetos em louça e porcelana inglesa (pratos, manteigueiras, travessas, tigelas, vaso noturno). Encontram-se, ainda, um baú em madeira e couro, um conjunto de sofá e cadeiras em madeira e palhinha, um expositor com documentos do século XIX e antigas máquinas de escrever. Unindo-se a esse acervo estão as peças que compõem a cozinha de uma casa-grande. Há uma mesa de madeira ornamentada com utensílios dispostos como para uma refeição e objetos de uso na cozinha (almofarizes, tachos, caldeirões, chaleiras e frigideiras...) todas em bronze, ferro e barro.

Para conferir maior autenticidade à mesma foi construída, recentemente, a réplica de um fogão à lenha, sendo expostos sobre ele utensílios próprios para o cozimento de alimentos, além de panos de pratos, panelas de barro e condimentos. No corredor que dá acesso ao pavimento superior, existem reproduções dos originais de Jean Baptiste Debret, representando o cotidiano do homem africano no Brasil. São negros carregadores de cangalhas, vendedores de capim, leite, carvão, açougueiros e cirurgiões. O pavimento superior explora o aspecto cultural e religioso do negro.

A sala dedicada ao candomblé exhibe alguns dos deuses africanos trazidos ao Brasil pelos negros. Estão entre eles: Xangô, Iansã, Iemanjá, Oxum, Oxóssi, Obaluaê, Ogum e Oxalá. Todos estão vestidos, portando os instrumentos e adereços que os identificam entre as nações existentes. Um painel com máscaras de cerâmica (feitas por uma artista plástica do Rio de Janeiro) retratam os deuses cultuados nos terreiros. Porém, alguns deles não são vistos no nordeste.

Sem música não existe cerimônia. Tudo acontece sob a batida de três atabaques: Rum, Rumpi e Ylê. São eles que fazem soar o toque durante o ritual e são responsáveis pela convocação dos deuses. Os três instrumentos estão, também, presentes na exposição do museu.

O Peji, altar onde se realizam os rituais privados do terreiro, contém inúmeras imagens de santos católicos sincretizados pela religião negra. Os assentamentos (objetos e símbolos) também estão presentes no Peji. Na sala do Exu, estão expostos os símbolos freqüentemente associados à prática do "mal": velas (preta e vermelha), cachaça, cetros e bonecos que representam as várias formas de Exú, orixá mensageiro entre os homens e os deuses, guardião da porta da rua e das encruzilhadas. Enfim, são símbolos utilizados nas cerimônias do candomblé, presentes nos terreiros da cidade tidos como adeptos da feitiçaria.

Ainda na sala do candomblé estão expostos, em vitrines, os acessórios que identificam os deuses Ossaím, Nanã, Oxumaré, completando o quadro dos doze orixás mais cultuados no Brasil. Além destes acessórios, encontramos objetos que simbolizam as casas de culto (búzios, cerâmica, ferramentas, indumentárias).

Completando a coleção que identifica o candomblé, o museu exhibe a cadeira em que sentava o babalorixá Alexandre José da Silva, antigo dirigente do Centro Afro-Brasileiro "Filhos de Oba", em Laranjeiras. Diferentemente do candomblé, a sala nagô destaca outra casa de culto da cidade, tida como a que preserva a pureza africana e só "trabalha" para o bem: o Abacá Nagô Santa Bárbara virgem, nela estão presentes fotografias de Umbelina Monteiro de Araújo (? - 27.07.74, Laranjeiras/SE), antiga dirigente de culto.

O culto aos deuses africanos estabelece uma série de interdições que devem ser respeitadas. No Peji Nagô, não há imagens de santos católicos. Nele os deuses são cultuados em recipientes especiais que contêm elementos naturais que os representam, como água, pedra, peças de ferro etc. Esses recipientes, tratados como coisas vivas (porque neles os deuses habitam), devem ficar em local consagrado e de acesso reservado, pois sobre eles são feitas oferendas de alimentos e sacrifícios de animais que renovam sua força mágica e a de seus cultuadores. No alto do Peji, somente uma imagem de Jesus Cristo na cruz, revelando a forte influência católica.

A pureza proclamada pelo Abacá Nagô está nas vestes brancas de seus filiados. Ao lado do Peji, vemos um manequim com as indumentárias e adereços que identificam a linha nagô. A sala do senhorio exhibe apenas uma cadeira de arruar ou liteira e algumas gravuras demonstrando o seu uso. Conduzida por escravos, a liteira foi bastante comum no período colonial brasileiro. Há ainda duas máquinas de fiar e máquinas de costura antigas, além de uma vitrine com pequenas estátuas de negros em movimentos de dança. A última sala do pavimento superior expõe objetos que registram a atuação do negro na sociedade atual, é a sala das heranças africanas, com fotos de grupos folclóricos e santos católicos de origens negra.

Em vitrines, podem ser observados o berimbau, imagens de santos negros (Santa Efigênia, Santa Bárbara, N. S. Aparecida, etc.) roupas e adereços do cacumbí e da taieira, grupos folclóricos da cidade. Completando o acervo, vemos objetos de barro (moringas), símbolos de proteção (patuás, velas, incensos), fotografias do grupo folclórico cacumbi.

No jardim do museu, há um canteiro com plantas da medicina popular usadas nos rituais africanos, a exemplo da folha da costa, alevante, aroeira, espada de ogum e tiraquizanga. Todas essas ervas existentes no museu têm ligação com algum orixá africano. Enfim, são diversas coleções de valor histórico e cultural que atestam a importância do elemento negro na formação da sociedade sergipana. Nessa descrição, pode-se verificar que,

“Os objetos de valor histórico são resgatados, recuperados e expostos à visitação pública, com uma ficha com seus dados ao lado, e o observador tem diante de si uma coisa que fala por si. O observador mantém uma relação direta com um objeto – coisa definitivamente reconstruído”. (REIS, 1995:51).

#### A EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA COMPREENDER UM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO: O CASO DO MABS

“(...) a exposição é, na realidade, um texto claro, algo que pode ser feito como uma releitura do mundo, é trazer para ilusão uma representação do mundo das relações do homem com a sua realidade, e torná-las tão evidentes que elas sejam tão informativas que possam despertar uma consciência crítica, inclusive onde ela não existe ou desenvolvê-la onde ela está embrionária. Essa consciência crítica é que leva o homem a perceber a relação com os outros homens e a se perceber também como um projeto inacabado. E é isso que proporciona o desejo de mudança e ação de mudança”. (Waldísia Russio – Cultura, Patrimônio e Preservação – 1984).

Comunicação é o processo que transmite idéias entre indivíduos. Para os seres humanos, o processo não só é fundamental como vital. É fundamental, na medida em que toda sociedade humana baseia-se na capacidade do homem de trans-

mitir intenções, desejos, sentimentos, conhecimentos e experiências, de pessoa para pessoa. É vital na medida em que a habilidade de comunicar-se aumenta as chances de sobrevivência do indivíduo. VELLOZO ressalta que, “Comunicar significa estabelecer comunhão. Significa trazer o que não participa para fazer parte da comunidade. Participar significa ser parte e também tornar parte. Comunicar é fazer participar, é trazer para a comunidade o que dela estava isolado”. Nesse sentido, o público é o sujeito passivo da comunicação, e o comunicador (museu) é o sujeito ativo, quando este se dirige a uma audiência identificável à comunicação é direta. Dessa forma, observamos que, além de conservar peças, o museu deve também preocupar-se com a exposição do acervo pelo qual é responsável, voltando-se sobretudo para o estabelecimento de um canal de comunicação entre ele e seus visitantes, fazendo-os participar e tornarem-se parte do contexto em que se insere o museu.

Para que as exposições atinjam seu público, é preciso entender o processo de comunicação que ocorre dentro do museu, entre exposição e visitante. Para tanto, se faz necessária uma avaliação da exposição como parte integrante do processo de desenvolvimento educativo. Nesse sentido, baseando-se no que já expomos e em nossa leitura, partimos para a análise da exposição de longa duração do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, verificando os ruídos que interferem no processo de comunicação.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) a exposição museológica é, em última análise, a formulação de idéias, conceitos, problemas, sentido expresso por intermédio de vetores materiais”. (Ulpiano T. Bezerra de Menezes, 1992)

Ao longo deste trabalho, uma questão sempre recorrente diz respeito ao processo de comunicação na exposição de longa duração do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. A partir de um questionário aplicado a pessoas da comunidade e através de nossa leitura, concluímos que a exposição

do museu apresenta ruídos que dificultam a fruição do público visitante, prejudicando a ação cultural do museu sobre a formação cultural dos indivíduos.

A montagem da exposição do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe não leva em consideração que elementos significativos, como uma linguagem de apoio clara e objetiva, funcionários capacitados, uma proposta conceitual definida e um projeto museu-escola atuante são essenciais para o estabelecimento de um canal de comunicação entre exposição e público visitante. Sem privilegiar tais elementos, os objetos que compõem o acervo MABS falam por si só.

Tão importante quanto preservar seu acervo é dar-lhe um significado. Uma coisa é ver um pilão numa cozinha de uma residência, outra coisa é vê-lo em um museu. A ausência de uma política cultural seriamente comprometida com a educa-

ção, bem como a ausência de diálogo entre o museu e a sociedade, identificam-se, também, como os principais ruídos no processo de comunicação da instituição. O relacionamento intrínseco entre estes elementos se torna essencial para o bom funcionamento do processo comunicacional do museu.

A criação do curso de museologia, no Campus de Laranjeiras/SE, possibilitará a formação de profissionais capacitados tecnicamente para atuarem em uma área onde a escassez de mão-de-obra especializada é visível. A gestão da memória, ultimamente tão reclamada, poderá ser assim ser suprida por profissionais de nível superior que receberão capacitação técnica a altura da bacharelado em museologia. Espera-se, pois, que os nossos museus, enquanto repositórios da memória coletiva, sejam oxigenados com o advento do novo curso, cuja área aponta para um futuro promissor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. *A relação do público com o museu do Instituto Butantan: análise da exposição "na natureza não existem vilões"*. Dissertação de mestrado em comunicação. USP, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Herança cultural: as possibilidades do tratamento museológico*, Aracaju, UFS.

CASTRO, Ana Lúcia Siainas. O museu: do sagrado ao segredo. Uma reflexão sobre informação museológica. *Informal*. Rio de Janeiro. V.8, n°2, p. 4-7. Abr/jun.1967.

GIRAUDY, Daniele e BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Tradução de Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-memória; Porto alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte. UFMG,1990.

GUIMARAES, Joselita Maria dos Santos. *A exposição enquanto processo de comunicação: um desafio para o*

*Museu Afro-brasileiro de Sergipe*. Monografia de conclusão de curso de história, UFS, São Cristóvão, 1997.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado. *O processo de comunicação nos museus de Sergipe: a exposição permanente*. Dissertação para habilitação em jornalismo pela Faculdade Integrada Tiradentes. Aracaju, 1993.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. *A exposição museológica: reflexões sobre os pontos críticos na prática contemporânea*. Texto apresentado no Simpósio Internacional: O processo de comunicação dos museus de arqueologia e etnologia. São Paulo, USP, outubro, 1992.

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras(1850-1888)*. Dissertação de Mestrado/NPGeo/UFS, 2001.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

## O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO DE ARACAJU E SUAS CONTRADIÇÕES

José Elofíio da Costa<sup>1</sup>  
Valdemir dos Santos<sup>2</sup>

O transporte coletivo constitui um objeto novo no campo das ciências humanas, sendo pouco explorado pelos cientistas urbanos, principalmente os geógrafos. Pouco se produz sobre o sistema de transporte coletivo, relacionando sua influência no desenvolvimento de uma área, das experiências das pessoas que enfrentam diretamente a problemática desse tipo de transporte e, da própria valorização do solo urbano a partir da acessibilidade que o transporte pode causar. A valorização do solo a partir da acessibilidade, para Novaes (1981, p.81) pode causar o fator "segregação-gradiente", que é o desdobramento do indivíduo de baixa renda para a periferia, se instalando nessas localidades por falta de alternativas. Além disso, pouco se explora sobre os transtornos psicossociais associados à insegurança, à higiene, à insalubridade, causados nos ônibus.

O sistema de transporte coletivo no Brasil enfrenta uma grave crise, causada pela falta de investimentos para manutenção do mesmo<sup>3</sup>. Embora os gastos que se tem com o ônibus sejam inferiores ao sistema ferroviário (WRIGHT, 1988, p. 32), nem assim essas discussões têm avançado muito, de forma que venha tentar solucionar o problema. A crise tem se aguçado cada vez mais como se pode perceber:

O número de passageiros transportados vem caindo há alguns anos, pela migração desses ou para o transporte individual, ou para o transporte coletivo, ou para a simples marcha-a-pé. A crise so-

cial, de um lado, e, do outro, a cada vez mais acirrada competição com o transporte individual em função da instauração do novo regime automotivo, aliadas à falta de investimentos em infraestruturas de transporte público de passageiros... (ARAGÃO, et al., 2004, p. 23).

Por outro lado, o ônibus é um grande poluidor do meio ambiente com a emissão de gases poluentes à atmosfera. Isso nos leva a pensar em que tipo de transporte coletivo se almeja. Para tanto se deve considerar a qualidade psicossocial e ambiental do veículo.

Dentre os poucos pensadores do transporte urbano, Wright (1988) é o que melhor trabalha essa questão. Ele classifica e analisa os meios de transportes a partir de fatores que os determinam como os econômicos, os sociais, os políticos, os culturais e até mesmo os psíquicos. Faz também uma análise histórico-crítica da evolução dos transportes nas cidades brasileiras, assim como do agravamento da crise do transporte urbano e de sua evolução. O mesmo ressalta ainda as questões sociais que desempenham um papel preponderante nessa conjuntura sistêmica. Com isso, pode-se afirmar que a sociedade tem sido um ato social, mas também vítima desse processo evolutivo do sistema econômico e, por conseguinte, do transporte urbano. Este se apresenta cada vez mais precário e contraditório do ponto de vista da sua finalidade, que é oferecer um serviço de qualidade e barato para a população.

1 Doutor em Geografia pela UNESP - Rio Claro/ SP.

2 Aluno do curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

3 ANTP Política Nacional de Trânsito - PNT (p.6-7). Disponível em: [http://www.antp.org.br/telas/trânsito/cap\\_trans.htm](http://www.antp.org.br/telas/trânsito/cap_trans.htm)  
Acesso em: 06 jan.2004.

Essa temática também é discutida por Bruton (1979), que amplia o horizonte do transporte público relacionando com o uso do solo, compreendendo o papel do transporte na produção do espaço. Novaes (1981) seguindo a mesma linha de pensamento relaciona a modelagem do uso do solo e a valorização deste ao uso do transporte. Já Barat (1979) associa o elevado ritmo de urbanização e crescimento metropolitano ao transporte. Assim não se pode deixar de observar a importância deste na ocupação territorial. "Mais recentemente, contudo, planejadores de transportes e uso do solo compreenderam o potencial dos transportes em dar forma ao ambiente urbano pela influência da acessibilidade de locais dentro da área urbana" (BRUTON, 1979, p.1).

Corrêa (2002) também trabalha bem essa questão do transporte ligado à produção espacial. A criação e localização dos terminais ferroviários dentro das cidades, principalmente próximos aos terminais marítimos permitiram um fluxo constante de idéias, pessoas e mercadorias e possibilitou o surgimento de uma série de atividades comerciais em torno desses terminais (Corrêa, 2002, p.38-39). O autor mostra bem a importância e o papel do transporte na produção/reprodução do espaço urbano ainda na segunda metade do séc. XIX.

Próximo a estes terminais, vão se localizar aquelas atividades, muitas delas então nascentes

ou em ampliação, voltadas para o mundo exterior à cidade, o comércio atacadista, depósitos, escritórios e a indústria: a localização junto aos terminais de transporte era essencial, significando diminuição de custos. Essas atividades criaram enorme mercado de trabalho, fazendo com que a área se tornasse, além de foco de transportes inter-regionais, o fixo de transportes intra-urbanos, que também, a partir da segunda metade do século XIX, foram largamente ampliadas. Emerge assim uma área de maior acessibilidade dentro da grande cidade (CORRÊA, 2002, p. 39).

Em decorrência dessa grande dinamicidade que surgiu nessa área urbana, criando vantagens locacionais, eleva-se também o preço do uso do solo. Isso favoreceu a especulação imobiliária, a transformações nas áreas centrais e a segregação da população devido ao nível de renda. A acessibilidade, entre outros fatores, provoca uma maior procura pelo solo mais central, essa maior procura gera um aumento acentuado no preço dos terrenos, levando ao equilíbrio num determinado ponto. (NOVAES, 1981, p.13)

Diante dessa discussão, observou-se a importância do sistema de transporte para o "desenvolvimento" das cidades, o qual permitiu que estas mantivessem ligações com várias partes do mundo exterior a elas, ligações que envolviam fluxos de pessoas, idéias, mercadorias e capitais.

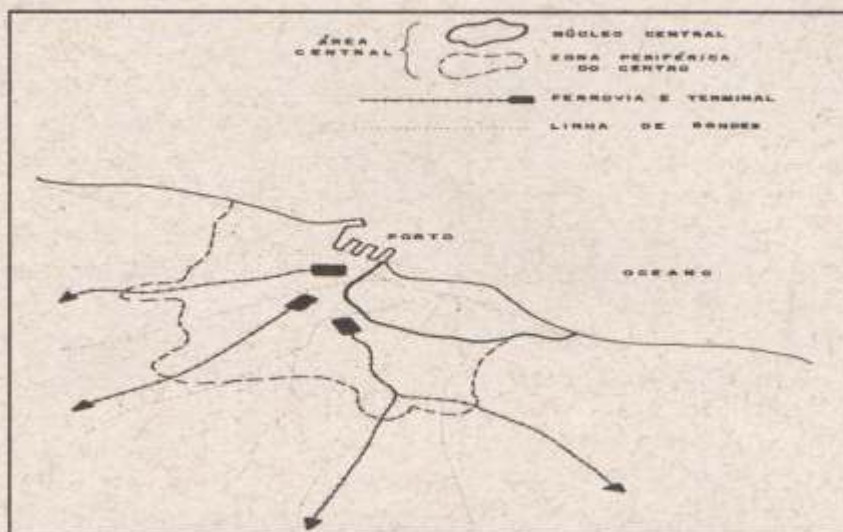


Fig. 1 - Convergência de transportes e a área central  
Fonte: Corrêa, 2002, p. 41

REFLEXÕES SOBRE O TRANSPORTE  
PÚBLICO COLETIVO ARACAJUANO

Esta figura nos permite fazer uma síntese do processo de produção/reprodução do espaço urbano das cidades capitalistas na segunda metade do século XIX estendendo-se até meados do século XX, criado pela necessidade inerente da reprodução do capital, a partir dos seus meios de produção. O transporte permitiu a centralização e o desenvolvimento das atividades comerciais, assim como do aparecimento de uma área central.

Dado o esquema centralizador dos meios de transporte que são, no período que se estende da segunda metade do século XIX até meados do século XX, caracterizados, por enorme rigidez espacial pelo fato de serem transportes sobre trilhos — trens e bondes —, verifica-se que o acesso ao mercado consumidor e às fontes de matérias-primas não é, no âmbito da cidade, uniforme, privilegiando o local em torno dos terminais de transporte, a Área Central. Aí as empresas passam a dispor de externalidades, seja decorrente da acessibilidade, seja do fato de estarem juntos, gerando economias de aglomeração (CORRÊA, 2002, P. 39).

Partindo desse debate, tem-se como objetivo central mostrar como se desenvolveu o sistema integrado de transporte coletivo de Aracaju. Além disso, pretendeu-se refletir sobre seu papel na produção/reprodução do espaço urbano e a sua importância no cotidiano da população da cidade.

Nesta pesquisa foi realizado o trabalho de campo, através de entrevistas com representantes da SMTT, motoristas, cobradores e usuários e da aplicação de questionários. Foram entrevistados alguns dos mais importantes representantes do sistema. Foi aplicado um questionário ao chefe de operação da SMTT, Nilton Pereira e ao diretor de transporte público da mesma, César Rocha. Entrevistas e questionários foram aplicados almejando compreender como se desenvolveu o SIT e como se inter-relacionam as forças coercitivas e os demais elementos que compõem o sistema de transporte coletivo. Ainda assim, foi realizado o levantamento de fontes referentes ao sistema na SMTT e, em seguida a interpretação dos dados dos questionários e da bibliografia trabalhada.

Devido à dinamicidade urbana que começou a ocorrer no Brasil de forma intensa principalmente a partir da década de 1950, ligada às características, do processo econômico do país, a mobilidade populacional tornou-se uma preocupação para as cidades (WRIGHT, 1988, p. 24-27). Com o inchaço urbano aumentaram-se os problemas das mesmas, principalmente os estruturais. Para tentar resolvê-los e facilitar o acesso ao transporte coletivo, na década de 1970, Curitiba passou a ser protagonista de um novo modelo de transporte público coletivo, fugindo à regra do modelo convencional (Sistema Radial<sup>4</sup>). Neste, o passageiro muitas vezes precisa pagar mais de uma passagem para chegar ao lugar de destino.

Criou-se então o Sistema Integrado de Transporte, baseado em terminais de integração com passagem única — a integração se dá dentro dos terminais —. O usuário pode tomar um ônibus e com uma única passagem ir a qualquer parte da cidade, desde que não desça fora dos terminais de integração (SMTT).

Um dos objetivos desse sistema foi o de baratear a passagem, melhorar os serviços prestados e reduzir o tempo de viagem gastos nos percursos.

Por isso, a capital paranaense começou a implantar seu sistema de transporte coletivo, formado por linhas diamétrais e de ligação entre os bairros (ALMANAQUE ABRIL, 2003, p.171). Esse sistema foi um dos mais bem sucedidos do Brasil, o que levou à conquista de várias premiações internacionais sendo premiado por instituições como a Worldwatch Institute (EUA) e a Building and Social Housing Foundation – Inglaterra, (ALMANAQUE ABRIL, 2003, p.172)

Em 1986, Aracaju implantou um sistema de transporte coletivo ainda pouco conhecido e/ou difundido no país. Era o Sistema Integrado de Transporte (SIT), fundamentado no de Curitiba que serviu de modelo e que pretendia desenvolver a cidade a partir desse novo sistema de transporte (ALMANAQUE ABRIL, 2003, p.172). Mas

<sup>4</sup> Sistema que liga um bairro aos terminais da área central, com ou sem integração em terminais durante o itinerário (SMTT).

o SIT em Aracaju tinha um objetivo maior e ia além dos pressupostos do de Curitiba. Almejou-se a produção do espaço urbano a partir do uso do transporte coletivo (SERGIPE, 1985, p. 29).

Para tanto barateava o uso do mesmo, influenciando uma maior acessibilidade dentro da área urbana, provocando uma maior mobilidade da população, induzindo ao uso do solo urbano. As perspectivas foram atingidas com a concentração linear da população às margens das principais vias trafegáveis. A exemplo das avenidas Maranhão, Rio Branco, Desembargador Maynard.

Na década de 1980, Aracaju se tornou a segunda cidade do país a ter o SIT. Isso se materializou com o Projeto Capital, que foi um projeto do Governo do Estado, como o então governador João Alves Filho e da Prefeitura Municipal na pessoa do então prefeito Jackson Barreto, que firmaram convênio com a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU). Com esse mesmo convênio surgiu a Secretaria de Transportes Urbanos (SETURB) e a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), que gerenciaria o sistema. Começou a haver uma certa "confusão" com relação ao papel da Secretaria e da Superintendência, já que ambas atuavam no mesmo sistema e o secretário acumulava o cargo também de Superintendente. Diante desses problemas e para o melhor gerenciamento do transporte coletivo em Aracaju, as mesmas foram transformadas em Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT).

O modelo sistemático inaugurado atuou e atua de forma relevante no processo de produção e reprodução espacial, isso ocorre com a pavimentação e o recapeamento das vias de suportes para o transporte coletivo principalmente, e de todos os elementos que compõem o sistema de transporte, como terminais e os pontos de parada.

O transporte coletivo propicia o uso democrático do espaço urbano, a partir da circulação de pessoas, de idéias, de mercadorias e de capital em um espaço, que para Corrêa (2002, p.7) é fragmentado e articulado. Mas é nesse espaço que:

Cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda, que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente

através de fluxo de veículos e de pessoas associadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e as idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 2002, p.7).

Para isso o SIT foi idealizado também tendo em vista a racionalizar a oferta de serviços com a demanda, tornando-o mais barato para a população. O sistema consiste em oferecer uma maior oferta de carro nos corredores, acontecendo a integração nos terminais fechados.

Para isto, considera-se necessária a evolução do atual sistema de transporte coletivo integrado (tronco/alimentador), que venha a oferecer ao usuário maiores opções de deslocamento do que as decorrentes de uma simples racionalização de linhas e itinerários de sistema radial (convencional) (SERGIPE, 1985, p. 28).

Neste momento Aracaju passava a ser atendida por uma rede de transporte coletivo dinâmica e racionalizada. O serviço de transporte público por ônibus passou a ser operado por duas empresas, a Progresso e a Nossa Senhora de Fátima. Para a atuação destas, a área urbana foi dividida, no sentido leste-oeste, ao longo da Av. Maranhão, define as áreas seletivas de cada empresa. Ao sul operava a Progresso e ao Norte, a Nossa Senhora de Fátima, em regime monopolista de exploração dos serviços (SERGIPE 1985, p.29). "A implantação desse sistema traria vantagens aos usuários, oferecendo maior número de alternativas, pagamento de tarifas integradas e, até mesmo, tarifas mais acessíveis, favorecendo a população de baixa renda" (SERGIPE, p. 28).

No entanto, atualmente as tarifas são inacessíveis para a maior parte da população que depende desse meio de condução para atender às suas necessidades imediatas de locomoção den-

tro da malha urbana. O aracajuano que recebe um salário mínimo (R\$ 300,00) já não consegue pagar o transporte coletivo. Considerando hipoteticamente que este trabalhe mais ou menos 22 dias no mês e que o seu patrão não lhe forneça o vale transporte, para garantir o seu trabalho, esse indivíduo terá um ônus sobre o seu salário no valor de R\$ 63,80 ao mês representando 21,26% sobre o salário de R\$ 300,00. O que agravará se este estiver filho estudando e que precise do vale transporte para ir ao colégio. Além das demais necessidades do cotidiano dessas famílias. Mesmo aqueles que têm o desconto do vale transporte sobre o seu salário preferem que isso não ocorra para lhe "sobrar" mais um pouco.

Essa crise socioeconômica por que passa a população de baixa renda é um dos elementos que explica o grande número de pessoas que a cada dia passam a disputar espaços nas avenidas com os veículos, seja a pé ou de bicicleta. Na China e na Holanda a maioria da população faz seus deslocamentos a pé ou de bicicleta (WRIGHT, 1988, p.50) por questões culturais. No Brasil e principalmente em Aracaju é por necessidade, é por falta de recursos financeiros que possibilitem o pagamento da tarifa do transporte coletivo. Percebe-se essa disputa primordialmente nos horários de "pico" nas avenidas Tancredo Neves e Augusto Franco (sendo que na última foi feita recentemente uma ciclovia), por trabalhadores.

Porém observa-se uma grande contradição entre a real condição do usuário e as vantagens supostas que o sistema traria para este usuário. A vantagem que se têm é a da integração, o qual se dá nos terminais fechados de acordo com a SMTT. Mas as contradições se dão também a partir da qualidade dos serviços prestados. A maioria da população aracajuana depende deste tipo de condução para atender às suas necessidades intrínsecas do dia-a-dia. Porém, Aracaju vive atualmente um momento preocupante na questão do transporte coletivo. Sua frota é antiquada com carros altos, sem estrutura, sujos, com acentos desconfortáveis e quebrados. Tudo isso tem gerado a insatisfação de quem o usa.

O ônibus urbano "convencional" é uma carroceria de má qualidade montada em cima de um chassi de caminhão. A sus-

ensão dura, os degraus altos, as portas estreitas e a roleta mal posicionada são fatores que incomodam os passageiros e dificultam seu acesso e egresso. Esse veículo recebe péssimas notas com relação a conforto, ambiente psicossocial, facilidade de transportar pertences, salubridade e ruído (WRIGHT, 1988, p. 36).

Com toda essa complexidade sistêmica do transporte público coletivo (o ônibus) em Aracaju e dessas contradições inexoráveis perceptíveis, a partir das relações dos três atores sociais mais visíveis do sistema — Estado, concessionárias e passageiros —, se faz necessário observar as relações humanas dentro deste.

As relações no transporte coletivo são complexas. Não há entendimento entre usuários e os trabalhadores dessas empresas. Motoristas e cobradores andam ou estão sempre estressados e/ou de mau-humor. As recepções que estes têm com o usuário não são das melhores, agindo de forma ignorante. Por isso, criou-se uma antipatia do usuário para com essas categorias de trabalhadores.

Somando-se a isso, tem a cobrança dos órgãos que fiscalizam o sistema, assim como, dos despachantes das empresas, que também os fiscalizam. É uma categoria que esta sendo sempre vigiada e punida. Por isso, deve-se obedecer a normas que levarão à punição destes quando as infringem. Portanto, é difícil dizer ou definir os motivos pelos quais eles agem de tal forma na recepção ao passageiro. Talvez lhes faltem cursos de capacitação para lidar com seu público, ou ainda, o problema pode ir além disso, pode está nas suas condições cotidianas de trabalho, que de forma precária e exploratória seus padrões lhes expõe.

No entanto, não se deve atribuir-lhes todas as culpas, todos os defeitos; o usuário também tem sua parcela de culpa nessa problemática. Ele também abusa, provoca, xinga e, por conseguinte, leva a uma relação conflituosa entre ambos. Essa é a relação dialética persistente entre esses atores do sistema de transporte público coletivo de Aracaju, que são vítimas da crise que assola os diversos setores da nossa economia, dos quais o transporte faz parte.

Diante dessa nova modelagem por que passou o espaço urbano de Aracaju e por se tratar da capital do Estado, começaram a haver as pressões urbanas com o aumento populacional tanto da capital quanto das áreas circunvizinhas, a chamada Grande Aracaju. A cidade cresceu e com ela toda uma dinamicidade, logo foi preciso aumentar o fluxo do transporte público nas suas artérias para atender às necessidades intrínsecas da população.

As pressões urbanas, assim como o desentendimento familiar entre empresários, levou à "abertura" do sistema. A empresa Nossa Senhora de Fátima dividiu-se em duas: Halley e Fátima. A partir daí começaram a entrar novas empresas no sistema de transporte coletivo, levando à extensão do mesmo. A integração passava a ser composta agora, tanto pelo SIT quanto pelo Sistema Integrado Metropolitano (SIM) – que é uma extensão do SIT –. O SIM permite a integração de todos ou quase todos os conjuntos habitacionais dos bairros dos municípios de São Cristóvão e de Nossa Senhora do Socorro. No entanto, esse trabalho se deterá apenas ao SIT.

Atualmente o Sistema Integrado de Transporte tem uma frota de 433 veículos, sendo suficiente para atender à demanda no momento, embora apresente deficiência em algumas linhas como a Augusto Franco/Bugio. Esta tem a maior frota de ônibus da cidade (32 ônibus), mas não é suficiente e solução para esta situação seria a circulação de ônibus biarticulado para evitar que se forme um verdadeiro trem nas avenidas, devido ao intervalo de tempo entre um carro e outro que seria inferior a três minutos (PEREIRA, 2003).

Mesmo assim o usuário vem sofrendo diretamente com a falta do cumprimento regular dos horários dos veículos. Em alguns casos chegando a passar 30 ou mais minutos na espera de um ônibus. Ainda assim, enfrenta o problema da qualidade dos serviços prestados e da insegurança<sup>5</sup>.

O Sistema Integrado de Transporte de Aracaju, assim como todo sistema apresenta pontos positivos e negativos. Essas oposições são mais visíveis pelo fato de estarem inseridas em um espaço contraditório, que é o espaço urbano. O acesso público torna-se mais democrático, uma vez que o cidadão tem o direito de ir e vir a/de qualquer parte do perímetro urbano sem pagar nada mais desde que não desça fora dos terminais de integração (SMTT). Embora a passagem seja cara (R\$ 1,45), levando em consideração a extensão da cidade, comparando com as demais capitais, o usuário tem uma grande economia pela redução do número de passagens que este paga. Um outro fator importante é a garantia do transporte no sentido do cumprimento do itinerário no horário determinado ou mais ou menos determinado pela SMTT.

A SMTT faz o controle dos horários de chegada e saída dos carros, punindo seus condutores e/ou empresas quando estes infringem as normas legais do sistema. Cada itinerário tem seus horários determinados, isso obriga que cada veículo tenha um tempo mínimo para fazer o seu percurso.

Nesse sistema um outro fator importante é o das relações sociais que se dão através da integração das diferentes localidades e dos diferentes espaços a partir das relações contratuais de povos culturalmente diferentes. É a ampliação das relações sócio-espaciais.

No entanto as relações humanas no transporte coletivo são complexas, não havendo entendimento entre os usuários e trabalhadores das empresas.

O sistema de transporte público coletivo tem chamado à atenção devido a sua grande complexidade, que se aguça cada vez mais a partir da crise estrutural que o assola. Diante da macro-crise por que o sistema de transporte coletivo passa Aracaju não ficou imune e enfrenta atualmente uma crise sem precedentes em sua história.

A falência do transporte coletivo é, no momento, um dos maiores problemas que o poder público administrativo enfrenta. Enquanto as concessionárias demonstram estarem falidas, do ponto de vista da pessoa jurídica, ocorre o con-

<sup>5</sup> Relato de alguns usuários entrevistados em 02 e 03 fev. 2005.

trário enquanto pessoa física. Estes passam a investir os recursos oriundos do transporte em outros setores da economia, e deixam transparecer que suas empresas estão falidas, estratégias para forçar o financiamento para a aquisição de novos ônibus, por parte do município.

A falência do sistema do transporte coletivo em Aracaju é uma questão estrutural, que passa desde a renovação da frota, do valor da tarifa, das relações humanas, até a reforma dos terminais. A frota apresenta-se obsoleta com carros antiquados, sem nenhuma condição de operacionalização para o transporte por que passa o sistema de transporte coletivo em Aracaju é consequência de uma profunda crise estrutural, que assola não só esta cidade, mas todo o país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão abordada neste trabalho, pode-se inferir que o Sistema Integrado de Transporte (SIT) foi um sistema que se desenvolveu com bases elementares no de Curitiba. Porém, com pressupostos que iam além deste. O verdadeiro objetivo da criação do SIT foi para que este através dos elementos que o compõe, atuasse como fator decisivo na produção/reprodução do espaço urbano de Aracaju, de maneira que facilitasse a acessibilidade dentro da malha urbana. Isso se daria a partir do barateamento da tarifa

(com redução do número de tarifas cobradas) e da ampliação da rede de transporte coletivo.

As proposições formuladas para a cidade de Aracaju, a serem implantadas a curto prazo foram adequadas à sua escala, ao sistema de transporte coletivo existente, às obras de implantação e às suas perspectivas de crescimento populacional (SERGIPE, 1985, p. 28).

Contudo, possibilitou fluxos, valorização do espaço urbano e, por conseguinte, segregações espaciais. As perspectivas foram atingidas a partir da concentração linear da população às margens das principais vias trafegáveis. No que se refere ao barateamento da passagem, a melhoria dos serviços prestados e a redução do tempo gasto nos percursos é atualmente o grande dilema da população aracajuana. É uma das contradições dos pressupostos da implantação do SIT em Aracaju. No entanto, o ônibus é de importância preponderante para a maioria dos aracajuanos, na realização de suas necessidades cotidianas de deslocamento. Para se ter uma idéia da dimensão do sistema, 6.255.102 passageiros foram transportados nos terminais de integração em abril de 2004 (SMTT, 2004). Esses dados demonstram a importância que o transporte coletivo tem na vida do aracajuano. Porém, torna-se cada vez mais urgente e necessária a renovação da frota para uma melhor qualidade da prestação dos serviços, de forma que atenda aos anseios da sociedade, acompanhando as necessidades determinadas pelo processo de crescimento urbano.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL. *Retrospectiva completa de 2002*. São Paulo: Abril, 2003.

ANTP. Política Nacional de Trânsito – PNT. (p.6-7). Disponível em: [http://www.antp.org.br/telas/transito/cap\\_trans.htm](http://www.antp.org.br/telas/transito/cap_trans.htm) Acesso em: 06 jan.2004.

ARAGÃO, Joaquim (et al.). Sacudindo a poeira e construindo o novo ciclo de desenvolvimento do transporte público por ônibus. In: SANTOS, Enilson & ARAGÃO, Joaquim. *Transporte em tempos de reforma: estudos sobre o transporte urbano*. Natal: EDUFRN, 2004, p.23-47.

BRUTO, Michael J. *Introdução ao planejamento dos transportes*. São Paulo: EDUSP, 1979.

CONSELHO PERMANENTE DE TRANSPORTE DA ACRJ. *Formulação de prática para o setor de transpor-*

*tes: busca de maior representatividade para as entidades não-governamentais*. In: BARAT, Josef (coord.). *Processo decisório nas políticas públicas e no planejamento dos transportes: uma agenda para avaliação de desempenho*. Rio de Janeiro: APEC, 1979, p.85-96.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.

SERGIPE. *Projeto Capital*. Aracaju: SEPLAN/AGLURB, 1985.

NOVAES, Antônio Galvão. *Modelos em planejamento urbano, regional e de transporte*. São Paulo: Edgar Blöcher.

WRIGHT, Charles Leslie. *O que é transporte urbano*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

## MURILO MENDES, UM POETA VISIONÁRIO

GILFRANCISCO \*

*Ao amigo Haroldo de Campos (1929-2003) que me introduziu no vidente mundo muriliano.*

Murilo Mendes foi uma das mais interessantes e controvertidas figuras do mundo literário brasileiro, um poeta difícil e, por isso mesmo, pouco divulgado. Tinha uma personalidade desconcertante. Sua vida também constitui uma obra de arte, cheia de passagens curiosas de acontecimentos inusitados, que amava Mozart e ouvia suas músicas de joelhos na mais completa ascese mística, não permitindo que os mais íntimos se acercassem dele nessas ocasiões e certa vez telegrafou a Hitler protestando em nome de Mozart contra o bombardeio de Salzburgo.

Na mais completa liberdade de ação, sempre mergulhando no âmago das coisas, sua magnífica obra, além de bastante extensa, compreendendo cerca de doze livros de poemas, três em prosas e vários inéditos, está exigindo um estudo aprofundado, onde se possa aquilatar com justiça seus altos mérito, já iniciados pelos ensaístas Haroldo de Campos e José Guilherme Merquior, ambos falecidos. Poeta excêntrico e inquieto, perquiridor, está completando 32 anos de morto, mas festejado em absoluto silêncio.

Pouco citado e omitido em antologias e estudos sobre o movimento de 1922, Murilo Mendes é hoje um poeta que tem uma obra definida, pessoal, livre de alguns chavões do próprio grupo modernista, poeta alheio a grupos, sempre trabalhando isoladamente, construiu uma obra bastante pessoal, enriquecendo-se de um universo lingüístico, quanto na experimentação formal, a cada novo livro publicado.

Inúmeras foram suas aventuras intelectuais inconformistas: "conciliador de contrários, incorporador de eterno ao contingente", como disse Manuel Bandeira, procurou restaurar em colaboração com Jorge de Lima, a poesia em Cristo, intentou disciplinar o caótico e o pânico, aspirou a inaugurar no mundo o estado de confusão transcendente, contendo a abundante inspiração e a contundente inventiva nos versos de intensas sintaxes e insuperável rigor.

Murilo Monteiro Mendes nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 13 de maio de 1901, onde iniciou seus estudos primários e secundários, continuados em Niterói, mas logo interrompidos. A partir de 1920, fixa residência no Rio de Janeiro e torna-se, pouco depois, amigo do pintor Ismael Nery, que teria grande influência em seu espírito. A década de 20 é a do desenvolvimento do movimento modernista, que eclode com a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Apesar de não ter participação ativa, o poeta declara: "Em 1922 eu estava no Rio, olhando de longe e com simpatia o movimento, mas sem aderir oficialmente, porque nunca tive instinto gregário, o que sempre me impediu de fazer parte de qualquer grupo".

Mário de Andrade assinala, no seu famoso ensaio *A poesia*, de 1930, que neste ano o que marca a poesia brasileira é a publicação de quatro livros: *Alguma Poesia* de Carlos Drummond de Andrade; *Libertinagem* de Manuel Bandeira; *Pássaro Cego* de Augusto Frederico Schmidt e *Poemas de Murilo Mendes*: "Todos são poetas feitos, e embora dois deles só apareçam agora com seus primeiros volumes, desde muito que podiam ser poetas de livro. Mas quiseram escapar dos desastres quase sempre fatais da juventude. Se fize-

\* Jornalista, pesquisador e professor universitário.

ram e fazem versos não é mais porque sejam moços, mas porque são poetas".<sup>1</sup>

Mário refere-se aos estreantes Drummond e Mendes. Sobre o livro afirma ele: "...historicamente é o mais importante dos livros do ano. Murilo Mendes não é um surrealista no sentido de escola, porém me parece difícil da gente imaginar um aproveitamento mais sedutor e convincente da lição surrealista. Negação da inteligência superintendente, negação da inteligência seccionada em faculdades diversas, anulação de perspectivas psíquicas, intercâmbios de todos os planos, que não exemplifico porque são todo o livro. O abstrato e o concreto se misturam constantemente, formando imagens objetivas".

Com a publicação de *Poemas*, modesta edição impressa em Juiz de Fora, paga por seu pai e prêmio da Fundação Graça Aranha, inicia-se nessa época, um segundo momento do modernismo, menos voltado para as contestações e mais voltado ao desenvolvimento de suas idéias. A partir de então, temos um Murilo Mendes modernista, surrealista, místico, messiânico, anárquico, barroco, católico e vanguardista. Os poemas dessa primeira fase parecem casos típicos de antropofagia, como, por exemplo, o da Família Russa no Brasil, vitimado pelo caráter antropófago da nossa civilização, que Oswald de Andrade, por uma das suas extraordinárias intuições, soube pôr em evidência, num movimento cuja significação capital somente anos depois se poderia reconhecer:

O Soviete deu nisto,  
seu Naum largou de odessa numa chispada,  
abriu vendinha em Botafogo,  
logo no bairro chique.

Veio com a mulher e duas filhas,  
uma delas é boa posta de carne,  
a outra é garotinha mas já promete.

A publicação desse livro, de alguém considerado como "um dos poetas mais interessantes desse momento", atinge a riqueza e obtém todo o rendimento do seu lirismo, numa imersão defi-

nitiva e fatal. É uma obra em que o poeta é um homem para quem o mundo exterior existe. Murilo trouxe uma contribuição pessoal e nova que bastaria para assinalar o desejo de uma forma essencial, isenta de qualquer intemperança efusiva. Ou seja: "Com o sr. Murilo a poesia brasileira parece ter perdido irremediavelmente o pé. Dir-se-ia que nenhum ponto de apoio, nada mais, a sustém, e que ela voga equilibrando-se como pode, ao sabor das ondas insubordinadas da imaginação".<sup>2</sup>

Seu segundo livro *História do Brasil*, onde os fatos da história brasileira são demolidos anárquica e irreverentemente, numa atitude que se aproxima da desmoralização cujo intento é rever a história de uma outra ótica, opondo-se aos manipuladores de interesses. Esse livro, que segundo Aníbal Machado é mais fiel que o de Rocha Pombo, é mais sintético que o de João Ribeiro, e a única verdadeira. "É sem dúvida o primeiro livro de versos sobre os fatos do Brasil, onde o poeta colheu as passagens mais graves dos quatrocentos anos de nossa existência política para o registro sóbrio e pitoresco". Vejamos *Preparativos da Pescaria*:

Qualquer dia eu dou um grito,  
Mando às favas Portugal,  
Toda a corte de Bragança.  
Qualquer dia dou um cascudo  
No tal de ministro inglês.

Meu pai não fez coisa alguma  
Por vocês, ó vrazileiros.  
Se meu pai disse que fez  
Ele mente pela gorja.  
O que fez o rei de bom  
Não foi ele, meus meninos,  
Foi o conde de Linhares.

Apesar de os versos provocarem risos e o imprevisto da linguagem que nele parece uma vocação, no fundo do que se mostra como mera brincadeira, existe um tom de melancolia disfarçada. A vivacidade crítica salta da primeira à úl-

1 ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. Rio, América Editora, 1943.

2 DANTAS, Pedro. *Crônica Literária*. Rio, A Ordem, 1930.

tima página da História do Brasil, cuja leitura é um prazer, onde o autor se mete nos assuntos mais sérios para apreciá-los com leveza sintética e sutil. É um livro de humor, mas também de pensamento, extraindo conceitos impressionantes de fatos que em outros provocariam apenas a deformação da charge ou da paródia. Uma obra destinada a fazer sorrir mas também, não raro, a meditar.

Tempo e Eternidade, título referente a uma passagem bíblica, lançado em 1935 juntamente com o poeta alagoano Jorge de Lima, narra um episódio de solidariedade ao Cristo. O livro reúne dois autores de temperamento e expressão diversa, mas unidos na causa pelo mesmo desejo de servir liricamente ao credo religioso que os empolgou. Com esse livro, Murilo parece ter abandonado para sempre o culto da epigrama cortante que todos retinham na memória e todos os amigos do humor repetiam. Agora, o que lhe interessa é cantar aquelas entrevisões da alma profunda em que se comprazem os iluminados da poesia católica. Vamos encontrar ainda uma poesia totalmente rumo a Deus; ao contato de Deus, tudo se diviniza. Todo o seu fervor, todo o seu grande deslumbramento vem de Deus e vão para Deus. É dali que vem o sentido universal, amplo, envolvente e grandioso da poética de Murilo Mendes, todas virtudes cristãs, principalmente a piedade. O co-autor da coletânea é o poeta serenidade, da majestade e do amor a Deus, o poeta do deslumbramento divino.

Eu sou da raça do Eterno.  
Fui criado no princípio  
E desdobrado em muitas gerações  
Através do espaço e do tempo.  
Sinto-me acima das bandeiras,  
Tropeçando em cabeças de chefes.  
Caminho no mar, na terra e no ar.  
Eu sou da raça do Eterno,  
Do amor que unirá todos os homens:  
Vinde a mim, órfãos da poesia,  
Choremos sobre o mundo mutilado. \*

A Poesia em Pânico (1936-1937), publicada no ano seguinte, é uma obra onde o autor das

Metamorfoses (1941) tenta conciliar a sua existência aprisionada com a criação poética libertadora. É a bipartição entre Deus e a Musa, pois a Igreja lhe disputa o amor da Musa, esta vence e recolhe o amor que deveria ser consagrado à igreja, e o poeta fica em pânico a identificar mulher e pecado, segundo a linha que vem da Tentação e da Queda. O tom é de denúncia e a temática central dessa obra é a procura da conciliação, e o próprio poeta nos diz o seguinte: "Preocupei-me com a aproximação de elementos contrários, a aliança dos extremos, pelo que dispus muitas vezes o poema como um agente capaz de manifestar dialeticamente essa conciliação, produzindo choques pelo contato da idéia e do objeto díspares, do raro e do cotidiano, etc. Palavras extraídas tanto da Bíblia quanto dos jornais, procurando mostrar que o social não se opõe ao religioso".

Eu me sinto um fragmento de Deus  
Como sou um resto de raiz  
Um pouco da água dos mares  
O braço desgarrado de uma constelação.

A matéria pensa por ordem de Deus,  
Transforma-se e evolui por ordem de Deus.  
A matéria variada e bela  
É uma das formas visíveis do invisível.  
Cristo, dos filhos do homem és o perfeito.

Na Igreja há pernas, seios, ventre e cabelos  
Em toda parte, até nos altares.  
Há grandes forças de matéria na terra  
/no mar e no ar  
Que se entrelaçam e se casam  
/reproduzindo  
Mil versões dos pensamentos divinos.  
A matéria é forte e absoluta  
Sem ela não há poesia.

Ainda sobre o livro, Mário de Andrade dedicou um violento artigo<sup>3</sup>, onde procura mostrar os equívocos do seu percurso poético em relação à religião. Embora fosse também católico, Mário

3 ANDRADE, Mário de. A Poesia em Pânico. In *O Empalhador de Passarinho*. São Paulo, Editora Martins, 1946.

foi muito infeliz no cometer imperdoáveis erros, ou seja, incompreensão do processo de sua obra, ao afirmar que: "...além de um não raro mau gosto, desmoraliza as imagens permanentes, veste de modas temporárias as verdades eternas, fixa-se anacronicamente numa região do tempo e do espaço o Catolicismo, que se quer universal por definição. Nesse sentido, o catolicismo de Murilo Mendes guarda a seiva de perigosas heresias".

Com *O Visionário* (1930-1933), Murilo retoma alguns temas já apresentados no seu livro de estréia, ao questionar o mistério do tempo, "...que se manifesta simbolicamente na mulher, guardiã, em seu corpo, da semente que faz brotar a vida, pois seu ventre é o depositário do passado e do futuro, amadurecendo e se renovando a cada gestação". Vejamos *Choro do poeta atual*:

Deram-me um corpo, só um!  
Para suportar calado  
Tantas almas desunidas  
Que esbarram umas nas outra,  
De tantas idades diversas;  
Uma nasceu muito antes  
De eu aparecer no mundo,  
Outra nasceu com este corpo,  
Outra está nascendo agora,  
Há outras, nem sei direito,  
São minhas filhas naturais,  
Deliram dentro de mim,  
Querem mudar de lugar,  
Cada uma quer uma coisa,  
Nunca mais tenho sossego.  
Ó Deus, se existis, juntai  
Minhas almas desencontradas.

Sua primeira tentativa na prosa é *O Discípulo de Emaús* (1945), composto de algumas centenas de aforismos, em que ele diz: "Passaremos do mundo adjetivo para o mundo substantivo". Murilo passou por vários estágios, explodindo ou implodindo no seu próprio âmago conflitante. É nessa época, que o poeta colaborou com frequência na imprensa brasileira, escrevendo muito sobre música, como por exemplo em *Letras e Artes*, suplemento do jornal *A Manhã*, publicando uma longa série de artigos intitulado *Formação de Discoteca*, onde revelou seu atuante e profundo conhecimento de música, além de escrever também sobre artes plásticas.

O sensualismo permeado por uma visão mágica é outra área de conflito, que, junto à religiosa e a surrealista, formam a base de sustentação da poesia de Murilo Mendes, como se essas transcendências ou exuberâncias verbais se conjugassem no infinito. Esse conflito, jamais resolvido e sempre renovado, entre forma e transparência, tornou necessário recorrer à noção de polivalência ou autonomia, para compreendê-la e avaliá-la devidamente. Sempre a experimentar novos caminhos formais e temáticos, delineando seu autorretrato, nas suas obras seguintes, evidenciará a indefectível consciência literária, lutando até o fim por conciliar os opostos de sua formação, para ganhar concisão e colocar-se entre os maiores poetas do tempo.

Aparentemente hermético, Murilo Mendes é um dos nossos poetas, que viveu em comunhão mais estreita com o mundo, com as variações sociais, políticas e morais do tempo. Essa era uma das características de sua obra desde *Poesia Liberdade* (1943-1945), publicado em 1947. Nesse livro, Murilo Mendes apresenta duas séries de poemas enfeixados, que testemunham e refletem o que houve de mais terrível nesses dois anos: a guerra e as decepções provenientes dos efeitos da própria guerra e da paz ainda longínqua. Murilo sabe que a função do poeta é a de ser aquele "ouvido resistente" que "poderá perceber o choque do tempo contra o altar da eternidade". *Poesia Liberdade* é o grito do homem livre contra o absurdo da guerra, num mundo em que "o homem é a cobaia do homem", em que "a cruz gerou um universo de cruces", o poeta vagueia "pelos campos semeados de metralhadoras". Resulta daí uma poesia de contraste, de conciliação dos contrários, do estímulo de liberdade interior. Vejamos o poema *Os Pobres*:

Chegam nus, chegam famintos  
À grade dos nossos olhos.  
Expulsos da tempestade de fogo  
Vêm de qualquer parte do mundo,  
Ancoram na nossa inércia.

Precisam de olhos novos, de outras mãos,  
Precisam de arados e sapatos,  
De lanternas e bandas de música,  
Da visão do licorne  
E da comunidade com Jesus.

Os pobres nus e famintos  
Nós os fizemos assim.

Em 1949 o poeta mineiro apresenta-nos *Janela do Caos*, seleção de seus dois volumes anteriores, e cinco anos depois *Contemplação de Ouro Preto* (1949-1950), onde a forte dosagem da poesia religiosa se faz presente, sendo o resultado de uma viagem de volta à sua Minas Gerais. Não obstante a atmosfera surrealista, o barroquismo domina amplamente e cuja escolha do tema, deve-se a sua importância histórica e sua luminosa beleza. A linguagem profética lhe fornece suas figuras e metáforas, pois a visão tem sempre uma dupla carga: negativa, quando se refere ao presente, e positiva quando o que vê tocar a eternidade. Segundo Flora Sussekind, num brilhante estudo, diz ser o poeta "testemunha, olho do mundo, exilado, observador visionário, escravidão: epítetos geralmente atribuídos aos profetas são transferidos em Murilo, para o poeta-profeta".<sup>4</sup> Vejamos o soneto *Montanhas de Ouro Preto*, dedicado a Lourival Gomes Machado:

Desdobram-se as montanhas de Ouro Preto  
Na perfurada luz, em plano austero.  
Montes contempladores, circunscritos  
Entre cinza e castanho, o olhar domado

Recolhe vosso espectro permanente,  
Por igual pascentais a luz difusa  
Que se reajusta ao corpo das igrejas,  
E volve o pensamento à descoberta

De uma luta antiqüíssima com o caos,  
De uma reinvenção dos elementos  
Pela força de um culto ora perdido,

Relíquias de dureza e de doutrina,  
Rude apetite dessa cousa eterna  
Retida na estrutura de Ouro Preto.

O certo é que, desde seu primeiro livro, já estão presentes a dimensão erótica e a inquietação espiritual, visto que alguns críticos de tendências diversas concordam em apontar sua excentricidade em

nossa literatura. O próprio poeta contribui de forma acentuada nesse sentido, com inúmeros poemas onde há caracterização de um "eu" rebelde, múltiplo e desorganizado. Portanto o discurso muriliano entra em cena num momento em que a situação política se encontra em aberto, e exige uma decisão.

Era a Revolução de 30, o fim da hegemonia da burguesia do café e o aparecimento de uma nova forma de Estado, caracterizada por uma maior centralização, pelo intervencionismo e por um acordo que se dá entre as várias frações burguesas. Daí a grande importância de sua obra e de sua concepção de história, pois o poeta não apenas se converte ao catolicismo, mas também a sua linguagem poética é convertida a ele. Portador de uma linguagem freqüentemente solene, ou, como afirma José Guilherme Merquior, "o que Murilo tem de sacro tem de plástico"<sup>5</sup>, ou seja, ele renova sua poesia pela incorporação aberta ao moderno, sobre a vitória dos novos poemas, graças à audácia de suas imagens e do feito irredutível de seu ritmo. Esse visionário se apresenta com uma luminosidade total.

Bumba-meu-poeta, composto à maneira folclórica do bumba-meu-boi, é uma dramatização crítica da ordem social, em que a realidade brasileira é apresentada de forma alegórica:

#### A Família do Poeta:

Salve, salve, seu poeta.  
Você hoje anunciou  
Que vai dar uma função  
Na praia do Acaba-mundo.  
Juntou-se a família toda  
para visitar você,  
trouxemos alguns vizinhos  
para engrossar a função.  
O Poeta

Se sentem sem cerimônia,  
Sejam bem-vindos, merci.  
Os mais malucos na frente  
- não têm medo de aplaudir -,  
os ajuizados, no fundo.

4 SUSSEKIND, Flora. *Murilo Mendes: um bom exemplo na história*. In: Revista Civilização Brasileira, nº7, jan. 1979.

5 MERQUIOR, José Guilherme. *A Razão do Poema*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

## O Professor

Seu moço me dê licença  
de vir arejar um pouco:  
Estou com a cabeça quente  
De tantas aulas que dei.

## O Poeta

Muito obrigado ao senhor,  
não me ensinou coisa alguma.  
Sendo assim caí no mundo,  
aprendi foi por mim mesmo  
sem o método Decrolly  
Louvada seja a burrice,  
não tentou meu professor  
a me ensinar coisa errada  
no deserto do colégio,  
coisa alguma me ensinou.

## A Primeira Namorada:

Também eu vim te rever...  
Você se lembra de mim?  
.....

Escrito nos anos de 1930/1931 e publicado na Revista Nova, de Paulo Prado, dois anos depois, integra a demolição modernista. Esse auto de Natal popular nordestino, que pode ser representado em praça pública ou em residência particular, só surgiria em forma de livro em 1959, no volume Poesias, reunião da obra completa até então. Com exclusão de História do Brasil e inclusão de novos livros Sonetos Brancos (1946-1948), Parábola (1946-1952) e Siciliana (1954-1955), resultante das viagens do poeta.<sup>6</sup> Sobre a obra muriliana, diz o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto: "sua poesia me foi sempre mestra, pela plasticidade e novidade de imagem. Sobre tudo foi ela quem me ensinou a dar precedência à imagem sobre a mensagem, ao plástico sobre o discursivo".

Em Murilo Mendes, vida e poesia caminham juntos, sempre na mesma direção, cada livro da longa obra do poeta juiz-forense em prosa e em versos, "escreve em ritmo marítimo, convulsivamente, em voragem, em vertigem, em voracidade, em veracidade, em estado de febre permanentemente, em estado de bagunça transcendente, em alucinação da cachola, sabendo que tudo é ritmo de cérebro do poeta". Murilo é um poeta cósmico, cuja preocupação com o fazer poético levou-o a uma constante reflexão sobre a estética, a fome estética que o consumiu até o fim.

Tempo Espanhol (1950), somente publicado nove anos depois em Lisboa, reúne cerca de setenta poemas inspirados na Espanha: em seus poetas, seus santos, seus artistas e suas cidades, o próprio convívio diário, a convivência do cotidiano espanhol. É, na realidade, sua solidariedade à Espanha problemática e antológica, onde o autor testemunha *in loco*, e vai mostrando em toda a extensão, um aspecto de sua história. Conforme observa Haroldo de Campos, é um livro "domado e severo, de maturada maturidade",<sup>7</sup> enquanto que Merquior em 1960 já falava seguramente da "Concisão, Arquitetura nítida, maravilhosamente adequada ao retrato de uma terra onde a clareza da paisagem é um convite à lucidez".<sup>8</sup> Em homenagem ao amigo Joan Miró escreve:

Soltas a siglas, o pássaro, o losango.  
Também sabes deixar em liberdade  
O roxo, qualquer azul e o vermelho.  
Todas as cores podem aproximar-se  
Quando um menino as conduz no sol  
E cria a fosforescência:  
A ordem que se desintegra  
Forma outra ordem ajuntada  
Ao real - este obscuro mito.

A estrutura intelectual do poeta, na busca constante de uma forma, não o separa dos outros homens, isolando-o na sua cela de artesão ou nas diversas frentes da atividade e da sensibilidade

6 O livro *História do Brasil* teve uma 2. edição em 1991, pela Nova Fronteira.

7 CAMPOS, Haroldo de. Murilo e o Mundo Substantivo. In: *Metalinguagem*. Petrópolis Ed. Vozes, 4. ed. 1967. São Paulo Editora Perspectiva, col. Debates nº247, 1992.

8 MERQUIOR, José Guilherme. *A Razão do Poema*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

humana. Encontramos um Murilo Mendes voltado para a experiência modernista, participante em cada instante da vida. O certo é que, quando aparecem os Poemas, o modernismo já tinha feito o seu tempo; uma nova e profunda insatisfação reina no espírito dos seus próprios criadores. O movimento ia perdendo cada vez mais os seus adeptos: Manuel Bandeira escreve "Vou-me embora pra Pasárgada" e Murilo converte-se com Jorge de Lima o catolicismo. "Poemas" é a espinha dorsal de toda a poesia muriliana; nasce numa atmosfera rarefeita e suspensa na busca de um Cristo moderno e humaníssimo, ou do equilíbrio por via transcendental. Esse discurso, que seria depois válido para toda a obra posterior – visto que todos os fermentos e estímulos que encontramos nas obras seguintes – já estão aqui em embrião.

Em *Convergência* (1970), o poeta desenha grafitos verbais e ainda pratica os exercícios vocabulares dos barrocos, com seus inúmeros neologismos, onde a radicalidade da invenção se faz presente e em cujos poemas se mostram em afinidade aos experimentos semânticos e fônicos os mais variados, além dos recursos a sinais gráficos das vanguardas poéticas, como a poesia concreta, e o próprio poeta se fez presente nas páginas da revista concretista, *Invenção*. Enfim, Murilo Mendes explora exaustivamente todas as possibilidades, montando e desmontando os jogos semânticos, traduzindo em palavras os novos tempos e integra-se às novas tendências da arte literária. Ou seja: "É resultado de um projeto e não de uma aderência". Na realidade o poeta não aderiu a novidades, mas consumou um longo projeto: a evolução consciente de toda uma experiência de vida e criação. Vejamos o poema *Murilograma a Cecília Meireles*:

Dorme no saltério & na magnólia,  
Dorme no cristal & em Cassiopéia.

Dorme em Cassiopéia & no saltério,  
Dorme no cristal & na magnólia.

O século é violento demais para teus dedos  
Dúcteis afeiçoados ao toque dos duendes:

O século, ácido demais para uma pastora  
De nuvens, aponta o revólver aos mansos

Inermes no guiar & columbrando a paz,  
Armamentos em excesso, parquesombras  
/de menos

Se antojam agora ao homem, antes criado  
Para dança, alegria & ritmos de paz.

A faixa do céu Glauco indica-te serena,  
Acolhe a ode trabalhada, nãoogemente

Que ainda quer manter linguagem paralém.  
Altas nuvens sacodem as crinas espiando

Teu sono incoativo. A noite vai inoltrada,  
Prepara úsnea de sede à ságoma da tua lira

Que subjaz no corpo interrompido, diamante  
Ahimê! Mortal que os deuses reclamaram.

Dorme em Cassiopéia & no saltério,  
Dorme no cristal & na magnólia.

Na Europa, onde vivia desde 1959, especialmente em Roma, onde havia fixado sua residência, e exercia seu labor de professor de literatura brasileira, além de divulgar nossa cultura. Murilo estabelece também um vínculo concreto com a cultura européia, realiza inúmeras conferências em universidades e se tornava aos poucos cada vez mais presente. Conhece escritores e artistas como: André Breton, Guisepe Ungaretti, Alberto Magnelli, Albert Camus, René Char, Ezra Pound, etc. e publica em jornais e revistas e tem várias de suas obras traduzidas para o francês, espanhol e italiano. É nesse universo plural que ele invade outras linguagens, ultrapassando a existência de um projeto poético estabelecido, e em 1971 recebe o Prêmio Internacional de Poesia Etna-Taormina.

*Poliedro* (prosa) publicado em 1972, um ano antes dos *Retratos-Relâmpagos*, seu último livro, é um descompromisso total com as formas até então vigentes de sua poesia. Rico, novo, mostrando que o mundo do poeta está ainda em constante efervescência. Deprimido, dominado pela angústia, mas entregue ainda à invenção de sua poesia, na casa de seu sogro Jaime Cortesão, no bairro da Estrela em Lisboa, onde se encontrava de férias, morre Murilo Mendes subitamente de

infarto, às 22 horas e 30 minutos, do dia 13 de agosto de 1975, aos setenta e quatro anos e três meses exatos.

Murilo deixou-nos uma obra ampla, indo da sátira aos temas religiosos (era profundamente católico), da irreverência lírica ao tom apocalíptico e do desassossego surrealista ao verso tenso e rigoroso. Além de vários livros inéditos: Carta Geográfica, Espaço Espanhol, Janelas-Verdes, Retratos-relâmpagos (2ª série), A Invenção do finito, Conversa Portátil, Papiers (texto original em francês) e Ipotesi (texto original em italiano). Murilo Mendes é um poeta fascinante e estranho à primeira

vista, pela liberdade criadora. Sua poesia da fase inicial, fortemente acentuada pela influência surrealista, manifesta-se de um modo livre, apropriado à sua própria norma poética. É sem dúvida um dos nossos poetas mais difíceis e irregulares, construindo em sua poesia um mundo vizinho do onírico, interpenetrante aos planos real e metafísico, consubstanciando a visão agônica de um mundo decadente, amargurado e sofrido, desunido pela guerra. Sua poética, altamente simbólica, revela mais do que um modernista, o criador de uma poesia magistral, espiritualizada, que tenta transmitir a eternidade da existência pós-morte.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. 1980. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix.

CÂNDIDO, Antonio. 1975. *Presença da Literatura Brasileira – Modernismo*. Rio de Janeiro, Difel.

MARTINS, Wilson. 1973. *O Modernismo*. São Paulo, Cultrix.

MOISÉS, Massaud. 1989. *História da Literatura Brasileira – Modernismo*. São Paulo, Cultrix.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1969. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

WELLEK, René. 1980. *Conceitos de Crítica*. São Paulo, Cultrix.

## ACADEMIA DOS REBELDES: UMA PROPOSTA MODERNISTA NA BAHIA

Ângelo Barroso Costa Soares<sup>1</sup>

*In memoriam*

Três grupos literários são responsáveis pela introdução ou implantação do modernismo na Bahia, o primeiro denominado Grupo da Baixinha, já estudado pelo poeta Nonato Marques, remanescente do grupo, quando publicou *A poesia era uma festa*. O segundo grupo que recebe o nome da revista deles denominado Arco & Flexa, também já estudado pela professora Ívia Alves; o terceiro grupo, denominado Academia dos Rebeldes, foi estudado por mim na dissertação de mestrado intitulada *Academia dos Rebeldes: modernismo à moda baiana*. Esse terceiro grupo, formado de jovens escritores surge na Bahia no final dos anos vinte e início dos anos trinta, na provinciana cidade de Salvador, quando a Academia de Letras da Bahia já estava criada, desde 1917, e era tida como o lugar mais cobiçado da cidade pela elite intelectual baiana.

A Academia dos Rebeldes, tendo como figura de proa Pinheiro Viegas, era formada por Jorge Amado, Sosígenes Costa, Áydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Edison Carneiro, Da Costa Andrade, De Souza Aguiar e Clóvis Amorim. Os cafés do então centro da cidade do Salvador eram pontos de encontros desse grupo, que participava das chamadas tertúlias, discutia questões literárias e políticas, como também pensava os novos rumos para a literatura que seus integrantes faziam.

No contexto de uma Bahia conservadora, esse grupo veio a representar a modernidade estética local, como resultado da inquietação de jovens pretendentes à carreira literária, que buscavam inovar a literatura e a cultura baiana. Desse esforço gregário, são editados dois periódicos, as

revistas *Meridiano* e *O Momento*, através das quais divulgaram seus trabalhos, ainda que num curto espaço de tempo.

A riqueza da experiência desse grupo atesta o vigor de uma geração que irrompe de modo transgressor, questionando os códigos estéticos de uma época. Assim, a princípio provocado por essas informações sobre os rebeldes, a idéia de estudar a Academia me seduzia, mas, ao mesmo tempo, os obstáculos da pesquisa se impunham, levando-me a pensar os caminhos metodológicos a percorrer. De imediato, era flagrante a lacuna na historiografia literária brasileira sobre a contribuição desse grupo na Bahia, algumas vezes, apenas referido nos compêndios de literatura.

Contudo, esse hiato vem justamente cercar meu interesse, por entender que é preciso explorar e conhecer as particularidades da cultura e da literatura brasileiras, especialmente a baiana, ao tempo em que este estudo encontra uma inserção no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana. Isso não significa reforçar uma compreensão restrita da diversidade de culturas, na qual uma articulação mais ampla com o contexto histórico é desprezada.

Constatando a lacuna mencionada, tornava-se necessário então, para a realização deste estudo, um levantamento de dados em publicações da época e em fontes primárias, a exemplo dos periódicos, localizadas em arquivos públicos do estado da Bahia, os quais nem sempre asseguram uma conservação satisfatória desses documentos, muitas vezes por falta de espaço, o que denuncia a ausência de políticas públicas de preservação da memória cultural desse estado.

<sup>1</sup> Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professor de Literatura da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Vencido o impacto dessa constatação, foram feitas visitas e consultas à Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Academia Baiana de Letras e Fundação Casa de Jorge Amado, ao Arquivo Público Municipal, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico, Centro de Documentação Baiana, ao Instituto de Estudos Brasileiros, em São Paulo, à Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, bem como aos acervos privados do historiador Waldir Freitas Oliveira, professor da Universidade Federal da Bahia, e do professor e pesquisador da literatura baiana Gilfrancisco Santos.

O escasso material produzido sobre a Academia dos Rebeldes tornou inevitável um levantamento de textos caracterizados como fontes primárias em arquivos públicos e privados, por entender que os periódicos, ou seja, revistas e jornais, constituem-se em material rico para o estudo da formação dessa agremiação. Em paralelo, foram realizadas leituras bibliográficas que trazem uma contribuição para construir o objeto de estudo ora apresentado.

Com esse levantamento, começava a se delinear o objetivo deste trabalho, que é estudar o modernismo na Bahia através da Academia dos Rebeldes. Para tanto, torna-se inevitável retomar o modernismo brasileiro, e até mesmo estabelecer um confronto entre o modernismo paulista e o baiano, para pensar a complexidade desse movimento e também suas variações nas diferentes regiões onde ocorreu.

Dada essa complexidade, impõe-se aqui a necessidade de explicitar o conceito de modernidade estética, entendida como um modo de ser que agrega um conjunto de experiências e valores éticos e artísticos defendidos e praticados no campo das artes e da literatura, resultando no movimento que ficou conhecido por Modernismo. Tal conceito abriga a idéia de conflitos e tensões, elaborado ainda em meio a uma crise dos valores filosóficos da modernidade ilustrada e à expansão da sociedade capitalista.

Marcados por um ideal utópico, negações e buscas, os textos fundadores da modernidade estética tecem críticas à racionalidade técnica, instaurando o "conflito entre a razão liberadora do imaginário e a razão instrumental do mundo capitalista", no dizer de Irleamar Chiampi.

A experiência da Semana de 22, fruto de uma consciência crítica, tem o intento de "fundar a modernidade cultural num Brasil sem modernização econômica e sem a propulsão dinâmica do embate entre poéticas artísticas", segundo Ana Maria Belluzo, crítica e historiadora de arte.

Ao emergir em São Paulo com a proposta de inovação, de ruptura, que caracteriza o "ser moderno", esse movimento ficou marcado como uma estética da transgressão, o que resultou em críticas ferrenhas àqueles que resistiam à ruptura, à negação do passado, como foi o caso de Monteiro Lobato. O autor de *Urupês* defendia uma inovação da literatura, a partir da incorporação de mitos, lendas e valores culturais tidos como tipicamente nacionais, e condenava os empréstimos estrangeiros, dos quais se valeram boa parte dos modernistas paulistas em seu diálogo com as vanguardas européias.

Também a atividade da crítica literária no Brasil, que por muito tempo esteve fortemente influenciada pelas inovações estéticas da Semana de 22 e experimentalismos da linguagem dos modernos, lançou um certo descaso pelos elementos da tradição dentro do modernismo.

Vale ressaltar que Silviano Santiago, no ensaio "A permanência do discurso da tradição no modernismo", destaca justamente a valorização que Mário de Andrade e Oswald de Andrade deram ao passado colonial do Brasil, em sua famosa viagem, já em 1924, a Minas Gerais, com o poeta franco-suíço Blaise Cendrars. A viagem dos jovens escritores paulistas a Minas Gerais "[...] marca uma data, momento importante para discutir a emergência, não só do passado pátrio (mineiro, barroco, etc.), mas do passado enquanto propiciador de uma manifestação estética primitiva (ou *naife*)".

É importante sublinhar o lugar da tradição no modernismo, a qual também se fez presente no itinerário estético da Academia dos Rebeldes. Buscando romper com as idéias retrógradas acerca de arte e literatura, os integrantes da Academia dos Rebeldes condenam o apego a uma tradição portuguesa, européia portanto, bem como o culto a uma literatura passadista ou a uma tradição erudita. No intuito de inovação da literatura, marcando ainda a necessidade de uma literatura brasileira, buscaram conhe-

cer e preservar a tradição popular local, desqualificada e marginalizada pela elite branca da Bahia, sem perderem de vista as questões sociais que emergem à época, retirando, assim, a literatura do pedestal.

Com essa percepção de mundo, os rebeldes tiveram uma participação ativa no cotidiano da cidade do Salvador, um forte envolvimento com a cultura popular local. Esses jovens escritores convivem com figuras populares da cidade do Salvador, como capoeiristas, estivadores, prostitutas, o que, seguramente, marcou a produção literária e intelectual de alguns, o que provam a literatura de Jorge Amado e os estudos etnográficos de Edison Carneiro, por exemplo.

Para uma análise do papel dessa agremiação, recorre-se aqui ao estudo de Paulo Santos sobre a formação dos quadros intelectuais na Bahia dos anos 30, quando era inevitável a ocupação de cargos públicos ou o magistério, e a construção de uma carreira política. Os postulantes à carreira intelectual desse período iniciavam suas atividades nos jornais locais, levados por amigos influentes ou parentes; dependiam, portanto, de um capital de relações sociais.

A peculiaridade dessa carreira tem uma explicação no incipiente campo literário do país, à época, quando ainda não se tinha uma profissionalização do escritor, numa terra de bacharéis. Até a década de 20 literatura e jornalismo se confundiam, a ponto de os diários serem escritos em 'linguagem empolada', inadequada para a veiculação de notícias. É interessante destacar ainda a observação de Machado Neto, ao afirmar, segundo Ortiz, que, no Brasil, as relações do intelectual com um público vão começar através dos meios de comunicação de massa.

Tendo em vista essa relação com o público, encontra-se uma explicação para a criação de revistas pelo grupo, como tantos outros grupos dessa natureza, pois dificilmente seus integrantes encontrariam oportunidade de publicar seus livros, num país em que o mercado editorial vai começar a se formar nos anos 30 do século XX. Apesar das dificuldades de publicação, o veículo revista vem a ser uma etapa para a carreira literária, pois só o livro, suporte altamente valorizado pelo universo letrado, confere ao indivíduo reconhecimento como escritor.

A pouca relevância dada à Academia dos Rebeldes encontra uma explicação na formação da historiografia literária. Seguidora da mesma lógica da história tradicional, feita de grandes vultos e "fatos" que forjaram a nação, a história da literatura, via de regra, não comporta práticas sociais, artísticas e culturais tidas como locais. Particularmente em relação ao modernismo baiano, os compêndios ignoram a trajetória dos rebeldes ou lhes dão pouca importância, ficando obliterada pela centralidade do modernismo paulista, que se passou como o modernismo de uma nação.

Essa lógica tem um rebatimento nos estudos desenvolvidos nos centros universitários, particularmente na Bahia, nos quais se constata, mesmo nos cursos de Letras, pouco ou quase nada escrito sobre a Academia dos Rebeldes ou acerca do modernismo baiano. Alguns trabalhos vêm de professores que desenvolveram estudos do modernismo, os quais, muitas vezes, apesar do intento de valorização da produção local, buscam ver procedimentos estéticos inovadores dessa academia, guiados que estão pela noção de ruptura.

Destaque-se aqui a contribuição do trabalho acadêmico de Ívia Alves sobre o grupo Arco & Flexa, contemporâneo aos rebeldes, analisado no livro *Arco e Flexa contribuição para o estudo do modernismo* (1978). Antônio de Barros, professor da matéria literatura brasileira da Universidade Federal da Bahia, hoje aposentado, em seu prefácio a esse livro destaca o pioneirismo da pesquisadora no estudo das repercussões do modernismo de 1922 em *Arco e Flexa*, a revista desse grupo.

Entre alguns leitores de Jorge Amado, pelo menos o nome Academia dos Rebeldes é conhecido, por ser referido em alguns textos produzidos pelo escritor. Edison Carneiro, com seus estudos etnográficos, também ficou de certo modo conhecido, apesar da divulgação restrita de seus trabalhos, entre pares. Só há pouco tempo foi revisitada a obra de Sosígenes Costa pelo crítico José Paulo Paes, trabalho feito também por Gilfrancisco Santos, ainda por um grupo de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, por Hélio Pólvora e a Fundação Cultural de Ilhéus, o Conselho Estadual de Cultura e a Academia de Letras da Bahia.

Num contexto altamente conservador, a emergência de um grupo como o dos rebeldes acena-

va com propostas inovadoras, contagiadas por um ideal utópico, marcando uma época e, de certo modo, deixando sementes para seguidores. Agremiações dessa natureza se formaram durante todo o século XX, expondo suas variações no tempo e no espaço, na expectativa de se materializar as inquietações do pensamento e da criação.

Os rebeldes esboçaram uma série de propostas sintonizadas com questões políticas e culturais da época, movidos por um ideal utópico. Comum a todas essas agremiações, está o intento de se criar um espaço de veiculação das idéias e das produções literárias, como uma forma de conhecimento e reconhecimento perante um público.

Visando a um entendimento da atuação dos rebeldes, é traçado um painel da Bahia no começo do século XX, a qual vive um profundo marasmo intelectual, político e econômico, persistindo um modelo agro-mercantil, com grandes latifúndios e oligarquias de coronéis que controlavam o poder político, impedindo reformas. Desse modo, recorre-se aqui a alguns estudos desenvolvidos sobre o processo de urbanização de Salvador nos anos 20, uma insuficiente modernização que se testemunha na capital.

Nessa época, Salvador, sua capital, também conhecida como a cidade da Bahia, era um centro cultural ainda preso a uma arte passadista. Nas relações sociais, permanecia o modelo "casa grande e senzala", com uma elite burguesa habituada a ser servida por escravos, enquanto o Sudeste passava por um processo de desenvolvimento industrial.

Na tentativa de acompanhar o surto civilizatório de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com reformas urbanas inspiradas na modernização de Paris, Salvador também almeja alterar sua feição urbanística, para deixar para trás as marcas da colonização, em especial, a "mancha" da marca da cultura africana.

A partir de uma análise da formação na Bahia, do grupo que ficou conhecido como "Academia dos Rebeldes", entre o final dos anos 20 e início de 30. Sua emergência ocorre em um contexto em que o modernismo produz um pensamento e uma sensibilidade estética atentos às questões nacionais e identitárias. Essa agremiação se forma com jovens que se mostravam insatisfeitos com os rumos da literatura que se produzia na

Bahia, ainda conservadora, marcada pela estética simbolista e, principalmente, parnasiana.

Esses aspirantes à carreira intelectual e literária contribuíram com jornais produzidos na Bahia, espaço por excelência para escoamento de suas produções. As histórias pessoais dos integrantes da Academia dos Rebeldes atestam a inquietação desses jovens, que testemunham as transformações ocorridas além da divisa territorial do estado da Bahia.

O grupo produziu dois periódicos: *Meridiano* e *O Momento*. A produção e a circulação dos periódicos, revistas que veicularam na Bahia textos que sinalizam o desejo de inovação, marcando, assim, a atividade literária do grupo dos rebeldes. Num país sem tradição de leitura, os periódicos, a partir do século XIX para cá, cumpriram um papel importante na formação de um público leitor, ainda que pequeno.

Para os rebeldes, essa mídia impressa materializa a oportunidade de divulgação de suas produções e se torna o canal que leva seus textos e suas novas idéias até aos leitores das camadas médias urbanas da cidade do Salvador, onde uma elite intelectualizada reclama por eventos culturais, muitos deles anunciados nessas revistas.

O gênero revista, que se torna, durante um longo tempo, veículo ideal de divulgação, alcançando uma popularização no Brasil, fato que tem uma explicação histórica. Regido por um sistema escravocrata, o país conheceu muito tardiamente a imprensa, passou por uma grande censura, aliando-se a isso a falta de uma população alfabetizada ou de escolarização precária.

Marcadas como veículos de "variedades", essas revistas disseminam a concepção de literatura que tinham os rebeldes. Também através delas é possível depreender um ideal de modernização do início do século XX, orquestrado nacionalmente. O número excessivo de anúncios publicitários das revistas é sintomático de uma capital que aspira tornar-se moderna. Suas diferentes seções, como a política, social e cultural permitem delinear um retrato das camadas médias urbanas da Bahia, particularmente, o segmento burguês dos anos 30, conservador, ainda apegado às tradições.

A história da Academia dos Rebeldes pode ser feita com base nesse tipo de periódico, documento que confirma que uma história não se tece ape-

nas com grandes personagens. Do mesmo modo, a literatura também não é feita exclusivamente de grandes escritores. Muitas vezes, são os escritores principiantes que, com uma ainda escassa produção intelectual, abrem caminhos, preparando a estrada para grandes nomes que se destacam na cultura brasileira. E abrir caminhos é uma prática muito peculiar à cultura afro-baiana. Afinal, todos os dias convive-se com Exú, uma entidade da religião africana que cuida da abertura e

da guarda dos caminhos para Ogun, o Orixá das estradas.

A Academia dos Rebeldes abriu caminhos, como numa cerimônia do encantado, em que se abrem os trabalhos fazendo o padê de Exú para a carreira intelectual de Jorge Amado, Edison Carneiro, Sosígenes Costa, Pinheiro Viegas, Áydano do Couto Ferraz e outros que, militando no Partido Comunista Brasileiro, souberam conviver e defender a minoria que praticava o culto afro-brasileiro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ívia. *Arco & Flexa contribuição para o estudo do modernismo*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

\_\_\_\_\_. *Arco & Flexa: mensário de cultura moderna*. Ed. fac-similar. (1928-1929). Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. A modernidade como paradoxo. Modernidade estética no Brasil. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHIAMPI, Irleamar (Coord.). *Fundadores da modernidade*. São Paulo: Ática, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Prefácio de José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Record, 1968.

MERIDIANO: Revista de vanguarda. Salvador, n. 1, set. 1929.

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira*. (1920-40). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Pau-

lo: Companhia das Letras, 2001.

O MOMENTO. Salvador, n.1, 1931.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 2, 1931.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 3, 1931.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 4, 1931.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 5, 1931.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 6, 1932.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 7, 1932.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 8, 1932.

\_\_\_\_\_. Salvador, n. 9, 1932.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

SAMBA: mensário moderno de letras, artes e pensamento. Ed. fac-similar, n.1(nov.1928); n.2, dez.1928); n.3 (fev.1929); n.4 (mar.1928). Salvador: Conselho Estadual de Cultura.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000.

## DOCUMENTÁRIOS E O SENTIDO HISTÓRICO DO POPULAR NO BRASIL

Mauro Luciano Araújo\*

Documentário hoje se aceita como sendo uma prova, uma evidência da realidade, do real. Mas quando nos aprofundamos no conceito de realidade há mais confusão do que o contrário. Preferimos então usar um caminho que Manuela Penafria, estudiosa do tema, se utiliza:

Os documentários são definidos pela sua relação com o mundo histórico. (...) não é algo que imaginamos; trata-se da "realidade bruta" onde os objetos colidem, ocorrem ações e forças que se impõem. Com ele, o documentário, não é a representação de uma realidade imaginária, mas a representação imaginativa do "mundo histórico". (PENAFRIA, 1999: p 25).

Há ressalvas ao que Penafria diz sobre filmes não-ficcionais quando nos aprofundamos nessa tal "realidade bruta" sobre a qual escreve. Só que, no momento, não precisamos entrar nessa discussão, mas sim no que ela chamou de mundo histórico. O mundo histórico é narrado, contado – portanto é adquirido como um pedaço do mundo. Um pedaço que compramos – seja sob a forma de mercadoria ou discurso ideológico – nós acreditamos, nos deixamos acreditar que o que se vê é verídico e, a partir daí, fazemos parte do que se mostra.

Assim, o documentário é como se fosse uma reportagem do, e ao mundo histórico, uma transposição de nossa subjetividade a uma objetividade tão procurada desde que nos entendemos como modernos, e que as ciências exatas teimam em dogmatizar nas academias, até mesmo nos

centros, laboratórios e departamentos das ciências humanas.

Objetiva é também o nome da lente da câmera. Ela capta o que os olhos não conseguem ver, no mais das vezes, assim como capta o que os olhos vêem, mas preferem deixar passar. Ela torna o enquadrado, o captado, o gravado em algo utilizável, que pode ser guardado ou manipulado, mais tarde vendido, difundido. O documentário usa as imagens em movimento, as gravações que se fizeram do mundo, e as transforma num discurso. Desde que se conhece o cinema que sabemos como uma narrativa histórica define o que se vê no *écran* (tela).

## DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA DO REAL

Agora, o que se aceita nas histórias (escritas) do cinema é que as primeiras imagens captadas pelos irmãos Lumière e sua equipe eram documentários. Na verdade o que se entende por documentários hoje em dia vem de uma concepção da época em que o cinema ainda tinha sua força na difusão de realidade, uma particular possibilidade que se mostra como característica ideológica – particularidade que foi definitivamente usada nas teorias e filmes de Grierson e pela sua Escola Documentarista Britânica. De *documentaires*, franceses, passamos para o *documentary* inglês, algo mais científico, mais empiricamente elaborado, mais *novus*. Como a modernidade demanda.

As técnicas avançam no ritmo da revolução industrial. A realidade que um dia foi captada

\* Jornalista e membro do Cecine/UFS – Centro de Estudos Cinematográficos da UFS

pelos Lumiére muda rapidamente. Coube aos rusos, como Dziga Vertov, proporcionar esse avanço estético aos filmes documentários. Esses foram resgatados posteriormente pelo “criador” da palavra documentário no cinema, o inglês John Grierson. O mais irônico é que Vertov desenvolvia seus filmes bem antes da instituição do conceito usado – ele chamava os filmes de verdade do olho (Kino-Pravda, vinda do Kino-Glaz). Este cineasta influencia muito a produção cinematográfica soviética de seu tempo e diretamente o mais conhecido teórico e cineasta da Rússia, Serguei Eisenstein.

Eisenstein, mais tarde, foi estudado insistentemente pela escola do *Documentary*, de Grierson. O estilo russo de vanguarda foi criador de uma nova realidade aos filmes, como já falado, mas também de um novo ritmo e concepção da imagem. A montagem como divulgadora de pensamentos se transforma no que se entende por filme e documentário até hoje em dia. Os filmes que se propõem como “reais” hoje possuem um discurso muito presente, e rejeitam qualquer ambigüidade – seguem uma linha fortemente liderada pelo cinema clássico e por Eisenstein e o cinema russo (muito mais no documentário). O real deve ser então encarado como um produto tanto da narrativa do filme quanto de algum emissor, seja este um autor ou uma indústria midiática.

Documentário é também cinema. O mais admirado cineasta tanto pelos franceses como o crítico André Bazin, quanto pelos ingleses da Escola Britânica, era Flaherty. Este tinha um estilo bem direcionado por uma estética fantasiosa. Era documentarista porque fez o trabalho etnográfico ir para as telas do cinema – algo que surpreendeu Grierson. Em *Nanook do Norte* (1922) Flaherty estrutura a narrativa documentária como Griffith estrutura a ficcional. É a partir desse contexto que, com o aparecimento da TV os *shows* da realidade seriam decupados e roteirizados. A TV hoje praticamente copia essas fórmulas, quando tem a intenção de emitir o real. Tudo isso porque o nome de Grierson conseguiu agenciar e difundir o documentário clássico pelo mundo em sua época.

O popular no documentário começa com o uso de operários e trabalhadores, tanto nos filmes vindos da experiência revolucionária da Rússia, quanto da experiência do Partido Trabalhista inglês que patrocinava Grierson.

É essa uma semelhança no que Grierson e no que a vanguarda russa usava em seus filmes: o mundo do trabalho e dos operários era evidenciado nas telas. Flaherty não tinha esse viés. O que Grierson queria era impor ao cinema, o *medium*, a mídia, o que o meio deve mostrar aos povos que o assistem. Esse intuito elucidativo, pedagógico e moral de mostrar às massas como eles trabalham e se constituem nos principais papéis da construção social tem algo realmente socialista – muito mais intenso na época da elucidação teórica feita pelos soviéticos. Grierson entra no classicismo de Flaherty, que quer, por assim dizer, envolver o espectador em uma crença que não se mostra como crença. O filme não se mostra como filme, portanto – mas mostra uma realidade.

Assim se instala a realidade imagética dos filmes documentários, que perdura até nossos dias. Deve haver alguém que conta um fato objetivo, uma história verídica que tem base nos acontecimentos, e que nunca deve ser contestada ou refutada como mentirosa – no máximo como falsa. Ou seja: o documentário não mente, só falseia a realidade nos casos mais “antiéticos”.

## NO BRASIL

Esse gênero cinematográfico chega ao Brasil, como sempre, importado. Vejamos como:

Já na década de 20, Mário Behring escreve:

Este fantasma que é a cinematografia nacional, sem artistas, sem diretores de cena, sem estúdios, e, finalmente, sem dinheiro. (BEHRING in GOMES, 2001: 50).

Sempre em crise, o cinema não se instituiu. Com nomes isolados como José Medina, Alberto Fagundes, ele não vingou. Na década de 30, um grupo de leitores de cinema, o Cinearte cria a companhia Cinédia, de onde viriam os filmes mais importantes até então da cinematografia brasileira. Algo ainda inacreditável no contexto social dessa época. No Brasil, praticamente, não existia cinema até essa década.

Humberto Mauro, membro do Cinearte, pode ser considerado o primeiro cineasta a fazer pro-

priamente documentários no Brasil, com *O Descobrimiento do Brasil*, e *Os Bandeirantes* – duas reconstituições que contavam algo da criação do país. Estes filmes são diferentes do restante dos de Humberto, pois foram encomendados por instituições públicas. Como se pode ver, também houve didatismo ideológico nestes filmes (como sempre havia em filmes atrelados ao Estado), assim como foi com o cinema soviético e com o documentarismo britânico. A partir desses dois filmes, Humberto Mauro inicia sua carreira de documentarista, que foi longa.

É em torno da Cinédia que giram os melhores cineastas, e de onde saem os filmes mais interessantes até a década de 50. A partir da criação da companhia de cinema Vera Cruz, em São Paulo, um empreendimento grandioso, quase internacional, os filmes mudam de característica e estilo – a ordem era Hollywood. Com a Vera Cruz Alberto Cavalcanti, brasileiro membro da escola documentarista britânica, volta ao Brasil. O cinema nunca havia tido tanta repercussão e grandiosidade no Brasil.

O sucesso internacional do filme *O Cangaceiro* (1953), único filme de Lima Barreto, dá ao Brasil importância mundial no cinema. Só que, com os direitos vendidos à distribuidora norte-americana Columbia, a indústria de cinema que produz o filme, a citada Vera Cruz, vem à falência. Ou seja: ao mesmo tempo em que vem a fama, vem a morte de uma indústria ambiciosa – porém ingênua.

Em tempo, aliada ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, a cultura brasileira dá um pulo e atinge o mercado internacional com a Bossa Nova e a arquitetura de Oscar Niemeyer. O contexto muda e o Brasil entra nas discussões culturais em todo o mundo. Em 1955 é feito o filme que inverteria toda a cinematografia brasileira, dando um passo para o cinema novo – *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos.

Em 1960 Linduarte Noronha, de João Pessoa da Paraíba, repórter jornalístico, produziu um filme com poucos recursos: um documentário chamado *Aruanda*. Ele provocou discussões diversas acerca do modo de produção de filmes, e entra na Revisão Crítica do Cinema de Glauber Rocha como um dos filmes que foram precursores do movimento cinema novo. Outro com a mesma discussão a respeito de que tipo de temática

o cinema brasileiro deveria ter, ou como teriam que ser os filmes, foi o também documentário *Arraial do Cabo* (Paulo César Sarraceni, 1959). Estes filmes eram de média metragem, e procuravam captar a realidade das classes populares. Todo o viés do cinema novo.

Glauber Rocha, também jornalista, aparece então, já no seio das discussões cinematográficas, em São Paulo, sendo assistente de Nelson Pereira. Em Salvador faz o reconhecido *Barravento* (1961), que teve boa aceitação em Londres e Nova York. Em 64 aparece o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

O cinema novo tinha se iniciado então. O CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE – União Nacional de Estudantes financiava filmes, como *Cinco Vezes Favela* – uma reunião de curtas metragens. Era uma cultura com hegemonia de esquerda, o popular era completamente diferente do que havia até então sendo visto nas obras de arte brasileiras. O governo de João Goulart abre espaço para obras com militância de esquerda, então os estudantes começam a se reunir e discutir o rumo do país subdesenvolvido em que vivem. O desenvolvimentismo abre o campo, e com Jango as discussões ficam agudas, o povo toma cara, feição, rosto.

No ano de 1964, há o golpe militar, chamado de *Revolução de 64* – as famílias de classe média saem às ruas e os militares depõem João Goulart com receio de que um governo comunista como o de Cuba pudesse vir a ser implantado no Brasil. A “revolução de 64” se dizia um governo provisório, apenas para acalmar os ânimos esquerdistas em um tempo de guerra fria. Os cineastas do grupo do cinema novo sentem a pressão forte dos militares – alguns são presos, por estarem em passeata contra a nascente ditadura. O filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* dá a Glauber Rocha uma fama nunca conseguida por outro cineasta no Brasil, dentro e fora do país.

Depois do golpe há resistência dos intelectuais. Neste tempo de governo autoritário, a cultura brasileira que estava quase que na dianteira daquele tal desenvolvimentismo de Juscelino, e mais tarde apoiando os ideais reformistas de Jango, se juntou para o embate contra a opressão. “Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, frase

de Roberto Schwarz no artigo *Cultura e Política*, 1964-1969. Documentários como *Garrincha*, *Alegria do Povo* (1965), de Joaquim Pedro de Andrade mostravam a opressão de maneira sutil, com inserções de imagens que aparentemente não demonstrariam uma luta civil dos intelectuais e produtores de cultura de esquerda contra o governo e força policial da direita. A fotografia do filme é de Mário Carneiro, o co-diretor do filme *Arraial do Cabo*, um dos expoentes do grupo de produtores do cinema novo – que não se resumia apenas a diretores famosos, mas a grandes profissionais que experimentavam as novas possibilidades do cinema no Brasil.

Leon Hirszman filma em 63 e 64 *Maioria Absoluta*, tematizando a questão do analfabetismo. Com ele o documentário brasileiro conseguia maturidade técnica, e, de certa maneira, aprofundava nas propostas pré-estabelecidas. *Integração Racial*, de Paulo César Sarraceni foi filmado no mesmo período, e a linha era parecida: entrevistas feitas na rua, em casas, no transporte público, sem nenhum pressuposto interno a não ser o temático.

A cultura estava, então, conjunta com a política – numa luta onde as armas eram as próprias obras dos produtores e artistas. Até então, os militantes eram estudiosos de Paulo Freire que se reuniam em prédios da UNE e entidades sindicais para discutir estratégias de luta contra o governo autoritário, nos CPCS. Cineastas como Leon Hirszman, Paulo César Sarraceni, Eduardo Coutinho pensavam na esfera marxista muito próxima a luta pela hegemonia como em Gramsci, sempre junto ao Partido Comunista – o intuito era bem claro de adequar a cultura popular ao universo burguês e difundir imagens e representações distantes da classe média e rica do país.

Geraldo Sarno, então, filma *Viramundo* (1965), um documentário que mostrava o pobre operário de maneira que a própria realidade incitasse uma reflexão crítica do espectador, apenas opondo os diferentes mundos de exploradores e explorados. Obviamente, como todo cineasta da época, há mais ênfase na vida do pobre, do explorado.

*Viramundo* é exemplo do cinema documentário brasileiro que conseguiu ser uma das únicas formas de expressão que

em alguns momentos resistiu à ditadura militar abordando de forma crítica a realidade miserável da grande maioria do povo brasileiro. (ALTAFANI: 1999)

## AS CRÍTICAS

De tanto tratar a pobreza com polidez, Jean-Claude Bernadet critica a idéia de povo que os cineastas de esquerda estavam tendo em seus filmes.

E, paternalisticamente, o cinema brasileiro vai tratar dos problemas do povo. Proletários sem defeitos, camponeses esfomeados e injustiçados, hediondos latifundiários e devassos burgueses invadem a tela: a classe média foi ao povo. (BERNADET, 1967: 31)

O povo miserável e faminto entra nas telas do cinema brasileiro e nos coloca como um país de terceiro mundo que tem consciência de sua condição subdesenvolvida. Aqui praticamente não havia indústrias, até 1950, por isso não havia como filmar o desenvolvimento do trabalho brasileiro, algo com olhares getulistas... Seria algo irreal, inverossímil, algo que os jovens cineastas cosmopolitas e entendedores da crueza brasileira não fariam – mesmo admirando John Grierson, como no caso de Glauber Rocha. A realidade aqui é a da miséria, a da pobreza, e da violência do conflito de classes.

Assim que o cinema brasileiro entra pra cinematografia mundial, e começa a influenciar diretores do primeiro mundo, como Buñuel, Godard. Ruy Guerra, Nelson Pereira, Glauber Rocha eram vistos em salas de cinema dos EUA à França. O que se mostrava era o populismo dos jovens da classe média que tinham consciência de sua realidade de terceiro mundo colonizado pelo imperialismo e miserável. Mas um populismo aceito pela luta que se intensificava mundialmente.

## O CONTEXTO DA SUBVERSÃO

Glauber Rocha filma *Terra em Transe*, em 1967 e inverte toda a briga – põe lenha na fogueira das

discussões na esquerda que pensava os problemas de ver e filmar o povo. Em certo momento do filme ele pergunta neste nível, ao espectador do filme (em geral a classe média da época): "É a este que você quer dar o poder? A um analfabeto?" No filme há uma crítica incisiva à esquerda de classe média e seu populismo. A partir daí o cinema novo toma outras proporções – mais analíticas e autocríticas, porque até mesmo os personagens que alegorizam a esquerda e a política mais próxima do povo, contra a opressão da ditadura, sofrem uma crítica de Glauber.

No primeiro e único documentário de Arnaldo Jabor, *Opinião Pública*, também de 1967, vemos um retrato midiático da classe média brasileira. Ou, daquilo que Jabor chamava de classe média. Um filme cosmopolita, que fugia dos temas padrões: favela, sertão, pobreza, mas que dava o tom de um novo movimento que estava pra nascer da intelectualidade nacional: o Tropicalismo, uma releitura da antropofagia Oswaldiana, que não aceitava o direcionamento nacionalista e populista dos artistas de esquerda da época.

A televisão já era um meio de comunicação bastante abrangente, só que não tanto quanto nos países desenvolvidos. Em 68 houve mais repressão por parte dos militares, e muitos dos artistas e profissionais do cinema tiveram que, ou parar com as produções, ou sair do País por conta do AI-5. Ao mesmo tempo que, 68 também foi o ano de uma grande expansão mundial rumo ao espaço, ou pelo menos pra fora da órbita do planeta. Nesta década já se iniciavam as pesquisas a respeito de satélites artificiais que trariam uma mais abrangente e rápida difusão de imagens televisivas e radiofônicas. E em 68 há o que se chamou de revolução na França, com as greves e insurreições estudantis e operárias.

Foi com o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici que os meios de comunicação ganharam mais subsídios, e as propagandas pró-governo ficaram fortes. O molde era o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, bastante atuante no Estado Novo de Getúlio Vargas. Com Médici, o lema no país virou: *Brasil: ame-o, ou deixe-o*. Mas com o tropicalismo e com a estética *underground* ser marginal era sinônimo de ser contestador – não se acreditava mais em lutas sociais enajadas onde se esperasse do povo uma

mobilização. E os mais subversivos ficavam até serem expulsos pela "inquisição" do governo.

Em meados da década de 70 o que se chamou de *marginália* tomaria a dianteira, parodiando e descambiando o pensamento revolucionário para o *underground* e para a *esculhambação*. Aqui, o chamado *Udigrudi* teve traços *hippies* norte-americanos, os jovens deixaram de lado as lutas e caíram na subversão do poder. O espetáculo, portanto, era utilizado contra ele próprio – adolescentes e artistas drogados, verdadeiros marginais mostram calma aos militares e policiais, mas seus cabelos, roupas e cheiro não parecem demonstrar um apreço pela ordem dos mais nacionalistas.

Kenneth Anger, Stan Brakhage, Andy Warhol e o *pop* americano vinha com a força *hippie* do romantismo sem sentido (quase *niilista*) que aderiria às mídias apenas para experimentar, para ver a arte como libertadora dos vícios civilizatórios da ordem.

Luis Carlos Maciel, um dos teóricos do movimento da Contracultura, escreve em seu livro *A Morte Organizada*:

A saída não é uma solução intelectual. É da própria natureza do pensamento trabalhar com lembranças: uma idéia é a conexão abstrata entre fatos caducos que a memória tenta, precariamente, ressuscitar. Ao pensar, perdemo-nos no país dos fantasmas. (MACIEL, 1978: 37)

Os intelectuais e artistas brasileiros neste tempo estavam já interligados com o mundo e o que era criado pelos países desenvolvidos. O Brasil, não é nenhum exagero escrever isso, tinha feições de uma potência cultural – Tom Jobim havia gravado com Frank Sinatra, e *Garota de Ipanema* era a segunda música mais executada no mundo. Glauber era conhecido como um dos expoentes do cinema mundial, ao lado de Jean Luc Godard e Pasolini. Seus filmes eram vistos como a expressão do terceiro mundo, pois Glauber militava a favor de uma estética da fome (*Estetyka da Fome*), mais que um populismo – um afronto ao que se entendia por arte. Ele não deixava por menos a inauguração do limite entre o ficcional de o verídico, como fazia Jean Rouch – filmes como *Claro* (1974) misturam as duas esferas, e

deixam o espectador de filmes clássicos sem chão. A estética de Glauber motivou o aparecimento de filmes controversos, herméticos e desordeiros do movimento que surgia – a *marginália*, com Júlio Bressane e Rogério Sganzerla como nomes importantes.

Essa nova maneira de se filmar surge em São Paulo. Lá aparecem cineastas vindos da *Boca do Lixo*. O nome veio das reuniões que aconteciam em bares da Rua do Triunfo, com a Rua da Vitória (nomes bem sugestivos e irônicos, em se tratando da estética marginal) as ruas da Boca. "O ambiente atraía muito. Ao invés do estúdio tipo galpão de fábrica com seus patrões, era uma área por onde circulavam pessoas de todos os tipos – gente de circo, rádio, desempregados eventuais da televisão. Havia um prédio com escritórios da Columbia, Paramount, Warner ou de empresas nacionais por andar. No entorno estavam gráficas e lojas de insumos para a indústria cinematográfica", é o que diz Nuno César Pereira Abreu, em entrevista ao jornal da Unicamp.

Nuno também afirma que a lei de obrigatoriedade de exibições de filmes nacionais, de 68, fez surgir pequenos empresários do cinema e criou um nicho de produção tanto artística quando administrativa. O lugar foi chamado por "Boca do Lixo" pela polícia, e o nome ficou para o movimento mais significativo do cinema marginal brasileiro.

A estética era anti-nacionalista, algumas vezes – exageradamente contra o que se entende por nação brasileira e contra o eruditismo. Afir-mava em demasia a condição terceiro-mundista e subdesenvolvida, e demonstrava uma certa ligação com a teoria do cinema brasileiro de Paulo Emílio, tirando o citado exagero do anti-nacionalismo. Os cineastas do *udigrudi* aceitavam momentaneamente o subdesenvolvimento com escracho, ao contrário dos *cinemanovistas* que tinham uma proposta política evidente. O mais absurdo eram as condições de onde saíam os filmes, com produções baixíssimas, quase irrelevantes. Era uma contraposição ao estilo do cinema novo. Enquanto o cinema novo tentava construir uma nação com ou sem populismo, tendo no fundo sempre a intenção de tentar desenvolver e trazer a realidade miserável brasileira como um artifício estético que incitasse a supe-

ração, na *Marginália* era a completa consciência de que não sairíamos da condição de miseráveis.

Deste grupo nasceu a chamada *pornochanchada*, uma derivação da *esculhambação* e ironia exacerbada dos então cineastas – filmes cuja temática principal era o sexo, com erotismo e "sacanagem", extremamente críticos da "alta-cultura" do cinema novo. Matilde Mastrangi falou em entrevista a Nuno Abreu, no texto de Luiz Sugimoto:

Acho [que todos eram medíocres]. O David Cardoso fica danado porque não faz mais nada, mas nós não temos talento para continuar. Vou fazer o que? Na época a gente era rei. Não tinha nada melhor no Brasil. Quem competia com a gente? O pessoal do Cinema Novo estava todo no exterior. O que tinha de música? Quem estava escrevendo? A *pornochanchada* só floresceu por causa da ditadura. Se não tivesse ditadura não haveria *pornochanchada*. (SUGIMOTO, 2006)

O submundo, a miséria, o vulgar, o tosco, o feio, o desagradável, aquilo que talvez as classes mais altas e polidas não queriam que aparecessem, vem à tona. E não podia ser diferente: com a abertura feita pelos jovens de esquerda, o popular apareceria como algo relevante. Só que o popular no Brasil, dá pra inferir isso, não é o mesmo popular da Inglaterra, da Itália, ou da França.

Zé do Caixão é uma figura que talvez dê a essa argumentação mais consistência. Esse personagem reticente que aparece em vários dos filmes do ator e diretor José Mojica Marins aparece como um reflexo do imaginário popular – das credices apavorantes. Nada de tradição ou folclore, mas sim algo de aterrorizante que somente um país no qual a violência e a morte são brutais aparece com a força agregada. No contexto do cinema da década de 70, José Mojica leva ao mundo o povo dos subúrbios. Diferentemente do cinema novo, agora quem produzia e dirigia os filmes era o próprio subúrbio.

A imperfeição do *udigrudi* brasileiro levava o incivilizado e sujo ao lugar da civilização ocidental. Mais tarde, com a abertura política, esse *udigrudi* seria visto com maus olhos, como se a

visão mais tradicional, da família, das propriedades contra os feios, mal-vestidos e adeptos do desbunde fossem jovens sem rumo, apenas. As produções deixam de olhar o povo e se voltam para uma experimentação técnica com temas de conflitos da juventude. Com o advento da AIDS qualquer citação à revolução sexual vinda dos jovens da década de 60 era mal vista. Os filmes brasileiros começam a ser criticados como se só tivessem "palavrão e mulher nua" – há uma volta à valorização da moral e dos bons costumes.

Há de se levar em conta que a Embrafilmes patrocinou praticamente toda a produção fílmica da década de 80 no Brasil. Era seguro haver filmes, mas nem tanto haver público para assisti-los. Uma crise cultural se assola justamente no momento da abertura política para vias democráticas. Aproveitando essa falta de rumo da produção a Rede Globo ganha força na difusão midiática cultural e aprimora suas técnicas de persuasão, contrata os melhores e mais bem renomados iluminadores, editores, roteiristas, alguns dos técnicos que haviam participado do cinema novo. É aí que ela ganha status de uma das maiores redes de TV do mundo – isso dentro de um país ainda considerado subdesenvolvido é algo que poderia ser visto como absurdo, mas não foi, nem é. A Globo ditou padrões de qualidade, absorveu as temáticas regionalistas de escritores como Jorge Amado e demais apreciadores da visão comunista – que já começa a ser vista como antiga. A emissora opta pelo jeito norte-americano de se mostrar o mundo – com a competência de um administrador da realidade.

É assim que o progresso técnico começa a ser pauta da produção cultural da maneira como co-

nhecemos hoje. A indústria global abarca e dita as regras dessa produção. Filmes artesanais deixam de ser difundidos, exibidos – como exemplos alguns filmes feitos por Eduardo Coutinho, que trata diretamente do popular e da miséria ainda da maneira feita pelo documentário brasileiro da década de 60, mas com inovações bem particulares a seu projeto autoral, como *Santa Marta – duas semanas no morro (1987)* e *Boca do Lixo (1993)*; e Arthur Omar na sua produção barroca, e a visão de um Brasil historicamente esquecido imagetivamente. O imaginário é praticamente ditado pela TV. O real, hoje, clama por ser filmado – mas é maquiado antes de aparecer.

A teoria se esvai na década de 90. E o que vai ser lembrado dessa época que vivemos hoje são ares bem mais límpidos – imagens sem territórios, ideais, tão claras e metálicas, iguais às logomarcas e símbolos publicitários. A Rede Globo de TV se adianta nessa mais nova maneira de se encarar a realidade – e comanda. O que antes se chamava de estética, algo do lado da arte – agora se chama pauta, algo do lado da ciência da comunicação. Neste campo, o popular é explorado bem pouco, a não ser como um artifício necessário de convencimento publicitário, um tipo, um caráter a ser usado como pontual de uma realidade que não pode ser excluída, já que no Brasil o *povo* sempre foi e será por um bom tempo encarado como a pobreza da nação. Seja com olhares altruístas, populistas ou preconceituosos, o povo e a cultura popular é mais objeto a ser necessariamente explorado que um agente autoprodutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFANI, Thiago. *Cinema Documentário Brasileiro: Evolução Histórica da Linguagem*. Disponível na Internet via [www. url: http://www.bocc.ubi.pt/pag/Altafani-thiago-Cinema-Documentario- Brasileiro.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/Altafani-thiago-Cinema-Documentario-Brasileiro.html). Acesso em 15 de abril de 2006.

BERNADET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. 376 p.

DA-RIN, Sílvio. *Espelho Partido – tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MACIEL, L. Carlos. *A morte organizada*. São Paulo: Editora Ground, 1978

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru: EDUSC, 2002

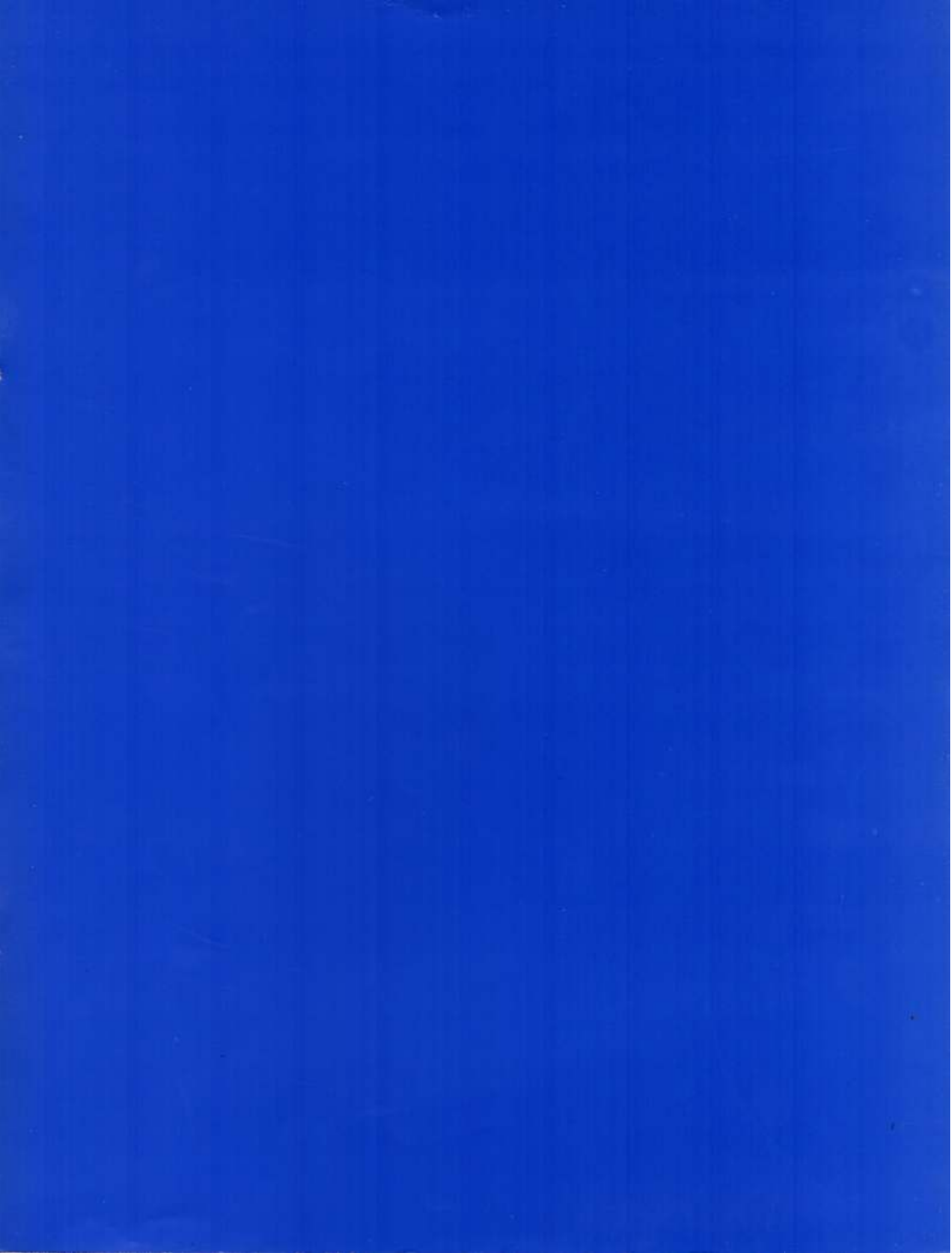
PENAFRIA, Manuela. *O filme documentário: História Identidade e Tecnologia*. Lisboa: COSMOS, 1999.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SUGIMOTO, Luiz. *Boca dos Sonhos*. Disponível na Internet via [www. url: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/dezembro2002/unihoye\\_ju202pag12.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dezembro2002/unihoye_ju202pag12.html). Acesso em 15 de abril de 2006.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. (Org.) *Documentário no Brasil – Tradição e Transformação*. São Paulo: Summus editorial, 2004.

XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico: Opacidade e Transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.



---

ADUFS  
SSIND

---



